

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA

FACULDADE DE COMUNICAÇÃO

Gabriela Calazans Lopes

**MÍDIA E REPRESENTAÇÃO DE GÊNERO DA POLÍTICA: Uma análise da
construção da persona de Dilma Rousseff pela Folha de S.Paulo entre 2014 e 2019**

Juiz de Fora

Setembro de 2022

Gabriela Calazans Lopes

MÍDIA E REPRESENTAÇÃO DE GÊNERO DA POLÍTICA: Uma análise da construção da persona de Dilma Rousseff pela Folha de S.Paulo entre 2014 e 2019

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Comunicação, da Universidade Federal de Juiz de Fora como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre. Área de concentração: Mídia e Processos Sociais.

Orientador: Prof. Dr. Paulo Roberto Figueira Leal

Juiz de Fora

Setembro de 2022



UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
ATA DE DEFESA DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU*



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO

Nº PROPP: 408.12092022.12-M

Nº PPG: 10/2022

AValiação da Banca Examinadora

Tendo o(a) senhor(a) Presidente declarado aberta a sessão, mediante o prévio exame do referido trabalho por parte de cada membro da Banca, o(a) discente procedeu à apresentação de seu Trabalho de Conclusão de Curso de Pós-graduação *Stricto sensu* e foi submetido(a) à arguição pela Banca Examinadora que, em seguida, deliberou sobre o seguinte resultado:

APROVADO (Conceito A)

APROVADO CONDICIONALMENTE (Conceito B), mediante o atendimento das alterações sugeridas pela Banca Examinadora, constantes do campo Observações desta Ata.

REPROVADO (Conceito C), conforme parecer circunstanciado, registrado no campo Observações desta Ata e/ou em documento anexo, elaborado pela Banca Examinadora

Novo título da Dissertação/Tese (só preencher no caso de mudança de título):

Observações da Banca Examinadora caso:

- O discente for Aprovado Condicionalmente
- Necessidade de anotações gerais sobre a dissertação/tese e sobre a defesa, as quais a banca julgue pertinentes.

Nada mais havendo a tratar, o(a) senhor(a) Presidente declarou encerrada a sessão de Defesa, sendo a presente Ata lavrada e assinada pelos(as) senhores(as) membros da Banca Examinadora e pelo(a) discente, atestando ciência do que nela consta.

INFORMAÇÕES

- Para fazer jus ao título de mestre(a)/doutor(a), a versão final da dissertação/tese, considerada Aprovada, devidamente conferida pela Secretaria do Programa de Pós-graduação, deverá ser tramitada para a PROPP, em Processo de Homologação de Dissertação/Tese, dentro do prazo de 90 dias a partir da data da defesa. Após a entrega dos dois exemplares definitivos, o processo deverá receber homologação e, então, ser encaminhado à CDARA.
- Esta Ata de Defesa é um documento padronizado pela Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa. Observações excepcionais feitas pela Banca Examinadora poderão ser registradas no campo disponível acima ou em documento anexo, desde que assinadas pelo(a) Presidente(a).
- Esta Ata de Defesa somente poderá ser utilizada como comprovante de titulação se apresentada junto à Certidão da Coordenadoria de Assuntos e Registros Acadêmicos da UFJF (CDARA) atestando que o processo de confecção e registro do diploma está em andamento.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Paulo Roberto Figueira Leal - Orientador
Universidade Federal de Juiz de Fora

Prof. Dr. Luiz Ademir de Oliveira
Universidade Federal de Juiz de Fora

Prof.ª Dr.ª Tâmara Lis Reis Umbelino

Centro Universitário Estácio Juiz de Fora

Juiz de Fora, 14 / 09 / 2022.



Documento assinado eletronicamente por **Paulo Roberto Figueira Leal, Professor(a)**, em 14/09/2022, às 10:16, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **TAMARA LIS REIS UMBELINO, Usuário Externo**, em 14/09/2022, às 10:30, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Luiz Ademir de Oliveira, Usuário Externo**, em 14/09/2022, às 10:39, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **GABRIELA CALAZANS LOPES, Usuário Externo**, em 14/09/2022, às 20:32, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no Portal do SEI-Uffj (www2.ufff.br/SEI) através do ícone Conferência de Documentos, informando o código verificador **0948066** e o código CRC **8CDB9B1D**.

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, Rosângela Calazans e Léo Márcio Miranda Lopes, por terem acreditado em mim mais do que eu mesma.

A todos os servidores e servidoras, no qual incluo todo o corpo docente, do Programa de Pós-graduação em Comunicação da Universidade Federal de Juiz de Fora (PPGCOM/UFJF).

Ao professor Dr. Luiz Ademir de Oliveira, meu primeiro professor na Faculdade de Comunicação, ainda em disciplina isolada, pelo acolhimento e ensinamentos ao longo desse período.

Ao meu orientador, professor Dr. Paulo Roberto Figueira Leal, por ter me conduzido até a reta final.

A professora Dra. Tâmara Lis, pela gentileza de aceitar o convite para compor a banca avaliadora deste trabalho. Em seu nome, agradeço todos os professores e professoras da graduação do curso de jornalismo, que me fizeram pensar que essa jornada era possível.

Aos meus companheiros de turma: Ana Resende Quadros, Larissa Natalino, Lucas Almeida e Sâmia Lopes, que fizeram parte dessa caminhada mais prazerosa.

Aos amigos que estiveram comigo nesse processo, pela compreensão e apoio.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

A todos os trabalhadores e trabalhadoras que apesar das jornadas exaustivas de trabalho não desistiram da pesquisa.

Às mulheres brasileiras, que me cobriram de flores e de carinho, peço que acreditem que vocês podem. As futuras gerações de brasileiras saberão que, na primeira vez que uma mulher assumiu a Presidência do Brasil, o machismo e a misoginia mostraram suas feias faces. Abrimos um caminho de mão única em direção à igualdade de gênero. Nada nos fará recuar.”
(ROUSSEFF, 2016)

RESUMO

A dissertação tem o objetivo de, por meio da metodologia de análise de conteúdo, verificar de que forma a *Folha de S.Paulo* construiu suas narrativas sobre a ex-presidenta Dilma Rousseff em distintos períodos, que compreendem as semanas seguintes às eleições de 2014, o *impeachment* em 2016, a campanha para o Senado de Minas Gerais em 2018 e os primeiros sete dias de 2019. A análise busca identificar se, na cobertura, houve rastros discursivos com valorações relativas à temática de gênero. Tendo em vista a centralidade da mídia para a política, a presente pesquisa faz um estudo sobre o tensionamento de forças entre os dois campos, recuperando de que forma a comunicação se estruturou na modernidade, dando corpo a essa arena de disputa no cenário político. Observando a ascensão do número de plataformas utilizadas para aumentar a visibilidade de atores políticos, a dissertação retoma o debate sobre uma sociedade midiaticizada. Acompanhado do cenário comunicacional, o trabalho faz o esforço de compreender como se dá a representação de gênero na política. Para tanto, utiliza de estudos feministas para compreender de que forma a estrutura patriarcal se mantém até a atualidade e suas implicações na vida de mulheres que entram na política – e o caso de Dilma é paradigmático para a discussão. Entre os principais achados da pesquisa, aponta-se que a *Folha de S.Paulo* optou por enquadramentos distintos que possuem variação de acordo com o momento. Se, em 2014, a ex-presidenta foi tratada como inabilitada para atividade política, em 2016, após o *impeachment*, o delineamento predominante foi o de coadjuvante, caminhando para um possível apagamento.

Palavras-chave: Mídia; Política; Gênero; Dilma Rousseff; *Folha de S.Paulo*.

ABSTRACT

This dissertation aims to, through the content analysis method, examine how *Folha de S.Paulo* built its narratives about former president Dilma Rousseff in different time periods, including the weeks following the 2014 elections, the impeachment in 2016, the Minas Gerais Senate campaign in 2018, and the first seven days of 2019. The analysis seeks to identify if, in their coverage, there were discursive features with gender-related judgment. In view of the media centrality regarding politics, this research presents a study on the tension of forces between these two fields to retrieve how communication was structured in modernity, shaping this fighting arena in the political scenario. Observing the rise in the number of platforms used to increase the visibility of political actors, this dissertation resumes the debate about the mediatized society. Together with the communicational scenario, this work makes an effort to comprehend how gender is represented in politics. To do so, it makes use of feminist studies to understand how the patriarchal structure has persisted to the present day and its implications for the lives of women who enter politics – and the Dilma Rousseff case is paradigmatic for this discussion. One of the key findings of this research is that *Folha de S.Paulo* chose different framings that varied according to the moment. In 2014, the former president was deemed unfit for political activity, but in 2016, after her impeachment, the predominant profile was that of someone in a supporting role, moving towards possible erasure.

Keywords: Media; Politics; Gender; Dilma Rousseff; *Folha de S.Paulo*.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Representação gráfica das categorias acionadas em 2014.....	68
Figura 2 – Representação gráfica das categorias acionadas em 2016	78

LISTA DE QUADROS

Quadro 1- Períodos de análise.....	50
Quadro 2 - Clipping de conteúdos analisados.....	50
Quadro 3 - Detalhamento das categorias de análise.....	58

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	12
1. RELAÇÕES ENTRE COMUNICAÇÃO E POLÍTICA: DO PROJETO DE MODERNIDADE AO PROCESSO DE MUDIATIZAÇÃO.....	15
1.1 A SIMBIOSE ENTRE O CAMPO MUDIÁTICO E O POLÍTICO.....	16
1.2 A SOCIEDADE MUDIATIZADA.....	24
2. AS IMPLICAÇÕES DO PATRIARCADO NA VIDA POLÍTICA FEMININA.....	31
2.1 Desconstruir para construir: Misoginia, feminismo e a figura da mulher na política.....	39
3. METODOLOGIA E <i>CORPUS</i> DE ANÁLISE.....	48
3.1 RECORTE DO OBJETO.....	49
3.2 CATEGORIAS DE ANÁLISE.....	50
3.3 A CONSTRUÇÃO DA IMAGEM DE DILMA ROUSSEFF DE 2014 A 2019.....	52
3.3.1 A PRIMEIRA SEMANA COMO PRESIDENTA REELEITA: DILMA EM 2014.....	53
3.3.2 A PRIMEIRA PRESIDENTA A SOFRER <i>IMPEACHMENT</i> : DILMA EM 2016.....	69
3.3.3 DILMA E O SENADO DE MINAS GERAIS: UMA PASSAGEM POR 2018 E 2019.....	78
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	81
5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	85

INTRODUÇÃO

O modo pelo qual o tema da participação feminina na política é enquadrado pelo campo midiático constitui o norte dessa pesquisa, que busca compreender de que forma a persona da ex-presidenta Dilma Rousseff foi representada na *Folha de S.Paulo*. Desse modo, o estudo tem objetivo, através da metodologia da Análise de Conteúdo proposta por Bardin (2011), de apresentar quais implicações de gênero foram encontradas nas matérias analisadas, em períodos que compreendem as semanas seguintes aos seguintes eventos: eleições de 2014, impeachment em 2016, Senado de Minas Gerais em 2018 e os primeiros sete dias de 2019.

Tendo em vista a importância dos meios de comunicação em sociedades modernas como dispositivo de produção de conteúdos que, em grande medida, conduzem o pensamento humano e que criam representações sobre o mundo, em um primeiro momento a pesquisa aborda a centralidade da mídia para a política. Para dar início à discussão a obra de Giddens (1991) foi revisitada para explicar como o surgimento dos veículos de comunicação foi fator condicionante para o progresso das instituições de, também, de cada indivíduo. Pode-se dizer que a partir desse período a mídia passou a organizar a realidade, uma vez que é a responsável por escolher o enquadramento das notícias.

O adensamento das relações entre os campos midiático e político se dá nesse momento. Era comum, antes do industrialismo, observar que os agentes políticos, como reis e rainhas, precisavam reunir pessoas em espaços pré-determinados para que pudessem discursar para a multidão. Lima (2004) explica que desde a modernidade não é mais necessário que o indivíduo coexista com o fato. Logo, a cobertura da imprensa dá conta de levar a informação, os pronunciamentos aos cidadãos que estejam em área com sinal da televisão, rádio ou internet.

A princípio, esse avanço é importante para sociedade que tem oportunidade de se manter informada através das notícias. Para o campo político existe uma dicotomia: se por um lado a mídia possibilita mais visibilidade, por outro é ela também que escolhe de que forma essa publicidade vai ser feita. Então existe entre os campos uma disputa contínua para definir

posições. Esse conceito é trabalhado por Bourdieu (1986), que determina que nesse espaço a sempre o dominador e o dominado. Nesse jogo, ganha quem tem mais capital (poder).

Nesse sentido, o capital da mídia está implicado no poder que ela tem de construir a realidade de acordo com enquadramentos específicos. Goffman (2006) pontua que esse ajuste é o delimitador do olhar. Grosso modo, é a forma que a mídia usa para fatiar o que vai ser publicizado e o que será ignorado. A mídia é entendida como elemento central para esse debate pelo seu já reconhecido papel estruturador dos eventos e das carreiras políticas na modernidade (CHAMPAGNE, 1998; SODRÉ, 2010).

Thompson (1998), Rodrigues (1999), Giddens (1990) mostram que a mídia não pode ser entendida meramente como ferramenta de transmissão de notícias. Para os autores os veículos de comunicação são responsáveis por agendar e enquadrar representações de mundo que, posteriormente, serão transmitidas. Até o momento estamos falando dos veículos de comunicação tradicionais. Entretanto, o trabalho não se ateve somente a esse modelo. Com o avanço das redes sociais digitais, se faz necessário entender de que forma os atores políticos se apropriam dessas plataformas para se comunicarem com seus seguidores.

Sendo assim, ainda no primeiro capítulo a pesquisa recupera o debate sobre midiaticização. Hjarvard (2012) aponta que essa ascensão das plataformas digitais mudou não só a forma das instituições se comunicarem, mas também a forma que elas se comunicam com os indivíduos. Diferente da mídia tradicional, a *internet* permitiu uma comunicação menos regrada, onde o produtor de conteúdo não necessariamente precisa ser profissional. A respeito disso Han (2015) aponta que estamos vivendo enquanto sociedade a era do "cansaço da informação", onde há volume, porém com descarte de qualidade.

O processo de midiaticização aproximou ainda mais os atores políticos da população que possui acesso aos equipamentos necessários para vê-los e ouvi-los. Com a constante atualização das plataformas, o receptor não apenas recebe, mas também interage, opina, compartilha. É um sistema de crescimento ou queda para pessoas públicas e instituições, que não estão mais somente à margem dos enquadramentos noticiosos nas grandes cadeias de transmissão. Sobré (2006) aponta que esse fenômeno pode ser considerado como o de virtualização das relações sociais.

Em um segundo momento, a pesquisa busca estudos feministas para teorizar um entendimento de patriarcado para além do conceito engessado de Weber (1991). Como o

trabalho se distribui em três eixos temáticos, fez-se necessário compreender de que forma a estrutura patriarcal age na sociedade até a atualidade para que a análise no material tivesse base teórica.

Para tanto, uma série de autoras que debatem o tema foram acionadas para que a compreensão do conceito fosse atualizada. Weber (1991) entende que o patriarcado é um sistema de dominação de homens sobre mulheres e que dessa forma a sociedade foi construída, portanto assim deve permanecer. Castro e Lavinias (1992), Saffioti (2004), Lobo (1992), Delphy (1981), Pateman (1993) são taxativas ao discordar de Weber. Embora tenham entendimentos diferentes acerca da utilização do termo, todas concordam que apesar de estrutural, o patriarcado pode ser combatido.

O patriarcado ser uma estrutura mutável é algo demonstrado nas rachaduras que a luta de diversas mulheres já conseguiram fazer. Deslegitimar conquistas, como, o direito ao voto, o direito a se candidatar para receber votos, direito a empregos remunerados, direito ao próprio corpo e ao aborto - em alguns países, espaço na pesquisa, na ciência, na extensão, é uma forma de esquecer a luta de tantas que vieram antes da nossa geração. Porém, o trabalho demonstra que embora nós - mulheres - tenhamos caminhado, ainda não conseguimos destruir por completo esse grande concreto enraizado na construção da sociedade.

Percebeu-se então que o patriarcado se trata de um sistema hegemônico, vinculado à dimensão propriamente cultural, que também significa, em grande medida, a manutenção do poder do homem sobre a mulher. Esse complexo não precisa agir necessariamente com força bruta. O fato de manter pequenas dimensões como ideias, já é preponderante para que a estrutura não se quebre por completo. A respeito disso, pode-se dizer que a ascensão da figura feminina no campo da política pode ser considerada um grande avanço no século XXI, apesar de estar longe de atingir uma representatividade que se aproxime do poder que os homens ainda têm na esfera do poder. Em outros tempos, no entanto, era impensável encontrar mulheres ocupando cargos parlamentares, tendo em vista que na estrutura da sociedade patriarcal.

A representação de gênero na política, enquadrada pelo campo midiático, é avaliada nas matérias da *Folha de S. Paulo* que compreendem o *corpus* de análise, no terceiro capítulo. Ao todo, 49 conteúdos foram analisados. Sendo 34 de 2014, 13 de 2016, 1 de 2018 e 1 em 2019. Buscou-se testar a hipótese inicial de que o jornal tivesse operado seus conteúdos

a respeito de Dilma Rousseff ressaltando implicações de gênero, tal como expressões machistas, em diferente número durante os períodos de análise.

1. RELAÇÕES ENTRE COMUNICAÇÃO E POLÍTICA: DO PROJETO DE MODERNIDADE AO PROCESSO DE MUDIATIZAÇÃO

Tendo em vista a importância dos meios de comunicação na sociedade como dispositivos de produção simbólica que operam por enquadramento, isto é, por reconstrução ideológica da realidade objetiva, este capítulo se inscreve na interface entre mídia e política.

Este capítulo tem como objetivo central compreender a centralidade da mídia para política. Em um primeiro momento, apontamos como o período moderno, que é discutível se já foi ou não superado, impactou a vida em sociedade através da ascensão dos veículos midiáticos. Apesar de parecer ultrapassado, entende-se que é importante destacar o local de partida como conformador do que vivemos na atualidade.

Este trabalho se empenha em descobrir quais as narrativas criadas pelo jornal *Folha de S.Paulo*, versão online, a respeito da persona de Dilma Rousseff e, nesse sentido, quais as implicações de gênero mais presentes nas matérias. Para tanto, é impossível não abordar de que forma a mídia e os agentes políticos trabalham ora em consonância, ora em desarmonia. A centralidade da mídia para a política perpassa essa dicotomia onde as forças se apresentam e abrem um jogo para decidir quem tem mais capital (poder) para investir.

Em seguida, ao abordar o conceito de midiatização, que pode ser entendido como um fenômeno da "pós-modernidade", busca-se apresentar de que forma a política ganha força fora dos veículos de comunicação tradicionais, ou meios de comunicação de massa. O surgimento das mídias sociais digitais e o modo como elas permitem ampla participação de produtores e receptores, bem como a interação entre eles, ampliou a perspectiva do debate político. Assim como existe uma dualidade entre mídia e política na modernidade, caso a tenhamos superado, dentro de uma sociedade midiaticizada também existem os ônus e bônus.

Vale ressaltar, que esta pesquisa não tem como ponto principal defender se enquanto sociedade vivemos ainda na era moderna ou já na pós-modernidade. Por isso, não há dentro desse escopo articulação para defender um ou outro. De forma particular, a pesquisadora entende que não há como ter superado a modernidade sem que questões sociais fundamentais

ainda não tenham sido resolvidas. Entretanto, o caráter opinativo está presente apenas nesse parágrafo.

1.1 A SIMBIOSE ENTRE O CAMPO MIDIÁTICO E O POLÍTICO

O projeto de pesquisa que gerou este trabalho teve como um dos objetivos dissertar sobre a simbiose entre campo político e a comunicação. É de fato necessário compreender de que forma os atores sociais se utilizam da mídia e também, neste caso, de como a mídia é capaz de trazer representações para o cotidiano da sociedade através de seus enquadramentos noticiosos.

Giddens (1991), como um grande estudioso da modernidade, afirma que é importante entender que, dentro do processo de globalização, a mídia teve um papel fundamental. De acordo com o autor, a comunicação condicionou "decisivamente nossa própria sensação de viver em um mundo" (p.81). A questão da informação, da notícia, implica que os indivíduos estejam, de certa forma, cientes de diferentes acontecimentos ocorridos em todas as partes do mundo, o que antes não era possível. Giddens (1991) argumenta que a proporção que as instituições tomaram na modernidade não seria possível caso não existisse a concentração de conhecimentos que é representada pelas "notícias". Isso ocorre, principalmente, em fatos específicos.

Em consonância com Giddens, Lima (2004) é categórico quando afirma que a sociedade era outra antes dos meios de comunicação. O autor diz, inclusive, que a forma como os "eventos públicos" são constituídos no pré-global é diferente. Grosso modo, anteriormente era necessário que a sociedade coexistisse no mesmo espaço que o fato para tomar conhecimento do que estava sendo debatido.

Depois do desenvolvimento da mídia, um evento para ser "evento público" não está limitado à partilha de um lugar comum. O "público" pode estar distante no tempo e no espaço. Dessa forma, a mídia suplementa a forma tradicional de constituição do "público" mas também a estende, transforma e substitui. O "público" agora é midiaticizado (LIMA, 2004, p.4).

Isso significa que as identidades estão sendo construídas, entre outras coisas, pela emergência de uma sociedade midiaticizada. Esse é o papel fundamental dos meios de comunicação na conformação de novos tipos de subjetividade. Nesse período, há um

distanciamento da tradição, levando em conta que existe mais informação e, por isso, mais processos reflexivos. “A reflexividade da vida social moderna consiste no fato de que as práticas sociais são constantemente examinadas e reformadas à luz de informação renovada sobre estas próprias práticas” (GIDDENS , 1991, p. 177).

Portanto, o acesso aos meios de comunicação permite que vários elementos da tradição sejam repensados à luz da globalização, permitindo ao sujeito – que tem acesso a tais meios - repensar sua própria situação no mundo. É necessário ressaltar que na atualidade não podemos levar em consideração apenas os veículos midiáticos mais tradicionais , como a Televisão e o Rádio.

De acordo com a DataReportal (2021), o Brasil tem 77% de cobertura no país. Embora não esteja com a mesma margem de alcance em relação a outros países com muito mais desenvolvimento nessa área, é impossível negar que elas também atuam no sentido de "dar luz" aos fatos e, mais que isso, que não cause impacto na sociedade.

Diante de tantas ferramentas, é preciso referendar a centralidade da mídia para a política. Lima (2004) afirma que "a política nos regimes democráticos é (ou deveria ser) uma atividade eminentemente pública e visível. E é a mídia – e somente ela – que define o que é público no mundo contemporâneo" (2004, p.51). Dessa forma, conseguimos compreender que, ao passo que a mídia é o campo que determina o que vai ser publicizado, ela tem o poder de criar o enquadramento desejável para noticiar.

Para compreender melhor essa tensão entre as forças, podemos recorrer a Bourdieu (1986). Conceito central das obras do autor, ele explica que **campo** social poder ser considerado como:

[...] Um espaço social estruturado, um campo de forças – há dominantes e dominado, há relações constantes, permanentes, de desigualdade, que se exercem no interior desse espaço – que é também um campo de lutas para transformar ou conservar esse campo de forças(BOURDIEU , 1986, p. 57).

Nesse sentido, Bourdieu (1986) nos traz a reflexão de que, nesse jogo de forças, cada campo possui características singulares, como o campo da política, da comunicação, ou, saindo momentaneamente do eixo temático do capítulo, o campo econômico ou de qualquer outro assunto que se queira debater. O mais importante é compreender que dentro do campo, seja ele qual for, os agentes (jogadores), a partir das regras definidas, entram em constante disputa para definir posições.

Esse conceito é central para entender a ligação da comunicação com a política, porque podemos entendê-la como o fator que tensiona essas duas áreas, criando condições para que os agentes políticos e midiáticos disputem o tempo todo posições de poder em determinada

situação. Mais adiante, no capítulo de análise deste trabalho, vai ser possível compreender como a mídia se comportou dentro desse jogo em várias etapas da carreira política de Dilma Rousseff. Assim, Bourdieu define como campo político:

O lugar em que se geram, na concorrência entre os agentes que nele se acham envolvidos, produtos políticos, problemas, programas, análises, comentários, conceitos, acontecimentos, entre os quais os cidadãos comuns, reduzidos ao estatuto de 'consumidores', devem escolher (BOURDIEU, 1986, p. 164).

O conceito campo de Bourdieu pode ser explicado como uma arena de disputas simbólicas entre dominante e dominado. Nesse jogo, a moeda de troca é o poder, logo, o agente com mais capital é quem determina quais serão as regras, o que será legitimado, quais peças precisam sair do tabuleiro, por exemplo.

Dentro desse jogo, faz-se necessário dizer que a política não consegue ser totalmente autônoma. Isso significa que ela não se fecha nela mesma, já que precisa de outros campos para se disseminar. O verbo "disseminar", inclusive, marca a ação do porquê é vital que a mídia exista para dar sentido aos debates políticos. É nesse lugar que o tensionamento de forças acontece, e que a mídia se torna uma necessidade para o campo político, uma vez que ele vai sobreviver ou morrer de acordo com a quantidade de capital simbólico que for a ela atribuído.

Como já foi observado, Giddens (1991) aponta que a mídia mudou a forma como a sociedade observa o mundo e, de acordo com o autor, a modernidade é marcada por mudanças profundas em maior grau, quando se leva em consideração os períodos que antecederam essa fase. Nas palavras dele, em relação ao plano extensional, "novos fatores serviram para estabelecer formas de interconexão social que cobrem o globo" (GIDDENS, 1991, p.14), já em termos intencionais, "eles vieram a alterar algumas das mais íntimas e pessoais características de nossa existência cotidiana" (GIDDENS, 1991, p.14).

Desse modo, é possível compreender que a mídia enquanto ferramenta possibilitou que essa "interconexão social" pudesse acontecer de forma mais rápida e efetiva. Isso se dá porque não é mais necessário estar no mesmo espaço. Grosso modo, podemos dizer que a modernidade rompe a necessidade do "face a face", como ocorre nas sociedades tradicionais, e nos coloca em outro patamar de observação, através da mídia, do mundo em que vivemos.

Nesse sentido, ainda é necessário ressaltar que esse espaço que a mídia ocupa na sociedade, além de todas as possibilidades que ela gerou, são possíveis a partir do momento em que ela deixa de ser coadjuvante e assume o protagonismo. Por protagonismo, pode-se entender poder. É importante ainda lembrar dos "sistemas peritos" de Giddens (1991), que nada mais são do que sistemas de excelência técnica ou profissional.

A partir desse conceito, pode-se dizer que os "sistemas peritos" são em grande medida ferramentas para gerar confiabilidade. Logo, por que não compreender a mídia como um sistema perito em ofertar notícias? Afinal, é através dos profissionais da área que as informações passam por checagem para depois serem publicizadas.

A confiança está relacionada à ausência no tempo e no espaço. Não haveria necessidade de se confiar em alguém cujas atividades fossem continuamente visíveis e cujos processos de pensamento fossem transparentes, ou de se confiar em algum sistema cujos procedimentos fossem inteiramente conhecidos e compreendidos. Diz-se que a confiança é 'um dispositivo para se lidar com a liberdade dos outros', mas a condição principal de requisitos para a confiança não é a falta de poder, mas a falta de informação plena (GIDDENS, 1990, p. 43-44).

Dito isso, é plausível que, embora se injete confiança nesses dois campos (mídia/política), o fator "país" agrega a esse âmbito. Apesar de estarmos vivendo praticamente um estágio de "esgotamento" da informação, ou o que Han (2015) chama de "cansaço da informação", o tipo de material produzido não é suficiente para romper a falta de conhecimento pleno.

A questão da confiança pode de fato impactar um agente político. A ex-presidente Dilma Rousseff, por exemplo, em seu primeiro ano de mandato (2010) tinha grande visibilidade positiva, uma vez que dava continuidade às políticas que tinham levado o seu antecessor, Lula, a ter 86% de aceitação no final do seu governo (2009). Já na disputa da reeleição, em 2014, a visibilidade na mídia tradicional não se mostrou como aliada, o que se intensifica no processo de *impeachment* em 2016.

Podemos compreender que esse papel de articulação da ferramenta mídia tem um propósito claro de agendamento na vida do indivíduo. É a partir desse fenômeno que os meios de comunicação conseguem projetar seus enquadramentos. Por isso, por vezes a visibilidade é parceira e em outros momentos inimiga.

Todavia, o papel mais importante que a mídia desempenha decorre do poder de longo prazo que ela tem na construção da realidade através da representação que faz dos diferentes aspectos da vida humana – das etnias (branco/negro), dos gêneros (masculino/feminino), das gerações (novo/velho), da estética (feio/bonito), etc. – e, em particular, da política e dos políticos. É através da mídia – em sua centralidade – que a política é construída simbolicamente, adquire um significado (LIMA, 2004, p.4)

Em grande medida, essas percepções são constituídas enquanto imagens que vão alimentar o imaginário coletivo. Em boa parte da sociedade, essa propagação ideológica através de recortes se dá por meio dos veículos de comunicação nas suas mais diferenciadas programações. A mídia trabalha com valores de tradição, reforçando valores culturais, o senso comum. Tais concepções de mundo entram na casa de milhares de pessoas intensificando e

tornando natural para o receptor a ideia de que é normal, por exemplo, uma presidenta da república ser deposta do cargo mesmo sem ter cometido crime. O que ficou esgotadamente provado após o acontecido.

O processo de *impeachment* de Dilma Rousseff teve início em 2 de dezembro de 2015, quando o ex-presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha, deu prosseguimento ao pedido dos juristas Hélio Bicudo, Miguel Reale Júnior e Janaína Paschoal. Com uma duração de 273 dias, o caso se encerrou em 31 de agosto de 2016, tendo como resultado a cassação do mandato, mas sem a perda dos direitos políticos de Dilma. Um caso tão grande como esse, levando em consideração que campanhas eleitorais duram 45 dias, não vai ser representado em sua totalidade. A construção da notícia passa pelo que o jornalismo chama de enquadramento: basicamente, é o método utilizado para direcionar o olhar do indivíduo para uma parte da história. A escolha do ângulo é definida pela linha editorial de cada veículo.

As pessoas apenas enxergam o mundo através de uma moldura de uma janela. Se a moldura da janela é muito pequena, as pessoas já enxergarão uma pequena parte do mundo. Se a janela na parede é voltada para o oeste, as pessoas apenas enxergarão o oeste. Em outras palavras, a mídia pode mostrar apenas uma pequena parte do mundo a partir de um particular ponto de vista(PARK, 2003, p.145).

O conceito de Goffman (2006) sobre enquadramento faz menção a como um indivíduo interpreta ou, de alguma forma, reage de maneira subjetiva a uma dada situação social. Para ele, é importante saber de que forma os sujeitos aplicam os recortes para construção de seus conhecimentos.

Parto do princípio de que as definições de uma situação são construídas de acordo com princípios de organização que governam eventos – pelo menos os sociais – e o nosso envolvimento subjetivo neles; enquadramento é a palavra que eu uso para referir-se a um destes elementos básicos, tais como sou capaz de identificar. Esta é minha definição de enquadramento. Minha expressão análise do enquadramento é um slogan para referir-me, nesses termos, ao exame da organização da experiência. (GOFFMAN, 2006, p. 11)

É importante ressaltar que a mídia elabora enquadramentos não somente quando apresenta determinados ângulos sobre os eventos: o próprio fato de um veículo de comunicação ou de grandes operadores jornalísticos incluírem ou não um determinado acontecimento na sua programação (em qualquer modalidade) já promove um recorte da realidade. Nesse sentido, pode-se dizer que é impossível um meio de comunicação negar que não enquadra as notícias, uma vez que o profissional do jornalismo não está em todas as partes do mundo ao mesmo tempo.

Uma das vertentes de estudo sobre enquadramento busca descobrir se o receptor tem consciência de que, no conteúdo repassado pelo veículo de comunicação, não há a dimensão

do real do que se chama “fato”. Apesar de não ser a linha de pesquisa do presente projeto, é importante levar em conta que embora, talvez, os receptores não percebam os recortes feitos pela mídia, é notório que o jornalismo contribui para a análise que cada sujeito vai fazer do mundo em que vive. A partir de sua narrativa, o jornalismo, por conseguinte, constrói uma realidade que não tem a dimensão do real. Gaye Tuchman, autora que estudou o conceito goffmaniano de enquadramento, explica que:

Como Goffman (1975, PP.10-11) o define, “um *frame* é constituído pelos princípios de organização que governam os acontecimentos – pelo menos os sociais – e o nosso envolvimento subjetivo neles”. Os *frames* organizam as “*strips*” do mundo quotidiano, entendendo-se por *strip* “uma fatia ou corte arbitrário do fluxo da atividade corrente” (1975, p. 10). Além disso, eles também podem governar a constante organização social do próprio acontecimento perceptível, ao passo que sem o *frame* seriam apenas os *happenings* ou apenas conversa. Assim, utilizando as convenções da *news story* como *frame*, os repórteres conseguem mais do que fazer um acontecimento público; eles definem o que é e quais os *happenings* amorfos que fazem parte do acontecimento (Smith, 1974). Como *frames*, as “estórias” oferecem definições da realidade social (TUCHMAN, 1993, p. 259, com grifos no original.).

Scheufele (1999) afirma que a “mídia constrói a realidade social através do enquadramento de imagens da realidade” (1999, p.5). Sendo assim, esse recorte pode ser considerado como uma reconstrução ideológica da realidade objetiva. No jornalismo, isso ocorre no modo como os fatos são reconstruídos e repassados em forma de notícia. Segundo Felipe Pena (2005), a teoria do Espelho, formulada em 1850, quando a mídia americana passava por mudanças, não faz sentido ao analisarmos a imprensa – ou melhor, tem sentido apenas ideológico. Essa vertente prega que as notícias são exatamente como a realidade, por isso a metáfora do “espelho”. Dessa forma, os jornalistas seriam isentos, imparciais e teriam como base e principal missão a objetividade e a transcrição do real. Nas palavras de Felipe Pena (2005), estudioso das teorias do Jornalismo, pressupõe-se que o jornalista deve “emitir um relato equilibrado e honesto sobre suas observações, com o cuidado de não apresentar opiniões pessoais”(PENA, 2005, p.126).

Para Tuchman (1978), o enquadramento jornalístico, além de salientar assuntos considerados interessantes, elabora interpretações dos acontecimentos narrados. Isso faz com que cada veículo de comunicação mostre suas peculiaridades através da forma que emite a notícia para o receptor. Muito além da lógica mecânica pregada pela teoria do espelho, o jornalismo participa da construção social da realidade. Os enquadramentos, nas palavras de Genro Filho, são “potencialidades de formação da experiência” viabilizadas pelo jornalismo.

Ao enquadrar um fato em determinada editoria, o veículo de comunicação não está apenas categorizando. Nesse processo de restrição do conteúdo a uma “aba” específica, o agente está também direcionando de que forma o material deve ser analisado. A editoria delimita um recorte do real: o produto jornalístico pode sofrer uma nova fragmentação se levado em conta o novo enquadramento feito para segmentá-lo.

Ao restringi-la a uma seção exclusiva, perde-se o contexto do fato, em todas as suas dimensões: política, econômica, histórica, social, cultural, etc. Reduz-se a temática a uma única categoria, imprime-se a notícia um, e apenas um, colorido específico; um perfil delimitado (NÓRA, 2007, p.10).

É importante entender o conceito de enquadramento e a forma em que ele se desdobra no dia a dia, seja nos veículos tradicionais ou nas redes sociais digitais, para ter ciência que essa ferramenta é estratégica e puramente política. A condução do olhar do indivíduo para uma narrativa específica não acontece de forma mecânica. Lima (2006) explica ainda que o Brasil dispõe de características próprias, em relação a outros países, que são históricas, uma vez que estão na estrutura do sistema de comunicação.

Os oligopólios dos veículos de comunicação, que são o cerne dos estudos formulados por Venício de Lima (2006), ainda podem ser vistos no Brasil onde poucas famílias comandam grandes conglomerados de rádio e televisão. Embora esse cenário não apresente mudanças, é notório que a internet tem ganhado mais espaço na vida dos brasileiros. A última Pesquisa Brasileira de Mídia (PBM), realizada em 2016 pela Secretaria de Comunicação Social, aponta que a TV (89%) é o único dispositivo que se sobressai em relação à utilização da internet (49%) para obter notícias.

Seria necessário um levantamento mais atual para verificar o crescimento, manutenção ou queda dos índices na PBM, entretanto, acredita-se que o número aumentou, uma vez que é cada vez mais latente o uso da internet no dia a dia. O que impacta diretamente em como os políticos se comunicam com o público. Quando Dilma era presidenta da República, por exemplo, o contato com a imprensa funcionava de modo a fornecer repasses diretos do que estava sendo discutido. As mídias sociais digitais já viviam um período de ascensão, mas não eram elas as responsáveis por pautar os veículos. Já o Governo Bolsonaro trabalha totalmente ao contrário, sendo inclusive acusado de comprar pacotes de mensagens enviados por meio do aplicativo *whatsapp* durante a campanha eleitoral de 2018.

Nesse sentido, percebe-se um exemplo claro e didático de como a mídia, seja ela tradicional ou digital, é usada de forma estratégica pelos atores sociais. De forma que ela - a comunicação - também pode ser vista como detentora de poder simbólico, capaz de agenciar os eventos públicos, agendar e enquadrar as notícias. Rodrigues (1999) referencia que a comunicação tem esse papel central na vida moderna, uma vez que os indivíduos passam a programar suas rotinas de acordo com as grades de programações.

A onipresença dos media acentuou-se ainda mais, durante os anos 90, com a rápida generalização da telemática e dos multimídias. Tanto a administração pública e as empresas como as famílias e os indivíduos passaram a depender do funcionamento de todo um conjunto de dispositivos que os põem em contato permanente e quase instantâneo com o mundo dos negócios e da

cultura, que organizam as atividades de lazer, o comércio e as relações sociais (RODRIGUES, 1999, p. 1).

Por ter essa centralidade, diversos autores desenvolveram estudos para mostrar que a modernidade já foi superada, dando lugar a a uma era pós-industrial, pós-moderna, pós-racional, pós-iluminista. Rodrigues (1999) mostra que qualquer uma dessas designações carregam significados negativos, uma vez que expressam a perda de características do passado. Mas, para além disso, o autor entende que para existir essa transição entre os tempos, seria necessário que a sociedade tivesse ultrapassado questões que atravessaram a modernidade.

O determinismo tecnológico, desse modo, não é suficiente para soterrar parte da estrutura que moldou uma época. Rodrigues explica que essa é "uma crença de difícil aceitação", uma vez que é reducionista. Por outro lado, o autor começa a trabalhar o conceito de "campo dos *media*", que é, de certa forma, um subsistema onde os atores sociais e as instituições disputam espaço nas mídias tradicionais para garantir legitimidade sobre os demais. Mais uma vez é possível compreender como a mídia exerce um papel de conformar representações na sociedade moderna.

Nesse sentido, Thompson (1998) mostra que não podemos entender os veículos de comunicação como meros transmissores de informação, mas também que "o uso dos meios de comunicação implica a criação de novas formas de ação e de interação no mundo social, de novos tipos de relações sociais" (THOMPSON, 1998, p.13). Isso quer dizer, grosso modo, que a mídia, como já foi apontado por diversos autores, a exemplo de Giddens (1990) e Rodrigues (1999), atua na sociedade como uma ferramenta que cria, agenda e enquadra representações, mudando a forma como indivíduo vê o mundo e, mais que isso, o modo que ele se comporta a partir dessa interação.

Essa mudança acontece, entre outras coisas, pela forma que a mídia altera a publicidade, trazendo um novo sentido para as esferas pública e privada. De acordo com Thompson (1998), a partir da visibilidade proporcionada pelos meios, os eventos, atividades, entre outros, passam a ter sua importância controlada, à medida que a comunicação concede uma forma ao conteúdo. É um elemento que, assim como mostrou Lima (2006), confere grande capital (poder) para os veículos de imprensa.

Evidentemente esse fator atribui aos atores políticos a responsabilidade de pensar suas estratégias à luz da comunicação. Para o autor, esse movimento leva o nome de "intimidade não recíproca à distância", uma vez que a mídia estabeleceu um novo comportamento entre possíveis eleitores e o candidato. Isso se desdobra ao longo dos anos, tanto para quem tenta

chegar ao êxito do pleito, quanto para quem já conseguiu. A visibilidade apresenta fatores negativos e positivos, ou seja, pode ressaltar características fortes ou enfatizar as negativas. Por conta dessa centralidade da mídia para a política, tornou-se ainda mais forte a necessidade de se fazer uma campanha permanente.

Como temos visto, há um crescimento do descrédito da sociedade para com partidos e atores políticos. Nessa geração, ficou evidente a marca dessa mudança em 2018, quando aconteceu no Brasil uma onda antipetista (contrária ao Partido dos Trabalhadores). Na verdade, é como se em 2018 houvesse desaguado a onda que foi criada midiaticamente ainda em 2005, impulsionada pelo escândalo em torno do chamado "mensalão". É em cenários como esse que nascem os "escândalos", conceituados por Thompson (2002) como eventos que ganham conotação na modernidade através da mídia e que antes dela talvez nem fossem percebidos.

Esse conceito é importante porque reforça, mais uma vez, o quanto a mídia impacta a vida em sociedade. Deste modo, esses eventos são criados à luz da comunicação e ganham notoriedade, passam a compor a agenda do indivíduo. Esse conjunto de ações da mídia pode tanto criar uma espécie de líder "salvador", quanto destruir carreiras e instituições. O *impeachment* de Dilma Rousseff, por exemplo, foi um escárnio de jogos de enquadramento que, para além das consequências terríveis para Dilma - a presidenta -, também colocou em situação deplorável o projeto de democracia existente no Brasil. Para além do ator político (Dilma), um país inteiro formado por trabalhadoras e trabalhadores foi lançado a um mar aberto e cheio de incertezas a partir desse escândalo.

Nesse cenário, em que vivemos sob constantes eventos marcados por escândalos, e levando em consideração que a visibilidade dada a esses pelos enquadramentos midiáticos é densa, tendo em vista que existe uma queda drástica de confiança do "povo" em relação aos atores políticos, não dá para negar a força da comunicação (seja ela positiva ou negativa). É possível concluir que os "escândalos" podem, inclusive, ser mercantilizados. Afinal, no balcão de negócios do capitalismo, ganha quem entrega mais daquilo que o detentor do poder quer receber. Lima (2006) já mostrou que o modelo de comunicação brasileiro tem características particulares, dada a sua estrutura.

É evidente que, quando assumimos que a comunicação é mutável e avaliando o cenário atual, onde as mídias sociais digitais ganharam espaço na vida da população brasileira, não podemos restringir apenas aos meios tradicionais a capacidade de criar e potencializar fatos. Todavia, ainda é na televisão que o público mais confia. E, não distante disso, é a partir dela que as notícias se desdobram em outros modelos de conteúdo.

Miguel (2003) aponta que a visibilidade nos meios de comunicação tradicionais e também nas redes sociais digitais é como uma "escada" para a formação de atores políticos. Os programas dos candidatos dependem da evidência que a mídia oferece para chegar a mais pessoas ou a indivíduos estratégicos tendo em vista a ascensão na carreira. Entretanto, a mídia também pode ser um complicador, naquele jogo de visibilidade boa versus ruim que já foi apontada nesse capítulo.

Isso acontece porque os atores políticos dependem da mídia, mas a mídia também depende dos atores políticos. Nessa simbiose, é o editor chefe ou o setor comercial dos veículos de comunicação que define o que entra e o que sai da grade de programação. Por conta dessa simbiose entre os campos, existe um tensionamento de forças entre a mídia e os atores políticos. Essa "pressão" entre os campos referenda a centralidade de um para o outro.

1.2 A SOCIEDADE MEDIATIZADA

O surgimento das tecnologias digitais facilitou o processo de reprodução e circulação das formas simbólicas. Essa distribuição midiática, que antes era feita exclusivamente pelos meios de comunicação de massa, agora acontece também no espaço virtual, onde existem relações e interações sociais. Assim, a produção e distribuição de produtos simbólicos por essas corporações mudou os fluxos de comunicação na sociedade tanto entre instituições quanto entre instituições e indivíduos (HJARVARD, 2012, p. 59). Fausto Neto (2009) acredita que o desenvolvimento de tecnologias transformadas em meios de comunicação engendra mudanças nos processos sociais, técnicos e discursivos, provocando transformações no próprio ambiente, nos processos, nos produtos, como também na interação entre os indivíduos e na organização das instituições. Contextualizando historicamente a mediatização, o autor descreve esse espaço de mudança da seguinte maneira:

A convergência de fatores sócio-tecnológicos, disseminados na sociedade segundo lógicas de ofertas e de usos sociais produziu, sobretudo nas últimas três décadas, profundas e complexas alterações na constituição societária, nas suas formas de vida, e suas interações. Há uma disseminação de novos protocolos técnicos dentro da organização social e uma intensificação de processos que transformam as tecnologias em meios de produção, circulação e percepção da fala. Não se trata mais de reconhecer o papel central dos meios de comunicação de massa na tarefa de organizar os processos de interação entre as esferas sociais, mas de verificar se a estrutura e o funcionamento da sociedade - suas práticas, lógicas e esquemas de codificação - se cruzam e são permeados com os pressupostos e a lógica do que se chamaria "cultura midiática". Sua existência não é um fenômeno auxiliar, pois as práticas sociais, os processos de interação e a própria organização social são criados a partir do modo como essa cultura existe, sua lógica e seu funcionamento (FAUSTO NETO, 2008, p.92).

A midiaticização abre o ciberespaço, visto enquanto “tendências para a virtualização das relações humanas”, como aponta Sodré (2006, p.21). Assim, é possível perceber o domínio das redes sociais na *internet* no cenário social. Um espaço onde podemos compartilhar ideias, divulgar informações e até mesmo criar movimentos com todos conectados entre si. Nesse espaço, todos somos teoricamente e potencialmente livres, pois o usuário pode expressar sua opinião de qualquer forma. Uma publicação ou comentário chega instantaneamente a vários países – o que pode trazer benefícios, como visibilidade, comentários positivos, ou talvez cause prejuízos, como comentários negativos e ofensivos.

Assim, o contexto tecnológico em que estamos inseridos cria uma visão de mundo em que a sociedade produz o discurso que consome. Anteriormente, os meios de comunicação de massa tradicionais eram os principais responsáveis pela divulgação de notícias. Hoje, a mídia está em toda parte e qualquer pessoa com uma câmera pode compartilhar histórias online rapidamente. Segundo Borba e Baldissera (2009), é justamente por causa dessas novas ordens de interações e meios de sua reprodução que a midiaticização dos processos de produção de símbolos altera as formas de percepção, além de modificar a formação de valores e opiniões na sociedade.

No entanto, essa facilidade de informação cria barreiras de comunicação que comprometem a confiabilidade da fonte. Wolton (2010) critica a tecnoideologia que atribui poder normativo e excessivo às tecnologias de comunicação, transformadas em fator preponderante na organização e no sentido da sociedade. Muitas vezes somos influenciados por informações falsas que podem mudar nossas decisões e afetar o curso do nosso dia, como no caso da disseminação de *fake news*, que já causou linchamentos e até a morte de pessoas inocentes. Isso se deve à forma e ao contexto em que essas informações foram recebidas e interpretadas pelos indivíduos que as receberam. Outro fator importante da midiaticização na Internet é a preservação da informação, o rastro que deixamos no mundo virtual. Um comentário em uma postagem ou foto compartilhada por um amigo pode permanecer online por anos, mesmo contra nossa vontade.

Embora a mídia digital tenha facilitado o acesso à informação, é necessário usar com cuidado, filtrar e interpretar conscientemente qualquer tipo de conhecimento que obtemos online. A circulação de equívocos, por exemplo, pode cooperar para definir os "padrões" aceitos em uma ordem social. Revelando sua opinião sobre o impacto social da midiaticização, Hjarvard afirma que:

A representação da realidade nos meios de comunicação de massa assumiu uma posição tão dominante em nossa sociedade que tanto nossa percepção e construções da realidade, quanto nosso comportamento, têm seu ponto de partida. em

representações mediadas e controladas pelos meios de comunicação de massa, de modo que fenômenos como a guerra não sejam mais o que eram. (2012, p.62).

Além disso, o autor acredita que os meios de comunicação de massa são coprodutores de nossas representações mentais, nossas ações e relações com outras pessoas em diversos contextos privados e semi privados (HJARVARD, 2012). Ou seja, as representações mentais não necessariamente correspondem à realidade, mas muitas vezes são estereótipos criados pelos meios de comunicação de massa. Assim, muitas vezes é possível encontrar informações que são manipuladas, por exemplo, no campo político.

As informações apresentadas pelos meios de comunicação de massa podem configurar determinados valores na codificação e dificultar a percepção do indivíduo. No entanto, para Hjarvard (2012), a midiaticização tornou difícil distinguir entre a realidade e as representações midiáticas da realidade, porque uma mensagem só faz sentido a partir do que se faz com ela, e isso depende de como se percebe, interpreta e depois aceita essa informação.

Podemos relacionar essa ideia com a pesquisa de Hall (2003), que defende que o significado não pode ser considerado algo fixo, uma vez ocorrem os processos de codificação e decodificação e, ao mesmo tempo, os propagadores do cargo não são determinados. Aqui podemos considerar a institucionalização da mídia, um conceito previamente introduzido por Hjarvard (2012): a mídia, por exemplo, pode determinar o que será falado, mas não como o público perceberá o assunto.

Quando compartilhamos alguma informação na internet, não sabemos a proporção ou mesmo as consequências que isso pode ter, muito menos como as pessoas vão entender a mensagem. Nesse sentido, Hall (2003) afirma que a audiência é tanto a fonte quanto a receptora da mensagem, pois influencia o que é produzido. Portanto, para que as mensagens tenham algum efeito, é necessário que os signos sejam decodificados, pois é o conjunto de signos decodificados que produzirá os resultados. Segundo o autor, em sua teoria de codificação/decodificação, existem três tipos principais de decodificação de mensagens: dominância, concordância e oposição.

Quando se trata de dominância, o receptor recebe e interpreta a mensagem como o meio/produtor pretendia que ela fosse transmitida; o fabricante cria o conceito e é aceito pelo destinatário. Já na decodificação ao modo da negociação, que acontece na maioria das vezes, o receptor não está em condições de aceitar ou rejeitar facilmente a ideia que está sendo apresentada. Por fim, em oposição, a mensagem não é aceita pelo receptor, que se opõe ao sentido atribuído pelo produtor. De acordo com Stuart Hall (2003), é nesse momento que começa a luta pelo discurso.

Portanto, a mensagem nem sempre será percebida igualmente por todos, pois depende dos diferentes mediadores do processo, ou seja, dos distintos processos de mediação entre produção e recepção, conforme Martín-Barbero (2003). Assim, o conteúdo pode levar a “mal-entendidos” em uma troca comunicativa, o que ocorre quando os espectadores não agem dentro de um código preferencial ou dominante. Isso acontece, por exemplo, quando uma mensagem é destinada a um público específico, mas acaba sendo acessada também por um público maior, ou quando há divergência sobre o conteúdo recebido.

A Internet permite que esse pensar e repensar aconteça o tempo todo, dado o volume de informações que circulam constantemente. Um discurso lido de forma abreviada, uma manchete escrita de forma tendenciosa, combinada com a bagagem cultural, os princípios e a ideologia de um indivíduo podem alterar completamente a informação, despojando-a de sua forma original.

O fenômeno da midiatização é um dos conceitos-chave para a discussão das relações na modernidade, pois esse fenômeno conduz ao substrato do processo de midiatização. Ou seja, no processo de comunicação na esfera digital, percebido através do conjunto de sujeitos com mídias digitais. Por isso, também nos incita a discutir a cultura e a mediação digital, questões que permeiam tanto o fenômeno quanto o processo. Para delinear-los, no contexto das relações dos sujeitos com as organizações, consideraremos, portanto, as consequências que o processo pode dar ao fenômeno da midiatização nesses espaços.

Examinando a comercialização de relacionamentos no contexto da midiatização, podemos ver que os sujeitos usam aplicativos de relacionamento para encontrar alguém com quem se comunicar. Entre os vários aplicativos de namoro, podemos citar alguns exemplos como: *Tinder*, *Happn*, *Kickoff*, *Instamessage*, *Adopt A Guy*, etc. No entanto, neste artigo em particular, focaremos no *Tinder*, o primeiro aplicativo do gênero utilizado no Brasil.

Por outro lado, isso nos leva a acreditar que a visibilidade que esse tipo de plataforma promove infunde o valor de consumo para seus usuários. Pois, como argumenta Bauman (2004), as relações estabelecidas pelas mídias digitais permitem que os sujeitos tanto iniciem quanto encerrem relações de forma rápida e fácil; deste modo a tecnologia torna os relacionamentos muito mais simples e descartáveis. Ao analisarmos o *Tinder* colocando em perspectiva essas questões, percebemos que os usuários poderiam usar esses aplicativos de relacionamento como se fossem uma vitrine virtual que mediará os relacionamentos a partir de seu arcabouço tecnológico. Segundo Sodré (2006), a tendência à virtualização das relações humanas faz parte do fenômeno da midiatização, o que parece explicar a busca por relacionamentos mediados por aplicativos. É no fenômeno da midiatização que ocorre a

simbiose entre sujeitos e tecnologias, o que impulsiona mudanças nas formas de relações entre os indivíduos - é o caso da presença de valores de consumo nas relações. No entanto, segundo Bauman (2004), os valores que fundamentam o mercado afetam as relações entre os indivíduos, mesmo que não sejam identificados inicialmente.

Com base nesses pressupostos, acreditamos que o tema da presente pesquisa se justifica tanto para a área da Comunicação como para as Relações Públicas, uma vez que é significativo o crescimento do número de aplicações de comunicação e dos seus utilizadores. Consequentemente, os aplicativos de relacionamentos afetam a ampliação das formas de comunicação e as relações entre os sujeitos com o auxílio da tecnologia. Portanto, uma vez que o campo das Relações Públicas é sustentado pelo campo da Comunicação, compreender as relações que surgem com o auxílio dos meios tecnológicos torna-se fundamental no contexto da midiatização. Afinal, no cerne do campo das Relações Públicas está a busca pelo entendimento e aprimoramento das relações entre o público, as organizações e as tecnologias por meio de processos de comunicação.

O fenômeno da midiatização considera a simbiose entre sujeitos, tecnologias e, consequentemente, suas consequências, ou seja, nas diferentes formas de comunicação e, posteriormente, na (re)configuração das relações. Essa afirmação é enfatizada por Sodré (2006, p. 22) ao sugerir intuitivamente que:

A midiatização implica, assim, uma certa qualificação da vida, uma nova forma de presença do sujeito no mundo, ou uma consideração da classificação aristotélica das formas de vida, biografia específica. Em sua *Ética a Nicômaco*, Aristóteles considera três formas de existência humana (*bios*) na Polis: *bios theoretikos* (vida contemplativa), *bios politikos* (vida política) e *bios polautistikos* (satisfação com a vida). A midiatização pode ser considerada como um novo *bios*, uma espécie de quarta esfera existencial com qualificação cultural própria ("tecnocultura").

Ou seja, o autor reflete sobre a relação que o sujeito tem com as tecnologias e vice-versa, e por outro lado, sobre todas as mudanças que ocorrem nessas relações, tanto para o indivíduo quanto para as tecnologias e a sociedade como um todo. Nessa perspectiva, Gomes explica que:

A sociedade em processo de midiatização é maior, mais abrangente do que as dinâmicas de comunicação que ainda se realizam na chamada sociedade midiática. Não é só a comunicação que melhora, ou seja, não só a capacidade de comunicar através dos meios tecnológicos extremamente complexos que caracterizam o contexto atual, mas a complexidade tecnológica que é amplamente utilizada pelas pessoas desde cedo cria um novo ambiente matricial que acaba por definir a forma como a sociedade existe, pensa e age. Chamamos esse ambiente matricial de "sociedade em midiatização" (2016, p.18).

Assim, o fenômeno da midiatização se dá nessa "nova" esfera da vida, o quarto *bios*, que ocorre por meio de seu processo e, por sua vez, ocorre por meio da apropriação e uso em

relação aos indivíduos com a tecnologia que permite que esse fenômeno se desenvolva. Nesse sentido, Verón (2014) nos lembra que ao nos apropriarmos e utilizarmos dispositivos técnicos (mídias digitais), também exteriorizamos nossos pensamentos nesse ambiente. Véron (2014) cita três principais consequências da midiaticização: a autonomia de emissores e receptores de signos materializados; estabilidade desses signos se materializa ao longo do tempo; e um conjunto de normas sociais que determinam as formas de acesso aos signos.

Assim, a materialização dos signos ocorre a partir da exteriorização dos pensamentos dos sujeitos, que, por sua vez, estão em estado de autonomia nos meios digitais. Portanto, esses signos, materializados em mídia digital, tornam-se permanentes tanto no tempo quanto nesses espaços. Deste modo, também existem sistemas de normas sociais que ditam o acesso ou não a esses signos; no entanto, esses sistemas diferem dependendo da mídia digital e do contexto relacional. Corroborando essas observações, Costa afirma que a cultura digital envolve :

[...] manipulação de dados, imagens e sons, conexões com todos os cantos do planeta pela internet, a formação de comunidades virtuais, oportunidades de protesto e advocacia, bem como convites para as mais diversas formas de participação, são a prova de que a vida cotidiana definitivamente mudará após a digitalização ruidosa. Como resultado, grande parte da imaginação tecnológica de hoje foi alimentada pelo ideal de suprimento infinito. É o sonho de um mundo de produtos, informações e serviços disponíveis sob demanda, em qualquer tela ou display ao seu alcance. O mundo em um clique (2003, p.30).

À medida que a sociedade entende a tecnologia, ela se concentra no fenômeno da midiaticização. Assim, não podemos deixar de pensar na cultura digital, pois envolve o engajamento das pessoas com a tecnologia e seus possíveis resultados. Como destaca Costa :

[...] A Internet possibilitou inventar novas formas de comunicação sem prestar atenção à presença física ou localização geográfica dos interlocutores, sem sequer precisar dar importância, muitas vezes, ao gênero ou *status* social daqueles com quem conversavam [...]. Conectadas a qualquer hora, em qualquer lugar, as pessoas podem se comunicar e colaborar de novas maneiras (2003, p.74).

O fenômeno da midiaticização traz consigo diferentes formas de agir, pensar e existir. Ou seja, por meio do processo de midiaticização implicado nas relações mediadas pela tecnologia, “[...] as formas mediadas de interação tendem a mimetizar aspectos da interação face a face; assim, representam não apenas alternativas para esse tipo de interação, mas também uma ampliação do espaço em que a interação pessoal pode ocorrer” (HJAVARD, 2012, p. 64). Em outras palavras, a mídia digital pode ajudar a construir relacionamentos; para Sodré , “o significado do ato de fazer a ponte ou fazer com que duas partes se comuniquem está presente na palavra mediação” (2009, p.21).

Segundo esses dois teóricos, Lasta acredita que no processo de mediação “[...] é preciso ter um elemento/ambiente que possibilite a ação de uma ponte/conexão/unificação de

dois termos /partes/realidades" (2015, p.122). Como as mídias digitais possibilitam a mediação das relações que acontecem em sites e aplicativos, inicia-se com o fenômeno da midiática; porque, como alerta Barichello (2009, p. 343), “[o fenômeno da midiática] muda, gostemos ou não, as tipologias de fluxos comunicacionais que existem atualmente”. Consequentemente, a midiática afeta os mais diversos tipos de relacionamentos e, como aponta Lasta:

O panorama traçado configura-se profícuo aos estudos de comunicação organizacional no *medium*, compreendido a partir da sociedade midiaticizada. Na qual, os processos comunicacionais são construídos e disputados pelos múltiplos atores sociais no âmbito das inter-relações (2015, p.13).

Como o fenômeno da midiática afeta a sociedade como um todo, logo seus aspectos surgem também nos processos de comunicação organizacional sob diferentes pontos de vista. Porque o substrato do fenômeno da midiática, percebido por meio de seu processo, ocorre por meio de relações entre diversos atores, mas essas relações são mediadas pelas mídias digitais. Consequentemente, essa dinâmica acarreta mudanças nas relações entre os sujeitos em relação às organizações.

Podemos discutir a relação entre sujeitos e organizações a partir dos espaços tecnológicos que organizam. Como o fenômeno da midiática também atinge as organizações, portanto, as relações com os sujeitos e principalmente aquelas estabelecidas por meio da tecnologia. Pois, como alerta Lasta (2015, p. 74), essas relações e suas consequências:

[...] pressupõem o reconhecimento concedido pela alteridade/outros. Devido a essa dinâmica, múltiplos atores podem monitorar continuamente uns aos outros para obter informações uns sobre os outros e assim formular suas estratégias de comunicação no ambiente. Esse panorama nos leva a considerar as inter-relações entre diversos atores, cruzando-se assim com o campo das relações públicas (2015, p.74).

Como a relação entre múltiplos atores se dá por meio da tecnologia, isso afeta o processo de reconhecimento desses atores uns em relação aos outros. E se considerarmos o campo das relações públicas nesse contexto, o reconhecimento organizacional desses muitos atores podem ou não estar nas relações com as organizações. Por isso, acreditamos no movimento relacional dos sujeitos às organizações, visando à obtenção de um substrato de matérias-primas para o campo das relações públicas, que está contido no reconhecimento dos sujeitos na conjuntura tecnológica.

Assim, podemos compreender que, no fenômeno da midiática, os sujeitos se aproximam cada vez mais das organizações por meio de processos gerados por diversos meios digitais, assim também envolvidos nos valores que são colocados em cena.

Conseqüentemente, o fenômeno da mediação leva as organizações a também adaptarem múltiplos ambientes digitais, de modo que tanto organizações quanto sujeitos sejam criados e constituídos no e pelo processo de mediação.

2. AS IMPLICAÇÕES DO PATRIARCADO NA VIDA POLÍTICA FEMININA

Este capítulo se debruça, num primeiro momento, a compreender de que forma o conceito de patriarcado pode ser ressignificado. Weber (1991) entende que o patriarcado faz parte de um sistema de dominação do gênero masculino sobre o gênero feminino, que é uma questão enraizada, portanto, estrutural. Contudo, o autor entende que essa estrutura não pode ser modificada, uma vez que é baseada na tradição. Grosso modo, Weber reconhece que o “patriarcalismo” existe e naturaliza esse fato.

No presente estudo, um conjunto de autoras é acionado para esmiuçar como o patriarcado se desdobra na vida das mulheres e, mais do que isso, é feito um esforço para romper com o conceito weberiano de que a estrutura é imutável. Caso o patriarcado fosse inabalável, a luta de diversas feministas, mesmo que de diferentes correntes, não teria quebrado partes da viga que dá sustentação a esse sistema de dominantes e dominadas.

Saffioti (2004) entende o patriarcado de duas formas. A primeira como uma herança da família patriarcal, quando ela analisa a formação da sociedade brasileira. A autora explica ainda que, nesse cenário, o homem tem papel de chefia dentro dos lares, o que mantém a relação de poder. Nessa hierarquia, a mulher é subalterna à decisão dos parceiros que controlam seu corpo e, de certo modo, a sua existência. Em um segundo momento, Saffioti (2015), define o patriarcado através de um olhar das teorias feministas, mostrando que o conceito deve caminhar junto com o gênero, já que o último, por si só, não explicita a desigualdade entre o feminino e o masculino. É importante entender que a autora não estuda patriarcado de forma isolada, pois tece relações entre gênero, capitalismo e raça. Faz-se necessário compreender o escopo de análise de Saffioti, porque ela apresenta o sistema de dominação em diversas áreas da vida.

Por que se manter o nome patriarcado? Sistematizando e sintetizando o acima exposto, porque: 1) não se trata de uma relação privada, mas civil; 2) dá direitos sexuais aos homens sobre as mulheres, praticamente sem restrição (...) 3) configura um tipo hierárquico de relação, que invade todos os espaços da sociedade; 4) tem uma base material; 5) corporifica-se; 6) representa uma estrutura de poder baseada tanto na ideologia quanto na violência (SAFFIOTI, 2015, p. 60).

Nesse sentido, a autora nos mostra que o contexto brasileiro traz nuances diferentes para o conceito de patriarcado, que se manteve e desdobrou-se na sociedade capitalista, em que as opressões de gênero e de raça tem força até hoje.

2.1 Patriarcado: Para além do conceito engessado de Weber

Em um primeiro momento, é preciso explicar o motivo da escolha pelo estudo do patriarcalismo moderno em detrimento da estrutura patriarcal colonial. Entende-se que patriarcado, especificamente antes da criação do Estado, tem uma ligação com o pensamento weberiano que legitima sistemas e pensamentos com base na tradição. Dessa maneira, acredita-se que o conceito de Weber não pode servir como sustentação de um sistema de dominação de homens sobre mulheres, que impacta até hoje o grupo social. Para Weber (1991), o patriarcado consiste num tipo de legitimação tradicional, na qual o poder adquire validade em virtude do costume e do “eterno ontem”, especialmente em sociedades tradicionais anteriores ao capitalismo. Além disso, para ele, a legitimidade ainda pode ser carismática – como as características extraordinárias de um líder político – ou racional-legal, criada no processo de modernização do estado moderno, como a burocracia. Para criticar a ideia weberiana de patriarcado, a presente pesquisa é desenvolvida com o suporte teórico de um conjunto de autoras que estudam o tema pensando na complexidade das relações sociais e das instituições na contemporaneidade.

Castro e Lavinias (1992) apontam que não há necessidade do uso do termo “patriarcado”. As autoras enfatizam que a palavra é sempre utilizada como forma de adjetivar uma expressão, por exemplo, família patriarcal ou ideologia patriarcal, remetendo ao conceito weberiano de tradição. Logo, elas esclarecem que “trata-se de um tipo de dominação em que o senhor é a lei e cujo domínio está referido ao espaço das comunidades domésticas ou formas sociais mais simples, tendo sua legitimidade garantida pela tradição” (CASTRO & LAVINAS, 1992, p. 237).

Em contrapartida, Castro e Lavinias (1992) destacam que a aplicação do conceito de “patriarcado” de modo substantivado adensaria suas raízes. Uma vez que remeteria a expressão a um sistema, uma estrutura que está disseminada no corpo social como um todo, e não apenas restrito a ambientes específicos, tais como os âmbitos midiático, trabalhista e

familiar. Além disso, o conceito de patriarcado, como substantivo, ainda remeteria ao inconsciente de homens e mulheres, isto é, ao inconsciente da sociedade como um todo.

Lobo (1992), assim como Castro e Lavinias (1992), prefere não utilizar o termo patriarcalismo em seus estudos. Segundo a autora, alguns estudiosos, ao colocarem “patriarcado” como elemento fundamental para a estruturação da sociedade, acabaram naturalizando a situação da mulher. Para ela, ao contrário, a condição de gênero é mutável e cultural: “as relações sociais organizam as divisões da sociedade, e a divisão sexual do trabalho é um *locus*¹ fundamental das relações entre os sexos” (LOBO, 1992, p.259).

Delphy (1981), socióloga francesa, aponta Marx e Victor Hugo como exemplos de pensadores que, ao se referirem ao conceito de forma adjetiva, tratando-o como força motriz para o desenvolvimento das sociedades, findaram por elevar a noção de patriarcado a um sentido positivo. Ou seja, ambos os autores, apesar de suas diferenças, não percebem o grau de dominação entre gêneros implicados no patriarcalismo. Ela ressalta que “le patriarcat est, dans cet usage, une espèce de noyau à la fois inexplicable et irréductible de la «nature humaine»” (DELPHY, 1981, p. 63).¹

Pateman (1993), filósofa e primeira mulher a ocupar o cargo de presidência da Associação Internacional de Ciência Política (1991-94), assim como Lobo e Delphy, entende que analisar o patriarcado no sentido de “paternidade” do desenvolvimento da sociedade tende a situar as relações patriarcais apenas no que tange à concepção familiar. “A gênese da família (patriarcal) é frequentemente entendida como sinônimo da origem da vida social propriamente dita, e tanto a origem do patriarcado quanto a da sociedade são tratadas como sendo o mesmo processo” (PATEMAN, 1993, p.43). Mais uma vez, pode-se observar que as pesquisadoras, além de criticarem o emprego do termo enquanto adjetivo, também reprovam a utilização dele com intenção de legitimá-lo, apontando-o como fator determinante para fixação de contratos sociais.

Para Pateman (1993), de acordo as primeiras histórias, na época primitiva, a prática livre de relações sexuais fazia que o direito da mulher – enquanto mãe – imperasse, uma vez que a descendência só podia ser reconhecida pela progenitora, devido à liberdade sexual. A autora tece uma relação entre a ascensão do patriarcado e a paternidade, concluindo que “o reconhecimento da paternidade foi interpretado como um exercício da razão, um avanço necessário que forneceu as bases para a emergência da civilização – todas elas realizações dos homens” (PATEMAN, 1993, p.50). Ou seja, o patriarcado se configura como um tipo de domínio que sucede o matriarcado.

Saffioti (1992), socióloga marxista, estudiosa da violência de gênero e militante feminista brasileira, aponta que até mesmo dentro do “feminismo marxista” existe mais de uma corrente de pensamento. Segundo ela, o patriarcado pode ser entendido como uma “organização social de gênero autônoma, convivendo, de maneira subordinada, com a estrutura de classes sociais” (SAFFIOTI, 1992, p.194), ou usado apenas no sentido ideológico e adjetivado. Delphy (1981) também já indicava a existência de diversos “feminismos” dentro do movimento feminista – que em nenhum momento da história foi único, no que tange à perspectiva coletiva sobre a luta, contudo, sempre manteve como cerne o ideal de que a mulher não deve ser submissa em nenhuma instância ao homem.

Machado (2000) também critica o uso do conceito de patriarcado de forma adjetivada, que tem uma conotação imutável, porém é contra o abandono do termo. Em seus estudos, ela mostra que é possível trazer o conceito de patriarcado para o contexto da contemporaneidade com o objetivo de analisar, mais precisamente, as mudanças sofridas no decorrer do tempo, já que as relações são muito mais complexas e dinâmicas do que as comunidades familiares weberianas. Ela critica o fato de que “a autoridade familiar e doméstica é que funda o patriarcado e implica uma determinada divisão sexual que Weber denomina ‘normal’”. (MACHADO, 2000, p.3). Especificamente, segundo a autora, deve-se ficar atento ao patriarcado em suas “novas formas e na sua diversidade” (MACHADO, 2000, p.3).

Nesse sentido, Saffioti (1992) endossa que “a teoria weberiana é constituída por conceitos genéticos fechados, que não admitem nem multivocidade, nem matizes. O termo patriarcado, contudo, não constitui propriedade da teoria weberiana ou de filiação weberiana” (SAFFIOTI, 1992, p. 194). Já a segunda onda do movimento feminista trazia as reconstruções do termo se distanciando da tradição. A autora salienta ainda que as redefinições, se bem ponderadas, podem e devem ser utilizadas para melhor compreensão de acordo com o contexto histórico.

Enquanto um tipo ideal weberiano, o patriarcado encontra-se preso a determinado período temporal, como se as comunidades anteriores ao Estado tivessem a mesma complexidade que as sociedades modernas. Machado (2000) aborda esse enfoque dizendo que o poder é “sempre, no entanto, contestado em nome do enraizamento social e cultural da legitimidade política do código dos direitos individuais à igualdade e liberdade” (MACHADO, 2000, p.16). Pateman (1993) defende a manutenção do uso dos conceitos de patriarcado, patriarcal e patriarcalismo, tendo em vista que . “grande parte da confusão surge porque ‘patriarcado’ ainda está por ser desvincilhado das interpretações patriarcais de seu significado” (PATEMAN, 1993, p.39).

As autoras citadas acima esboçam um panorama dos estudos feministas e, embora essas perspectivas teóricas não adotem a mesma forma de conceituar o termo patriarcado, todas têm em comum reflexões que vão além do pensamento tradicional imutável de Weber.

Tendo concluído a missão de conceituar patriarcado para além da forma adotada por Weber, cabe agora entender como essa estrutura, sendo ela adjetivo ou substantivo, molda padrões de sociedade que encontramos ainda hoje. Saffioti aponta que a mulher em "todas as outras esferas, quer de trabalho, quer de vida ociosa, sempre foi considerada menor e incapaz, necessitando da tutela de um homem, marido ou não" (2013, p.62-63).

A felicidade pessoal da mulher, tal como era então entendida, incluía necessariamente o casamento. Através dele é que se consolidava sua posição social e se garantia sua estabilidade ou prosperidade econômica. Sob a capa de uma proteção que o homem deveria oferecer à mulher em virtude da fragilidade desta, aquele obtinha dela, ao mesmo tempo, a colaboração no trabalho e o comportamento submisso que as sociedades de família patriarcal sempre entenderam ser dever da mulher desenvolver em relação ao chefe da família. (SAFFIOTI, 2013, p. 62-63).

Nesse sentido, percebe-se que existe uma espécie de hegemonia quando o assunto é patriarcado. Evidentemente, esse termo é utilizado com mais frequência para tratar de domínios políticos ou culturais. Entretanto, o modo como a sociedade inseriu e continua inserindo a mulher na vida social, para além de ditar as regras, torna esse conceito pertinente para o âmbito desse estudo. Deste modo, parte-se do pressuposto de que essa estrutura está vinculada à dimensão propriamente cultural da hegemonia, que também significa, em grande medida, a manutenção do poder do homem sobre a mulher. Dênis de Moraes, doutor em Comunicação e Cultura pela Universidade Federal do Rio de Janeiro e estudioso do intelectual italiano Antonio Gramsci, aponta que:

[...] a hegemonia não deve ser entendida nos limites de uma coerção pura e simples, pois inclui a direção cultural e o consentimento social a um universo de convicções, normas morais e regras de conduta, assim como a destruição e a superação de outras crenças e sentimentos diante da vida e do mundo". (MORAES, 2010, p. 55; GRAMSCI, 2002, p. 65).

Portanto, a hegemonia atua no campo das ideias: não necessariamente ela é acompanhada de força bruta, mas sim de um poder de persuasão que faz com que o indivíduo internalize a mensagem, o comando, e siga no caminho programado. Segundo Gramsci (2002), "a supremacia de um grupo social se manifesta de dois modos, como domínio e como direção intelectual e moral" (2002, p. 62).

Para entender como a hegemonia se dá propriamente na sociedade que tem como estrutura de sistema econômico o capitalismo, Gramsci (1999) entende ser necessário estudar as linguagens e línguas, o que deve ser feito de maneira "despreconceituosa e, sobretudo, ideológico-histórico, e não estritamente gramatical" (1999, p. 229). O intelectual complementa apontando que a "linguagem significa também cultura e filosofia" (GRAMSCI, 1999, p.398).

Com a evolução dos meios de comunicação na modernidade, como observou-se no primeiro capítulo, a sociedade passou a ter um novo “olho” para ver o mundo. Isso porque as redes de comunicação, por exemplo, no Brasil, aproveitaram-se das superestruturas construídas pelo Estado para propagar conteúdos em seu próprio benefício e garantir a manutenção de poder de quem melhor lhe convém. Esse modelo de mídia hegemônica no país visa à organização da cultura das massas, chamada por Gramsci de “filosofia das multidões”, tornando a multidão, como afirma Eduardo Coutinho “ideologicamente homogênea, coerente, sistemática” (COUTINHO, 2012, p.4).

Pertencemos simultaneamente a uma multiplicidade de homens-massa, nossa própria personalidade é compósita de uma maneira bizarra: nela se encontram elementos dos homens das cavernas e princípios da ciência mais moderna e progressista, preconceitos de todas as fases históricas passadas estreitamente localistas e intuições de uma futura filosofia que será própria do gênero humano mundialmente unificado (GRAMSCI, 2002, p. 94).

Quando Gramsci faz menção a estudar a linguagem de modo “ideológico-histórico”, ele remete a pesquisa ao que não diz respeito apenas à gramática, mas ao âmbito em que esse discurso foi construído e a forma como atravessou as épocas. Para ele, expressões e atitudes antigas podem ser encontradas no vocabulário atual, ainda que certos verbetes, ditados e ensinamentos deixados há décadas.

O pensamento das massas é construído a partir dessas formas históricas, estratificadas em sua consciência. Formas que são permanentemente reelaboradas pelos sujeitos atuais por meio de suas falas. Daí o entendimento das narrativas – midiática, literária, religiosa, jornalística, musical-popular, etc. – como falas que constroem, a partir de traços que testemunham o passado, historicidades convenientes às perspectivas de diferentes grupos sociais (COUTINHO, 2012, p.4).

Gramsci faz um questionamento: “qual é o tipo histórico de conformismo, de homem massa do qual fazemos parte?” (2002. p.94). Na medida em que grande parte do fluxo discursivo é estruturado a partir dos meios de comunicação de massa, é importante visualizar que não é possível responder Gramsci sem analisar a estrutura de comunicação.

Considerando a centralidade da mídia eletrônica na sociedade civil, sua principalidade na organização da consciência popular, partiremos da hipótese de que o tipo histórico de conformismo do qual fazemos parte, hoje, não pode ser compreendido sem uma análise do modo como os modernos meios de comunicação reelaboram os signos do passado, se apropriam de formas e linguagens populares, reinterpretam a tradição. A consciência desse homem massa é um mosaico em que, entre traços da cultura oral, da cultura letrada, de crenças religiosas, etc., sobressaem-se as ideias, valores e significações criados e recriados pelos meios de comunicação eletrônica (COUTINHO, 2012, p.4).

Entretanto, é importante ressaltar que não é só a imprensa a responsável por manter determinadas visões de mundo. Os partidos políticos, os sindicatos, as associações, os

movimentos sociais, a escola e a Igreja também fazem parte de um conjunto de ferramentas que têm credibilidade para manter processos de dominação, ideológicos, culturais e de hierarquização da sociedade. “Em qualquer caso, os aparelhos de hegemonia atuam como difusores e sustentáculos de concepções particulares de mundo, que almejam legitimar-se na sociedade civil” (COUTINHO, 2010, p. 5).

Especificamente sobre a imprensa, Karl Marx e Friedrich Engels, já em 1977, apontavam que os meios de comunicação de massa “transportam signos; garantem a circulação veloz das informações; movem as ideias; viajam pelos cenários onde as práticas sociais se fazem; recolhem, produzem e distribuem conhecimento e ideologia” (2005, p. 67). Os meios de comunicação de massa ganharam credibilidade de destaque dentro da sociedade civil e conseguem, de fato, manter a ordem hegemônica dos mais variados tipos de processos – levando em conta sempre os níveis de representação de interesses.

Assim, pensar em hegemonia dentro desse estudo implica em compreender que ela vai criar uma cultura, um conjunto de ideias a partir das quais o indivíduo pensa a realidade e normaliza o sistema cultural vigente, contribuindo para que ele se mantenha como o único possível (tal como prega o pensamento weberiano).

É, de certo modo, uma direção político/cultural. Diferente de ideologia, esse conceito mostra que é possível controlar a sociedade não apenas do ponto de vista ideológico, mas também tecendo uma quantidade de preceitos e conceitos que dizem respeito a uma cultura que modela o comportamento cultural diário. No presente estudo, defendemos que é no interior desta cultura que é construída a “estrutura patriarcal”. É através da hegemonia (e suas variadas ferramentas), que é criado um sistema de ideias e valores que formam consensos sociais, percepções e também a forma de perceber a relação entre homens e mulheres.

Em relação ao sistema de domínio dos homens sobre as mulheres, Saffioti (2013) afirma que não é apenas no cenário econômico que a figura feminina é reduzida; de acordo com a autora, há outros elementos socioculturais que endossam e, de certa forma, aprofundam essa inferiorização.

Pode-se admitir que a família monogâmica tenha suas estreitas vinculações com a propriedade privada, ou melhor, com o modo de produção capitalista, sobretudo em seu aspecto reprodutivo, ou seja, no que tange ao direito de sucessão. Todavia, seria simplificar demais a realidade asseverar que a propriedade privada constitui a fonte exclusiva da inferiorização da mulher na sociedade. [...] Engels deixou-se iludir por um elemento comum às relações entre as classes sociais e às relações entre os sexos: a dominação. Este fenômeno, entretanto, apresenta muito maior amplitude que o fenômeno da propriedade. Se, por um lado, a propriedade condiciona certas formas de domínio, podendo-se mesmo afirmar que a dominação economicamente condicionada decide dos destinos de uma sociedade competitiva em épocas normais,

por outro, existem formas de domínio que não derivam diretamente da propriedade privada (SAFFIOTI, 2013, p. 120-121).

Quando a autora declara que "este fenômeno, entretanto, apresenta muito maior amplitude que o fenômeno de propriedade", numa crítica direta ao pensamento de Engels, com o qual a autora tem proximidade por estar situada na ótica do feminismo marxista, ela lança luz numa temática importante para o rumo dessa pesquisa: através desse sistema de dominação (homem/mulher, nunca ao contrário), as mulheres foram arrastadas para longe das discussões de sociedade, públicas e políticas. O que não estava na instância do cuidar, seja dos filhos, do marido ou da casa, não pertencia ao gênero feminino. Não na prática.

Em última instância, porém, foi a mulher o elemento mais afastado das correntes de transformações sociais e políticas, afastamento este deliberadamente promovido pelos homens numa atitude francamente hostil à participação da mulher em toda e qualquer atividade que extravasasse os limites da família (SAFFIOTI, 2013, p. 249).

A argumentação de que o patriarcado deve ser entendido como estrutural não pode ser perdida de vista. Assim como o racismo, que está nas vértebras da sociedade brasileira e em vários países pelo mundo, o sistema de dominação dos homens sobre as mulheres também se perpetua por várias gerações. "Esse rígido sistema de constrangimento físico e moral do elemento feminino, criado e mantido pelo androcentrismo da família 70 patriarcal, marcou profundamente a vida e a mentalidade da mulher brasileira" (SAFFIOTI, 2013, p. 251).

Importa observar que todo conteúdo estudado nessa seção visou mostrar que o contrato social que inaugura a modernidade não trouxe consigo liberdade em termos de contrato sexual. A época moderna não desconstruiu o princípio de dominação masculina.

Objetivamente, pensar o patriarcado também como patriarcado moderno implica em entender que o domínio masculino continua ainda na modernidade. Dentro desta linha de raciocínio, o contrato social, entendido como o contrato que cria o Estado Moderno, não modificou as raízes da situação feminina.

Em síntese, optou-se por entender o patriarcado a partir de dois traços fundamentais: ser um sistema de domínio que influencia e conforma o inconsciente de toda a sociedade; e ser, ao mesmo tempo, um sistema de domínio que permanecem Ffuncionamento na modernidade na medida em que o contrato social não liberou as mulheres do domínio masculino.

2.1 Desconstruir para construir: Misoginia, feminismo e a figura da mulher na política

Misoginia, substantivo feminino, que significa sentimento de "antipatia ou aversão mórbida às mulheres" (MISOGINIA (a referência é essa mesmo?), 2015). Nesta parte da construção teórica, tem-se como objetivo apresentar de que forma a misoginia se mostra como uma espécie de sustentação da grande estrutura patriarcal, que vai abranger, inclusive, a dicotomia entre machismo e feminismo.

Há referências que apontam o aparecimento do feminismo nos séculos XVII e XIX, entretanto, faz-se necessário ressaltar que o movimento, como projeto político e com viés de pensamento crítico, tem sua ascensão no final dos anos 60. Naquele momento, enquanto conjuntura, era possível perceber um conjunto de pautas, para além da categoria de mulher, sendo trabalhadas, a exemplo de questões relativas aos negros.

Comumente chamados de minorias, no final dos anos 60, esses grupos já clamavam pela ampliação de espaço e representatividade na esfera pública. Faz-se necessário ponderar que tanto as mulheres quanto os negros, grupos étnicos, entre outros, sempre tiveram voz. Entretanto, o peso da estrutura e de seus desdobramentos na vida cotidiana findaram por silenciar essas vozes.

O debate sobre a pluralidade de sujeitos políticos constituídos pela ação do feminismo e vários outros movimentos contemporâneos revela que a construção da igualdade passa, justamente, pela desconstrução da ordem social que hierarquiza as diferenças transformando-as em desigualdades. Daí que considero que a relação igualdade/ diferença deve ser entendida não em termos antagônicos, mas como um dilema a ser enfrentado como parte do processo dialético da transformação das relações sociais (ÁVILA, 2000, s.p.).

Portanto, nesse momento da história, está colocado em pauta que a inserção da mulher na sociedade não deve aparecer somente como integrante da história, mas como ser político que escreve a própria história, e mais que isso, escreve sobre a história de forma geral. Ou, como define Scott (1995), trata-se de "inscrever as mulheres na história".

Diante dessa ebulição, as mulheres passam a fazer um movimento não só de construção de uma sociedade que não as silencie, mas também de desconstruir tudo aquilo que é estrutural, que está emaranhado nas raízes do patriarcado. Quando se fala do feminismo com viés de pensamento crítico, é justamente nesse sentido, de desconstruir para construir algo novo.

Há muito mais coisas envolvidas do que a questão original "e as mulheres?". O feminismo tem influenciado formas cotidianas de se trabalhar e tem contribuído para um maior reconhecimento da compreensão de que resultados produtivos dependem de relações baseadas em apoio mútuo. Ele tem tornado visível algumas das premissas do trabalho intelectual de esquerda, bem como os interesses masculinos

que os têm sustentado. Ele tem produzido novos objetos de estudo, obrigando-nos, além disso, a reformular velhos objetos (...) ele tem contribuído para um deslocamento mais geral: da crítica anterior, baseada na noção de ideologia, para abordagens que se centram nas identidades sociais, nas subjetividades, na popularidade e no prazer (JOHNSON, 1999, p. 14).

O patriarcado moldou de tal forma a concepção da participação da mulher na esfera pública, e até mesmo na esfera privada, que ainda soa de modo estranho refutar o pensamento weberiano segundo o qual o homem é o dominador e a mulher a dominada, origem e fundamento da tradição que sustenta a sociedade.

As características que formam esse lugar de dicotomia entre homens e mulheres também podem ser analisadas pelo conceito de identidade, que diz muito sobre esse conjunto de fatores que fizeram com que as mulheres, a partir do instante do nascimento até a morte, tenham sido colocadas em posição de inferioridade em relação aos homens.

Grosso modo, a identidade, apesar de parecer única e pessoal, é uma construção coletiva, gerada por complexos sistemas de classificação. A identidade é constituída, de certo modo, pelo conjunto de crenças, cognições, valores, além de outros aspectos ideológicos e comportamentais criados por uma sociedade. Sendo assim, está relacionada à ideia de alteridade, ou seja, é necessário existir o outro e suas particularidades para definir, por comparação e diferença, as peculiaridades de um “eu”. Por isso, a identidade estabelece sempre a relação entre “eu” e “outro”, estruturando-se na diferença.

Quando trazemos esse debate para uma sociedade moderna/pós-moderna, é importante ressaltar que as identidades estão sendo construídas, entre outras coisas, pela emergência de uma sociedade midiaticizada. Esse é o papel fundamental dos meios de comunicação na conformação de novos tipos de subjetividade.

Nesse período, há um distanciamento da tradição, levando em conta que existe mais informação e, por isso, mais processos reflexivos. “A reflexividade da vida social moderna consiste no fato de que as práticas sociais são constantemente examinadas e reformadas à luz de informação renovada sobre estas próprias práticas” (JOHNSON, 1999, p. 45).

Portanto, o acesso aos meios de comunicação cria condições para que vários elementos da tradição sejam repensados à luz da globalização, permitindo ao sujeito – que tem acesso a tais meios - repensar sua própria situação no mundo.

Trazer esse tema para debate, de forma que ele ganhasse, com muito esforço, espaço nos campos de discussão e, a posteriori, visibilidade na mídia, pode ser compreendido como uma das grandes contribuições do movimento feminista. Desse modo, o feminismo estimulou a sociedade a questionar esse modelo estrutural que não permitia e, infelizmente, ainda não

permite de forma integral, qualquer tipo de movimento às mulheres sem que elas estejam em posição de coadjuvantes.

Penso que, desta forma, se viabiliza o que Arendt (1988) definiu como o direito a ter direitos, uma vez que a conquista dos direitos exige um sujeito que anuncie seu projeto e tenha ação na esfera política, participando, assim, do conflito, que deve ser inerente à democracia e instituindo, como parte desse conflito, a luta contra as desigualdades a que estão sujeitas (ÁVILA, 2000, s.p.).

Apesar do grande caminho percorrido até aqui por mulheres que literalmente precisaram desbravar cada centímetro do percurso, ainda é notável que estamos distantes de conseguir o que as feministas do fim dos anos 60 desejavam: desconstruir para construir. Talvez isso aconteça porque “a esfera pública tanto na dimensão do Estado, como em outros planos, onde também se processam os conflitos políticos, ainda se constitui como um espaço social onde as desigualdades de gênero, de classe e de raça estão presentes” (ÁVILA, 2001, p. 17).

Embora o objeto de desejo ainda não tenha sido alcançado, é necessário reconhecer os esforços despendidos até aqui. Admitir isso faz parte do processo de continuidade de um legado que não começou agora, pelo contrário. Por isso, é importante para esse trabalho trazer um debate sobre como autoras consagradas entendem o patriarcado e posteriormente como a grande estrutura corrói os meios até hoje.

Nesse escopo, se fez necessário fazer um breve levantamento sobre como os movimentos feministas trabalharam para jogar luz aos fatos e compreender que essa tarefa foi e é fundamental para que seja possível falar na atualidade sobre misoginia e machismo em tantos lugares.

Essa pesquisa se debruça em entender quais narrativas foram criadas a respeito da ex-presidenta Dilma Rousseff, durante parte da sua trajetória política. Faz-se necessário lembrar que ela foi a primeira mulher a assumir o cargo da presidência do Brasil. Para tanto, é necessário recuperar a inserção da mulher na política e seus desdobramentos.

Historicamente tratadas como submissas, as mulheres, que até então eram reféns da figura masculina, tinham o papel pré-estabelecido de cuidar. Seja nos afazeres domésticos, na criação dos filhos ou na continuação da figura “maternal” ao cuidar do marido. O lugar do gênero feminino era, entre todas essas coisas, o de se anular em detrimento de uma postura, até então considerada honrada, de servir a família.

Pelo longo período que viveu como uma espécie de apêndice do marido, sem poder exercer atividade profissional ou ter acesso à educação, a mulher guarda ainda o resquício e até mesmo certo preconceito, muitas vezes, contra próprias colegas que ousam buscar ocupar os espaços que durante muito tempo era permitido somente aos homens (BELLOZO, 2006, p. 15).

Nesse sentido, é possível perceber que boa parte das mulheres eram espectadoras das atividades externas. Enquanto os homens escolhiam e construíam suas carreiras, as figuras femininas estavam em casa assegurando que tudo estivesse de acordo com as necessidades e gosto dos “provedores” da família.

Todos esses fatores retardaram ainda mais a entrada da mulher na política, uma vez que esse espaço era tradicionalmente ocupado por homens. A figura masculina era também a que tinha direito de legislar, como é possível se ver, por exemplo, na Grécia Antiga, onde se iniciou a democracia. Entretanto, apenas homens podiam votar e, dentre eles, somente aqueles que eram alfabetizados e possuíam certa quantidade de riquezas.

A caminhada para conseguir ter direitos que ultrapassassem o portão de suas residências ainda teria uma longa jornada pela frente. No Brasil, as mulheres conquistaram espaço apenas a partir do século XIX. Isso se deu, grosso modo, desde o momento em que elas se rebelaram contra a imposição de manter um único papel: o de ser do lar. Foi nesse ínterim que o movimento feminista começou a aparecer no país, e uma das suas primeiras conquistas foi o direito ao sufrágio, que nada mais é do que o poder de escolha em relação ao voto.

A igualdade alcançada com o sufrágio universal, no caso do Brasil, em 1932, que a torna elegível e eleitora não significou profundas alterações das condições da mulher, pois a realidade que podia ser entendida como motivadora da desigualdade entre homens e mulheres não foi alterada com sua inserção no processo político, como não se alterou posteriormente, de modo que se pode pensar que, ainda hoje, mais da metade da população não se encontra representada politicamente, o que se infere daí sérias correlações de defesa de direitos que não são acolhidos, embora a dicotomia existente não seja amplamente reconhecida (BELLOZO, 2008, p. 18).

Apesar do longo caminho percorrido, de acordo com o Censo de 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), as mulheres ocupam apenas 10% das cadeiras na Câmara dos Deputados e no Senado. Sendo assim, percebe-se que ainda há discussões a serem feitas e passos a serem dados.

Portanto, se existe desigualdade, discriminação, preconceito, remuneração desigual para funções idênticas, nada melhor do que mulheres atuando na política para advogarem em defesa destas causas, pois conhecem os problemas e as dificuldades das quais são vítimas, melhor do que ninguém (BELLOZO, 2008, p. 22).

A ideia de que o lar segue sendo o único lugar possível para as mulheres já foi de certa forma trincado; ou seja, já foi uma rocha incontestável e passou a ser uma com rachaduras. Em certa medida, isso significa que o cenário está melhor do que já foi um dia. Entretanto, ainda há dificuldade para acessar certos lugares. Na política, por exemplo, é comum aceitar primeiras-damas, desde que elas sejam esteticamente formadas para o gosto do senso comum.

Porém, o caminho encontrado não é fácil para aquelas que buscam ser protagonistas nos parlamentos.

[...] Reconhecer a existência desse sistema de dominação e fazer conhecer os mecanismos de sua reprodução em qualquer medida que isso ainda aconteça é uma importante contribuição do feminismo para a democratização da vida social. Não levar em conta a questão do patriarcado coloca, por outro lado, um limite na concepção e nas estratégias de luta por igualdade (ÁVILA, 2000, s.p.).

A representação da figura feminina na política, objeto de estudo deste trabalho, é baseada muitas vezes nos estereótipos que o gênero feminino carrega durante toda a sua história. O seu papel dentro da sociedade sempre foi visto como algo ligado à figura do homem, sendo a mulher considerada incapaz de exercer funções de poder sem a ajuda do seu companheiro. No Brasil, presenciamos líderes femininas ocupando cargos de poder, indo contra o que era visto como “normal”, ou seja, mulheres no posto de primeira-dama, coadjuvante em relação aos papéis desempenhados pelos homens. É por isso que candidaturas femininas seguem um padrão diferente das masculinas, conforme abordar Irllys Barreira :

Pensar sobre a existência de uma simbologia das candidaturas femininas pressupõe também indagar se essas candidaturas trazem especificidades, sobretudo se comparadas a candidaturas masculinas. Mulheres na condição de candidatas ensejam a emergência de símbolos e estratégias discursivas ligados à moral, a ética ou valores femininos que lhe são atribuídos naturalmente tais como sensibilidade e sinceridade, entre outros. Existe, portanto, uma especificidade referida ao uso de atributos de gênero como forma de diferenciação política (1998, p.106).

Na Argentina, por exemplo, Cristina Kirchner chegou a ocupar esse cargo secundário quando seu marido era o Presidente da Argentina, habituando os cidadãos de seu país a vê-la como um suporte, o que auxiliou seu esposo a manter sua imagem vinculada à figura de uma família bem estruturada, na qual a mulher acompanha e apoia o marido em seus compromissos.

Dilma Rousseff no Brasil não chegou a ocupar o posto de primeira-dama, porém, muitas vezes foi vista em companhia de Luís Inácio Lula da Silva quando este era o Presidente do País. Apesar de ser retratada pela imprensa como uma mulher cujo cargo que ocupava era de confiança do presidente, Dilma ainda desempenhava o papel secundário em relação ao homem.

Ao romper com a barreira imposta ao gênero feminino no que diz respeito a ocupar cargo de poder na política, a possibilidade de ser estigmatizada pela mídia e pela sociedade acompanha Dilma no Congresso, pelo fato das mulheres nunca terem ocupado esses lugares anteriormente.

Nesse sentido, pode-se pensar, que a lógica de uma sociedade que tem como estrutura o patriarcado, concebe como não natural a representação do feminino em patamares de

tomada de decisão. De acordo com Moscovici, “uma representação fala tanto quanto mostra, comunica tanto quanto exprime [...] a representação recebe o qualificativo social justamente porque é uma modalidade de conhecimento particular que tem por função a elaboração de comportamentos e a comunicação entre indivíduos” (1978, p.26).

Em um primeiro momento, essa representação formaliza objetos, fatos ou pessoas, dando forma e categorizando-as para depois disseminá-las para um coletivo. Em outro, elas prescrevem e se impõem sobre os indivíduos. A partir daí ocorre o fenômeno da inclusão dos indivíduos na esfera social.

As representações sociais são entidades quase tangíveis. Elas circulam, se entrecruzam e se cristalizam continuamente, através duma palavra, dum gesto, ou duma reunião, em nosso mundo cotidiano. Elas impregnam a maioria das nossas relações estabelecidas, os objetos que nós produzimos ou consumimos e as comunicações que estabelecemos. Nós sabemos que elas correspondem, dum lado a substância simbólica que entra na sua elaboração e, por outro lado, à prática específica que produz essa substância, do mesmo modo como a ciência ou o mito correspondem a uma prática científica ou mítica (MOSCOVICI, 2003, p. 10).

Logo, percebe-se que o ser humano já nasce cercado de representações, sejam elas na conduta da mãe, nos presentes que ganhamos nas conversas com colegas, ou até mesmo nos livros que lemos. Dessa maneira, pode-se dizer que as representações são dinâmicas construídas coletivamente, sendo compartilhadas e reforçadas a cada momento pela cultura e pela tradição, estruturando então a realidade social em que vivemos.

Assim sendo, o comportamento e as ações dos indivíduos são realizados a partir da forma como as coisas são representadas. Retornando ao segundo ponto desse capítulo, onde foi discutido a importância do feminismo para romper as barreiras impostas pela misoginia, que é uma herança deixada pelo patriarcado, entendemos que a identidade formada pelo ser ao longo da vida cria uma série de características que vão conformar suas escolhas e posicionamentos.

Ainda sobre isso, cabe dizer que, para além da identidade, os processos simbólicos atravessados pelo indivíduo durante a vida conformam também a sua representação. Grosso modo, a representação é o espaço em que o ator social dá vida à sua identidade. Mas, vale lembrar, que a finalidade da representação é categorizar. Ou seja, a partir das pré disposições, o sujeito coloca o objeto em um pequeno grupo, ou o subdivide em várias partes, com base nos seus valores e crenças.

Classificar algo significa que nós o confinamos a um conjunto de comportamentos e regras que estipulam o que é, ou não é, permitido, em relação a todos os indivíduos pertencentes a essa classe. Quando classificamos uma pessoa como marxista, diabo marinho ou leitor do *The Times*, nós os confinamos a um conjunto de limites linguísticos, espaciais e comportamentais e a certos hábitos. E se nós, então chegamos ao ponto de deixá-lo saber o que nós fizemos, nós levaremos essa

interferência ao ponto de influenciá-lo, pelo fato de formulamos exigências específicas relacionadas a nossas expectativas. A principal força de uma classe, o que a torna tão fácil de suportar, é o fato de ela proporcionar um modelo ou protótipo apropriado para representar a classe e uma espécie de amostra de fotos de todas as pessoas que supostamente pertençam a ela. Categorizar alguém ou alguma coisa significa escolher um dos paradigmas estocados em nossa memória e estabelecer uma relação positiva ou negativa com ele (MOSCOVICI, 2013, p.63).

O conceito de representação atrelado aos estudos de identidade é importante para esse estudo, ao passo que ele permite compreender a forma simbólica de perpetuação de ideias na sociedade. Uma vez que o sujeito é criado num mundo onde o patriarcado está entre as vigas da sua estrutura, é preciso mais que desejo para sair de uma conformação em que não deveria existir coexistência de forças entre as figuras de dominado e dominador.

Desse modo, a mulher que ousa entrar em um campo dominado historicamente por homens, como o da política, invariavelmente vai sofrer em maior ou menor grau com as mazelas da misoginia. E, nesse sentido, faz-se necessário compreender que não há uma subdivisão de mulheres dentro da categoria gênero, como, ser ideologicamente de esquerda ou direita. Ser mulher é suficiente, embora não seja possível negar que existem outras implicações que podem causar ainda mais dificuldade.

Especificamente no campo político é necessário entender que existe para além dos agravantes de classe, raça, sexualidade, entre outros, que podem reduzir ainda mais as chances de viabilizar uma candidatura, dentro dos parlamentos a mulher ainda precisa legitimar duas coisas: em primeiro, a sua presença natural nesse espaço; por último, sua presença enquanto ser político, que defende suas causas como qualquer outro parlamentar.

É comum que quando o assunto "causas" é colocado em pauta, haja um pensamento reduzido de que mulheres na política precisam legislar ou executar apenas políticas para mulheres, ou outras que sigam o estereótipo de cuidadora de algo. O que não pode ser considerado como regra. Mas é comum perceber que a aceitação de alguns perfis sobressaem a outros. Um outro estudo que trace métodos de comparação pode apresentar isso de uma forma melhor.

Apesar disso, é importante salientar que, antes de traçar esses perfis, a política da presença já é por si só o demonstrativo de que o cenário está mudando. É evidente que podemos nos questionar: eleger uma mulher que não defende pautas trazidas historicamente pelas feministas gera mudança? Depende do modo como olhamos para a situação.

A pergunta é complexa e, pessoalmente, eu responderia que não basta ser mulher. Afinal, lutamos tanto para conseguir o direito ao voto, depois para sermos votadas, para então

para conseguir manter uma candidatura, e, finalmente, para sermos eleitas, que essa sequência de fases tem que servir para algo que honre quem nos colocou nesse patamar.

Contudo é preciso pensar que, por mais que aquela mulher que não representa pautas ligadas às diversas vertentes do movimento (apesar de todas as implicações, foi aceita pelo conjunto que a elege como um ser político que pode legislar ou governar, ou seja, condicionante mulher não foi impeditiva para que assumisse o poder). PHILLIPS (1996) afirma:

Mas quando a política das ideias é tomada isoladamente, do que eu chamo de política da presença, ela não dá conta adequadamente das experiências daqueles grupos sociais, que em virtude de suas raça ou etnia, ou religião ou gênero, têm se sentido excluídos. Exclusão política é crescentemente – eu acredito acertadamente – vista em termos que só pode vir a termos pela política de presença, e que muito destes desenvolvimentos dependem de um entendimento mais complexo da relação entre ideia e experiência.

A autora defende nesse ponto o viés da presença, de forma que o pensamento siga a ordem de primeiro chegar e depois abrir caminho. O fato da ausência precisa ser superado. No Brasil, apesar do número baixo de parlamentares mulheres, é preciso levar em consideração que uma mulher já foi eleita para o cargo de maior poder do Estado. Mas em quais condições?

Dilma Rousseff foi eleita pela primeira vez em 2010, sendo a sucessora de Luiz Inácio Lula da Silva, que saiu do seu segundo mandato com 83% de aprovação, de acordo com a pesquisa Datafolha publicada em 19 de outubro de 2009. Naquele momento, apenas 4% dos entrevistados declararam que a gestão do petista tinha sido ruim.

Nasce, nesse período, a "mãe do Brasil", afinal, com a saída do pai, era necessário criar um novo vínculo familiar com o eleitorado. Nesse cenário, surge Dilma contrastando diversos estereótipos femininos. Não era uma mulher de fala mansa, nem tinha um corpo padrão, muito menos se vestia com roupas "femininas". Contra tudo e contra todos, Dilma é eleita.

Para além do saldo positivo do Partido do Trabalhadores (PT) naquele ano, o continente também soprava a favor de uma representante que pudesse de fato defender pautas de interesse do movimento feminista. Em 2010, Michelle Bachelet finalizou seu primeiro mandato como presidenta do Chile, sendo reeleita em 2014. Em 2007, Cristina Kirchner assumiu o comando na Argentina, sendo sucessora de seu marido, Néstor Kirchner.

Um conjunto de fatores estava a favor da eleição de Dilma. De acordo com Dantas (2019):

a eleição dessas mulheres contrariava a teoria, visto que a maior parte das pesquisas sobre a participação política feminina indicava que quanto mais alto fosse o cargo na hierarquia do poder, menores seriam as chances de uma mulher ser eleita, porque as

“qualidades masculinas” são mais valorizadas quando a eleição sai da esfera local para a nacional (2019, p.???)

Embora não seja objeto de estudo deste trabalho, a revisão bibliográfica dá conta de que foram empreendidos por essas três candidatas que saíram vencedoras nas eleições disputadas em seus respectivos países, discursos alinhados com o belo do feminino, como a maternidade. Além disso, o pioneirismo desse investimento - em candidaturas femininas - também era mencionado como uma nova fase da política. Vale ressaltar que todas receberam apoio de seus antecessores, todos homens.

No caso de Dilma, a relação dela com o ex-presidente Lula era frequentemente chamada de "criador e criatura", uma metáfora que, de certo modo, demonstra que não era possível vencer a eleição sendo Dilma - era preciso ser a Dilma, aliada do Lula. Assim como aconteceu com Cristina, na Argentina, que por muitas vezes foi considerada uma "testa de ferro" de Nestor.

Essa espécie de sombra que acompanhou essas mulheres em parte de suas trajetórias na política, mostram que, de fato, a legitimação de suas candidaturas passavam primeiro pela autorização de seus antecessores. Por isso não podemos perder de vista o conceito de "presença" que foi trabalhado nessa sessão.

O apadrinhamento político de um homem para uma mulher sugere uma forma de manipulação e perpetuação do poder político do homem. Nesse caso, as mulheres atuam a serviço dos padrinhos, em obediência a seus comandos, inclusive na condução do governo (DANTAS, 2019, p. 159)

É possível perceber que, de certa forma, existe incômodo por parte de alguns setores da sociedade com a chegada de mulheres "no topo". Caso não houvesse, não haveria comparação entre os estilos de governar, nem a ideia de que é dependente do outro. Mas as características que formaram as narrativas sobre Dilma serão estudadas no próximo capítulo.

Um aspecto que também deve ser levado em consideração sobre candidaturas femininas é o processo de "masculinização", em alguns casos, onde o indivíduo menos sensível (feminino) dá lugar ao mais forte e racional. É uma tentativa de enfrentamento do cenário de dificuldade colocado.

Bourdieu (1998) faz uma explanação sobre a divisão entre masculino e feminino, trazendo para debate o que ele chama de "máscaras sociais". Na obra, o autor apresenta o uso desses estereótipos no cotidiano. Ao reconhecer a dominação entre homem/mulher como violência simbólica, fica evidente a compreensão de que há certa imposição de forças para a própria sustentação.

Com isso ele quer dizer que o poder exercido pelos homens sobre as mulheres é mantido através das máscaras nas relações sociais, esse poder se infiltra nos pensamentos da sociedade, assim como em nossas concepções de mundo. Quando falamos sobre gênero estamos exatamente discutindo sobre as formas como as relações de poder se manifestam na concepção da definição do masculino e do feminino (LIMA; OLIVEIRA; 2015, p.6).

Superada a barreira biológica, resta entender que essa dominação que aparece de diversas formas, como na figura do criador, da sombra, do homem que fala quando está fora do seu lugar (de fala), entre tantas outras, se mantém através do conjunto de ideias que continuam mantendo a estrutura. De forma que é uma diferença socialmente construída que é utilizada para naturalizar essa violência simbólica.

A instituição da mulher como sujeito político depende, dentre vários outros aspectos, da diminuição ou exclusão dessa dominação que se perpetua através da violência simbólica, subordinando as mulheres e transferindo o poder (e tudo que é relacionado ao poder) para o mundo masculino.

3- METODOLOGIA E *CORPUS* DE ANÁLISE

Para responder à pergunta que esse trabalho propõe, observou-se a necessidade de utilizar a Análise de Conteúdo (AC) como ferramenta analítica dos materiais coletados ao longo do processo de construção desta pesquisa. Uma vez que na AC o objeto de estudo é o registro em si, presente em um texto, por exemplo, deve-se dizer, de antemão, que busca-se responder neste trabalho às seguintes perguntas: 1- Em algum momento da trajetória política de Dilma Rousseff, levando em consideração os recortes temporais que serão descritos em breve, o jornal *Folha de S. Paulo* (periódico online) mudou a narrativa sobre a ex-presidenta? 2- Em alguma fase foi notado um maior número de implicações de gênero que em outras?

Tendo em vista as perguntas que a pesquisa busca responder, optou-se por utilizar a Análise de Conteúdo com base na metodologia de Bardin (1977), uma vez que ela é caracterizada por um conjunto de instrumentos metodológicos que podem ser aplicados a conteúdos diversificados. Para isso, são utilizados procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição dos conteúdos apresentados pelas mensagens analisadas. A autora destaca que:

A análise qualitativa não rejeita toda e qualquer forma de quantificação. Somente os índices que são retidos de maneira não frequencial, podendo o analista recorrer a testes quantitativos: por exemplo, a aparição de índices similares em discursos semelhantes. Em conclusão, pode-se dizer o que caracteriza a análise qualitativa é o fato de a inferência - sempre que é realizada - ser fundada na presença do índice (tema, palavra, personagem, etc), e não sobre a frequência da sua aparição, em cada comunicação individual (BARDIN, 1977, p.142).

A pesquisa, portanto, pretende combinar os recursos metodológicos da análise quantitativa e qualitativa, presentes na Análise de Conteúdo. A utilização desse método pretende identificar a construção de enquadramentos e narrativas acerca da persona de Dilma Rousseff no jornal *Folha de S. Paulo* durante diferentes momentos da história.

Para utilizar o método, de forma a manter o rigor técnico, a parte analítica da pesquisa passou pelas cinco etapas citadas por Bardin (1997). São elas: (1) organização da análise, (2) a codificação, (3) a categorização, (4) a inferência, (5) o tratamento informático.

A organização consiste no processo de recolhimento do material a ser analisado, bem como na fase de início da construção de hipóteses e objetivos. É importante salientar que, nesse momento, também é relevante traçar objetivos e definir os indicadores que vão balizar a conclusão da análise.

A codificação é a etapa em que o material já organizado passa por uma nova conferência, de modo que seja possível traçar os recortes, além de agregar e enumerar o material. Nesse momento, é preciso identificar a unidade de registro, ou seja, aquilo que de fato será analisado. Isso é importante para que o contexto seja levado em consideração.

O terceiro passo a ser seguido é o de categorização: essa é a fase em que os dados brutos, encontrados nas etapas anteriores, serão condensados em pequenos grupos; em seguida, apresenta-se um diagnóstico do material analisado.

As duas últimas etapas são compostas pelos processos de inferência e tratamento informático. Na primeira, é feita a interpretação do material a partir dos dados levantados. Na segunda, elabora-se um último tratamento do material, em que é possível consolidar as informações.

De acordo com Bardin (1997), esse método possibilita que o autor da pesquisa encontre as inferências no material analisado. Para tanto, evidencia-se a necessidade de seguir o arquétipo estruturado pela autora: pré-análise, exploração do material coletado e tratamento dos resultados.

3.1 RECORTE DO OBJETO

Após a exposição do *corpus* de análise e da metodologia que será utilizada para nortear a fase analítica desta pesquisa, é importante apresentar o recorte do objeto, para que a compreensão desse processo seja possível de forma objetiva.

Esse trabalho, conforme debatido no segundo capítulo, tomou como objeto as últimas atividades políticas vividas por Dilma Rouseff, ocorridas entre os anos de 2014 a 2019. Sem um recorte do objeto, a compreensão dos dados poderia ficar prejudicada. O *corpus* de análise é extenso, afinal, Dilma foi vencedora na última campanha presidencial (disputada por ela); pouco mais de um ano depois, enfrentou o processo de *impeachment*, que durou até 2016; e, por fim, ela foi candidata ao Senado de Minas Gerais em 2018.

Levando em consideração a pré-análise do material, optou-se por fazer o recorte de sete dias de análise a partir das matérias publicadas após o evento. Sendo assim, os materiais analisados foram publicados pela *Folha de S.Paulo* nas seguintes datas:

Quadro 1- Períodos de análise

EVENTO	PERÍODO DE ANÁLISE
Eleições 2014	26/10/2014 a 02/11/2014
Impeachment 2016	31/08/2016 a 07/09/2016
Senado MG 2018	07/10/2018 a 14/10/2018
Pós campanha - 2019	01/01/2019 a 07/01/2019

Com objetivo de auxiliar na organização e leitura deste trabalho, optou-se por inserir um quadro com informações básicas de todas as matérias analisadas. Portanto, coube analisar os seguintes conteúdos:

Quadro 2 - Clipping de conteúdos analisados

MANCHETE	DATA	LINK	EDITORIA
Dilma e Aécio chegam ao dia do pleito com disputa mais acirrada desde 1989	26/10/2014	http://feeds.folha.uol.com.br/fsp/especial/192558-dilma-e-aecio-chegam-ao-dia-do-pleito-com-disputa-mais-acirrada-desde-1989.shtml?origin=folha	Especial - Eleições 2014
Eleição é paixão	26/10/2014	https://m.folha.uol.com.br/	Opinião

		colunas/ elianecantanhede/ 2014/10/1538251- eleicao-e- paixao.shtml	
Fizemos muito, faremos mais	26/10/2014	http:// feeds.folha.uol.com. br/fsp/opiniao/ 192498-fizemos- muito-faremos- muito-mais.shtml	Opinião
Na reta final, o que dispara são as queixas	26/10/2014	https:// www1.folha.uol.com .br/colunas/ veraguimaraesmartin s/2014/10/1538398- na-reta-final-o-que- dispara-sao-as- queixas.shtml	Opinião
O futuro em jogo	26/10/2014	https:// www1.folha.uol.com .br/colunas/ ferreiragullar/ 2014/10/1537736-o- futuro-em-jogo.shtml	Opinião
TSE censura 'Veja' e concede direito de resposta ao PT	26/10/2014	https:// www1.folha.uol.com .br/fsp/especial/ 192564-a-solidao-de- dilma.shtml	Especial - Eleições 2014
A solidão de Dilma	26/10/2014	https:// www1.folha.uol.com .br/fsp/especial/ 192564-a-solidao-de- dilma.shtml	Especial - Eleições 2014
Na disputa mais acirrada da história, Dilma é reeleita presidente do Brasil	26/10/2014	https:// www1.folha.uol.com .br/poder/ 2014/10/1537894- dilma-e-reeleita- presidente-do- brasil.shtml	Eleições 2014
Dilma vence com	27/10/2014	https:// www1.folha.uol.com	Eleições 2014

margem apertada e promete diálogo		.br/fsp/especial/192718-dilma-vence-com-margem-apertada-e-promete-dialogo.shtml	
Dilma relança reforma política como prioridade	27/10/2014	https://www1.folha.uol.com.br/fsp/especial/192721-dilma-relanca-reforma-politica-como-prioridade.shtml	Eleições 2014
Leia a íntegra do discurso da presidente	27/10/2014	https://www1.folha.uol.com.br/fsp/especial/192720-leia-a-integra-do-discurso-da-presidente.shtml	Eleições 2014
Aécio diz que Dilma agora deve unir país	27/10/2014	https://www1.folha.uol.com.br/fsp/especial/192731-aecio-diz-que-dilma-agora-deve-unir-o-pais.shtml	Eleições 2014
Dilma deve enfrentar governo difícil, diz FHC	27/10/2014	https://www1.folha.uol.com.br/fsp/especial/192699-dilma-deve-enfrentar-governo-dificil-diz-fhc.shtml	Eleições 2014
Abílio Diniz: Carta à presidente	27/10/2014	https://www1.folha.uol.com.br/opiniao/2014/10/1539276-abilio-diniz-carta-a-presidente.shtml	Opinião
Petrobras cai 11% após reeleição de Dilma	28/10/2014	https://www1.folha.uol.com.br/fsp/mercado/192804-petrobras-cai-11-apos-reeleicao-de-dilma.shtml	Mercado

Dilma deve enfrentar novos desafios no campo com cenário adverso	28/10/2014	https://www1.folha.uol.com.br/colunas/vaivem/2014/10/1539273-dilma-deve-enfrentar-novos-desafios-no-campo-com-cenario-adverso.shtml	Opinião
PMDB resiste à proposta de Dilma para reforma política	28/10/2014	https://www1.folha.uol.com.br/poder/2014/10/1539358-pmdb-resiste-a-proposta-de-dilma-para-reforma-politica.shtml	Poder
Câmara impõe 1ª derrota de Dilma após a eleição	29/10/2014	https://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/192985-camara-impoe-1-derrota-de-dilma-apos-a-reeleicao.shtml	Poder
Dilma e 2015	29/10/2014	https://www1.folha.uol.com.br/colunas/fernandorodrigues/2014/10/1539989-dilma-e-2015.shtml	Opinião
O futuro presente	29/10/2014	https://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniao/192958-o-futuro-presente.shtml	Opinião
Petista recua de fazer reforma política apenas por plebiscito	29/10/2014	https://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/192986-petista-recua-de-fazer-reforma-politica- apenas-por-plebiscito.shtml	Poder
A maneira petista de	29/10/2014	https://www1.folha.uol.com	Opinião

conciliar		.br/colunas/ eliogaspari/ 2014/10/1539971-a- maneira-petista-de- conciliar.shtml	
Lula vai tentar interferir mais no governo e diz que voltará em 2018	29/10/2014	https:// www1.folha.uol.com .br/fsp/poder/ 192991-lula-vai- tentar-interferir- mais-no-governo-e- diz-que-voltara-em- 2018.shtml	Poder
Congresso ameaça impor novas derrotas a Dilma no plenário	30/10/2014	https:// www1.folha.uol.com .br/poder/ 2014/10/1540513- congresso-ameaca- impor-novas- derrotas-a-dilma-no- plenario.shtml	Poder
Três dias após a reeleição de Dilma, BC eleva juros básicos para 11,25%	30/10/2014	https:// www1.folha.uol.com .br/fsp/mercado/ 193145-tres-dias- apos-reeleicao-de- dilma-bc-eleva- juros-basicos-para- 1125.shtml	Mercado
Mercado vê alta como 'recado' de Dilma	30/10/2014	https:// www1.folha.uol.com .br/fsp/mercado/ 193150-mercado-ve- alta-como-recado-de- dilma.shtml	Mercado
Dilma 2	31/10/2014	https:// www1.folha.uol.com .br/colunas/ eduardogiannetti/ 2014/10/1541067- dilma-2.shtml	Opinião
Lula e o pé na porta	31/10/2014	https:// www1.folha.uol.com .br/colunas/ elianecantanhede/	Opinião

		2014/10/1541063-lula-e-o-pe-na-porta.shtml	
Dilma, a Priscila do Deserto Moral	31/10/2014	https://www1.folha.uol.com.br/colunas/reinaldoazevedo/2014/10/1541087-dilma-a-priscila-do-deserto-moral.shtml	Opinião
Reforma para valer	01/11/2014	https://m.folha.uol.com.br/opiniaio/2014/11/1541726-editorial-reforma-para-valer.shtml	Editorial
Mudanças de Dilma na energia deixam curto-circuito para 2015	01/11/2014	https://m.folha.uol.com.br/mercado/2014/11/1541893-mudancas-de-dilma-na-energia-deixam-curto-circuito-para-2015.shtml	Mercado
Dilma começa segundo mandato com concessões emperradas	01/11/2014	https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2014/11/1541892-dilma-comeca-segundo-mandato-com-concessoes-emperradas.shtml	Mercado
Manifestação contra Dilma reúne 2.500 pessoas em São Paulo	01/11/2014	https://www1.folha.uol.com.br/poder/2014/11/1542047-ato-em-sao-paulo-pede-impeachment-de-dilma-e-intervencao-militar.shtml	Poder
No fim da campanha, Dilma se disse livre	02/11/2014	https://m.folha.uol.com.br/poder/2014/11/1542055-	Poder

		no-fim-da-campanha-dilma-se-disse-livre.shtml	
Senado cassa mandato de Dilma; Congresso dará posse efetiva a Temer	31/08/2016	https://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/08/1808784-senado-cassa-mandato-de-dilma-congresso-dara-posse-efetiva-a-temer.shtml	Poder
Cérebro, golpe e juiz natural	31/08/2016	https://www1.folha.uol.com.br/colunas/helioschwartzman/2016/08/1808607-cerebro-golpe-e-juiz-natural.shtml	Opinião
O que vem a ser o golpe de 2016	31/08/2016	https://www1.folha.uol.com.br/colunas/eliogaspari/2016/08/1808660-o-que-vem-a-ser-o-golpe-de-2016.shtml	Opinião
Renan e PT articulam salvaguarda para Dilma	01/09/2016	https://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/09/1809071-renan-e-pt-articularam-salvaguarda-para-dilma.shtml	Poder
Benefício de manter direitos políticos dado a Dilma pode ajudar Cunha	01/09/2016	https://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/09/1809070-beneficio-de-manter-direitos-politicos-dado-a-dilma-pode-ajudar-cunha.shtml	Poder

Acordão' para manter direitos de Dilma visa Cunha, diz Marina	31/08/2016	https://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/08/1808992-acordao-para-manter-direitos-de-dilma-visa-cunha-diz-marina.shtml	Poder
Dilma promete oposição "enérgica e incansável"	01/09/2016	https://www.pressreader.com/brazil/folha-de-s-paulo/20160901/281728383952602	Poder
Ministros do STF criticam 'fatiamento' de votação do <i>impeachment</i>	01/09/2016	https://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/09/1809250-ministro-do-stf-classifica-como-bizarro-o-formato-de-votacao-do-impeachment.shtml	Poder
Aliados de Cunha querem mesmo benefício dado a Dilma	02/09/2016	https://m.folha.uol.com.br/poder/2016/09/1809469-aliados-de-cunha-querem-mesmo-beneficio-dado-a-dilma.shtml	Poder
Balanço do <i>impeachment</i>	02/09/2016	https://www1.folha.uol.com.br/colunas/helioschwartzman/2016/09/1809891-balanco-do-impeachment.shtml	Opinião
Dilma irá morar em apartamento a 200 metros da praia no Rio	03/09/2016	https://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/09/1809903-dilma-ira-morar-em-apartamento-de-luxo-no-rio-de-	Poder

		janeiro.shtml	
Vilipêndio à razão	03/09/2016	https://m.folha.uol.com.br/opiniao/2016/09/1809958-vilipendio-a-razao.shtml	Opinião
Folha recusa tese de golpe, mas não vê nas pedaladas motivo para tirar Dilma	04/09/2016	https://www1.folha.uol.com.br/colunas/paula-cesarino-costa-ombudsman/2016/09/1810130-folha-recusa-tese-de-golpe-mas-nao-ve-nas-pedaladas-motivo-para-tirar-dilma.shtml	Opinião
Dilma termina em 4º lugar e fica de fora do Senado em Minas	08/10/2018	https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/10/dilma-termina-em-4o-lugar-e-fica-fora-do-senado-em-minas.shtml	Eleições 2018
Temer é vice querido, disse Dilma na posse em 2015; veja o que mudou em quatro anos	01/01/2019	https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/12/temer-e-vice-querido-disse-dilma-em-posse-ha-quatro-anos.shtml	Política

3.2 CATEGORIAS DE ANÁLISE

Definido o *corpus*, é o momento de elencar as categorias que serão utilizadas no processo analítico da pesquisa. A categorização deve respeitar alguns critérios para que o

objetivo final, descrito no início desse capítulo, seja alcançado. Para isso, evitou-se criar categorias amplas e que não fossem excludentes.

Badin aponta que a categorização é o processo de catalogar os "elementos constitutivos de um conjunto por diferenciação e, em seguida, por reagrupamento segundo o gênero (analogia), com critérios previamente definidos" (2016, p. 147).

Sendo a análise de conteúdo um método que permite a utilização de diferentes procedimentos analíticos, tanto interpretativos quanto estatísticos, se torna crucial buscar a objetividade para que a metodologia seja bem aplicada. De certo modo, isso evidencia a necessidade de categorização. Para Bardin, as categorias são:

Espécie de gavetas ou rubricas significativas que permitem a classificação dos elementos de significação constitutivos da mensagem. É, portanto, um método taxonômico bem concebido para satisfazer os colecionadores preocupados em introduzir uma ordem, segundo certos critérios, na desordem aparente (2016, p. 43).

Essa pesquisa tem a finalidade de descobrir como a figura da ex-presidenta Dilma Rouseff foi construída nos jornais de 2014 a 2019, levando em consideração os recortes já mencionados. Faz-se necessário ressaltar que esse trabalho, para além de comunicação e política, discute como gênero está imerso no campo. Portanto, não é possível excluir a temática de gênero desse momento que é precioso e fundamental.

Para cumprir esse objetivo, foram definidos alguns conjuntos para analisar as 118 matérias filtradas no site da *Folha de S. Paulo*, que correspondem ao período de análise. Dessa forma, no processo qualitativo serão usadas as seguintes categorias: (1) Criador e Criatura; (2) Inabilidade Política; (3) Solidão; (4) Silenciamento; (5) O homem fala. Já na técnica quantitativa, são grupos: (1) Nomenclatura; (2) Ator Social.

Quadro 2 - Detalhamento das categorias de análise

CATEGORIA	REGRA ESTABELECIDADA
QUALITATIVA	
Criador e Criatura	Todas as matérias em que a ex-presidenta Dilma Rousseff foi comparada com o ex-presidente Lula. Tanto a pessoa Dilma, quanto o governo Dilma.
Inabilidade Política	Todas as matérias em que a ex-presidenta Dilma Rousseff teve sua capacidade de governar questionada.
Solidão	Todas as matérias em que a ex-presidenta Dilma Rousseff foi colocada no lugar de

	"solitária" dentro do seu governo.
Silenciamento	Todas as matérias ou momentos do período de análise em que a figura da ex-presidenta Dilma Rousseff desaparece do contexto midiático produzido.
O homem fala	Todas as matérias em que a ex-presidenta Dilma Rousseff NÃO fala, porém um homem, parlamentar ou não, explica quais decisões ela deve tomar dentro do mandato governamental que compete a ela.
Coadjuvante	Todas as matérias em que a ex-presidenta Dilma Rousseff foi colocada de forma figurativa, como um ator político destituído de poder.

3.3 A CONSTRUÇÃO DA IMAGEM DE DILMA ROUSSEFF DE 2014 A 2019

A ascensão da figura feminina no campo da política pode ser considerada um grande avanço no século XXI, apesar de estar longe de atingir uma representatividade que se aproxime do poder que os homens ainda têm na esfera política. Em outros tempos, no entanto, era impensável encontrar mulheres ocupando cargos parlamentares, tendo em vista que, na estrutura da sociedade patriarcal, cabe ao homem a tomada de poder no espaço público, uma vez que ele é o mantenedor da casa e a mulher deve permanecer no ambiente para cuidar da família, restrita ao espaço doméstico.

Historicamente, a corrida presidencial de 2014 foi marcada como uma das mais acirradas desde a redemocratização. No segundo turno, na data de 26 de outubro de 2014, Dilma obteve 54.501.118 votos (51,64%) contra 51.041.155 votos (48,36%) de Aécio. Apesar de conceder entrevista à imprensa no mesmo dia, parabenizando a petista pela vitória, em 30 de outubro do mesmo ano, o PSDB protocolou petição no Tribunal Superior Eleitoral (TSE), requerendo abertura de processo para verificar os sistemas de votação e de totalização dos votos.

A poucos dias de completar um ano do pedido, em 11 de outubro de 2015, os tucanos informaram ao TSE não ter encontrado elementos de irregularidade no resultado do pleito. Entretanto, o país já estava imerso em uma crise de representatividade que culminou em manifestações contra a presidenta de norte a sul do Brasil.

Em dezembro do mesmo ano, o pedido de *impeachment* chega ao presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha, que aceita prontamente a solicitação. Na manhã do dia seguinte, os trabalhos regidos começam a dar andamento ao processo. À imprensa, Dilma

relacionou a decisão a uma vingança política pelo fato de o PT ter anunciado que votaria a favor da cassação do parlamentar no Conselho de Ética.

Por decisão de maioria necessária na Câmara, em abril de 2016, o processo de *impeachment* foi encaminhado ao Senado. No mês seguinte, a Casa aprovou, por 55 votos a 22, o afastamento da presidenta. Sendo assim, Michel Temer (MDB) assume temporariamente a presidência. Em agosto do mesmo ano, após pressão dos diversos setores políticos e hegemônicos da mídia, Dilma sofreu o *impeachment*.

Dado tal contexto político, a presente pesquisa analisa a construção da narrativa da *Folha de S. Paulo* em suas matérias no que diz respeito à campanha de Dilma à presidência da República em 2014, no *impeachment* de 2016, na campanha ao Senado em 2018, e no pós-eleição, em 2019.

O critério adotado para selecionar tal jornal como objeto dessa pesquisa parte do princípio de que a *Folha de S. Paulo* ocupa posição de destaque no que tange ao jornalismo brasileiro. A última auditoria do Instituto Verificador de Circulação (IVC) aponta que a publicação figura em primeiro lugar no que se refere ao número de acessos na sua plataforma digital.

A pesquisa Target Group Index - Kantar IBOPE - 2018 - Leitores do jornal Folha de S.Paulo no Brasil traçou o perfil do leitor da Folha de S.Paulo. O estudo mostra que o periódico é lido por 53% de homens e 47% de mulheres. Sendo que desses, 17% são da classe econômica A, 48% da B, 32% da C e 3% da DE. A faixa etária dos leitores não é pulverizada. É possível notar que o maior número se concentra nas idades de 25 a 34 anos (21%), 45 a 54 anos (20%), 35 a 44 anos (19%), 55 a 64 anos (16%).

3.3.1 A PRIMEIRA SEMANA COMO PRESIDENTA REELEITA: DILMA EM 2014

A primeira matéria publicada pela *Folha de S. Paulo* a respeito das eleições de 2014 foi postada no domingo, 26 de outubro de 2014, ainda no período da manhã. A manchete já destacava o que aguardava o eleitor naquele dia: "Dilma e Aécio chegam ao dia do pleito com disputa mais acirrada desde 1989". O tensionamento de forças até as vésperas da eleição é um exemplo claro que foi estudado no primeiro capítulo dessa pesquisa, quando abordamos a centralidade da mídia para política.

As matérias publicadas no dia 26 de outubro de 2014, antes do resultado, são importantes para entender o clima da jornada. O jornal deu espaço para o texto "Eleição é paixão", escrito por Eliane Cantanhêde, que narra o dia do pleito como um campeonato. No

país do futebol, esse seria um outro jogo, nas palavras da autora, "apaixonante até os últimos segundos". A autora, por fim, faz uma previsão de que a festa do ganhador duraria pouco. A inabilidade política de Dilma é colocada à prova quando a colunista afirma que o "dólar vai disparar e as Bolsas vão despencar, pelo temor da estagflação".

Até aqui, é possível perceber que a *Folha de S.Paulo* escolheu abordar a eleição presidencial de 2014 sob a metáfora do campeonato como se a Copa do Mundo de Futebol, realizada naquele mesmo ano no país, ainda não tivesse tido fim. O clima de disputa é natural dentro da arena política, entretanto, a radicalização desse enquadramento adensa o que ficou caracterizado nesse período como "polarização" ou "um país dividido", como se o resultado desse jogo fosse de menor valor, ou ainda, contestado, como acontece em estádios ao fim das partidas.

Pela primeira vez dentro do período de análise, a candidata à reeleição Dilma Rousseff tem espaço de fala no jornal, mas vale destacar que obteve esse lugar através da publicação de um artigo na editoria de opinião. Souza Silva (1996) explica que a setorização de editorias no jornalismo é utilizada para estabelecer "a qualidade básica de informação e justaposição de conteúdos de uma publicação que tem por objetivo principal atender às necessidades de uma fatia específica do mercado" (SOUZA SILVA, 1996, p. 22). No caso desse editorial, em que o veículo deixa claro que "artigos publicados com assinatura não traduzem a opinião do jornal", é possível inferir que Dilma só obteve espaço para falar sobre o seu governo e suas propostas quando entrou no quadro opinativo da *Folha*.

De novo, com ar de campeonato, a então colunista Vera Guimarães Martins escreve: "na reta final, o que dispara são as queixas". De início, ela diz que "a corrida eleitoral termina hoje, e confesso um tremendo alívio"; em seguida, afirma que "as paixões e os ânimos explodem nas ruas e reverberam na caixa de mensagens". As queixas a que a autora se refere na manchete diz respeito a eleitores insatisfeitos com matérias publicadas pelo jornal ao longo da semana. Percebe-se que no pré-resultado eleitoral, no dia 26 de outubro, o enquadramento narra um jogo mais animado que o final da Copa do Mundo de Futebol.

Ferreira Gullar escreve "O futuro em jogo", coluna também publicada na madrugada do dia 26 de outubro. A princípio, o enquadramento não mudou; o colunista declara que "na disputa atual, a vitória ou a derrota deste ou daquele candidato terá consequências muito importantes para o futuro do país". Um tanto óbvio o pensamento. Mas chama atenção o peso da palavra "consequências", que nessa construção não tem como sentido o efeito ou o resultado da eleição, mas sim uma implicação negativa. Ademais, apesar de soar imparcial (deste ou daquele candidato), esse texto, com um total de 17 parágrafos, separa apenas um

deles, com três linhas, para falar de Aécio Neves, candidato que disputou as eleições presidenciais com Dilma em 2014. A única consequência para o país se Neves ganhasse, no entanto, seria o projeto do Partido dos Trabalhadores (PT) sair derrotado da eleição.

Na penúltima matéria antes do resultado eleitoral, a *Folha de S.Paulo* publicou uma matéria em relação à fatídica capa da revista *Veja*, que foi publicada 72 horas antes do seu lançamento semanal, o que coincidiu com o sábado, 25 de outubro de 2014, véspera da eleição. A manchete diz "TSE censura '*Veja*' e concede direito de resposta ao PT". O jornal, em uma matéria, não em uma coluna (opinião), afirma que o Tribunal Superior Eleitoral está censurando um veículo de comunicação. Para além da afirmação, a seguir, a reportagem atrela a decisão a um possível favorecimento em prol do PT, já que "Gonzaga (o ministro responsável) foi advogado de Dilma durante de 2010 e nomeado por ela para o TSE em 2013". Nesse sentido, sem esquecer da narrativa de campeonato criada até aqui, a matéria narra a denúncia feita pela *Veja* e a reforça quando afirma que houve "censura" por parte do TSE, fazendo a ligação entre Dilma e o Ministro Gonzaga e insinuando ato corrupto.

"A solidão de Dilma" foi a manchete escolhida pela *Folha de S.Paulo* para enquadrar a última matéria antes do resultado das eleições. O texto foi publicado na editoria especial de cobertura do período eleitoral e, apesar da semelhança, não é um conteúdo com cunho opinativo, como os já apresentados por colunistas variados. No primeiro parágrafo, em caso de derrota em 2014, a reportagem já coloca que Dilma poderia entrar "para a posteridade como o erro histórico do PT". Para além, o jornal assevera que "Dilma jamais sonhou chegar tão longe", quando apresentada pela primeira vez como candidata à presidência ainda em 2010. Nessas duas aspas é preciso observar que o jornal coloca Dilma como alguém sem história, como se ela não tivesse méritos que a fizessem ter sido escolhida como sucessora de Luiz Inácio Lula da Silva, presidente com maior aceitação popular ao final de um mandato presidencial. Importante ressaltar que, para além da militância na luta contra a ditadura militar, Dilma tem trajetória na política institucional: uniu-se a Brizola para refundar o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB); em seguida, ajudou também a fundar o Partido Democrático Trabalhista (PDT); entre outras diversas participações, também foi Ministra de Minas e Energia no Governo Lula. Ou seja, tem currículo. Dantas (2019) aponta que "a insistência da mídia em destituir Dilma Rousseff como agente político passa pela mistura de política com barganha", o que é comprovado nessa matéria em que foi questionada a todo momento sua habilidade política.

Na madrugada e manhã do dia 26 de outubro de 2014, considerado pelos marqueteiros como as "24 horas de ouro" pré-eleição, percebeu-se que a *Folha de S.Paulo* optou por criar

uma narrativa de campeonato e, nessa disputa, Dilma foi colocada em todos os conteúdos como a jogadora que representava risco, caso ganhasse. Em caso de derrota, Dilma assumiria o papel de quem arruinou o projeto petista. Já nesse início, percebe-se como a candidata foi apresentada de forma positiva apenas no artigo em que ela própria escreveu. Até o momento, Dilma já foi colocada como coadjuvante e sua inabilidade política foi alvo de críticas nesse curto espaço de tempo.

Após o resultado eleitoral, a primeira matéria publicada pela *Folha de S.Paulo* ganhou a manchete "Na disputa mais acirrada da história, Dilma é reeleita presidente do Brasil". Apesar de parecer meramente informativa, já no terceiro parágrafo, o jornal aponta que "a presidente venceu apesar do desempenho ruim"; em seguida, o texto informa que "a vitória de Dilma também é um troféu para o PT". A terceirização da conquista da então presidenta reeleita começa a mostrar o espaço de coadjuvante que ela ocupa na mídia, que gasta nove parágrafos - de um total de 16 - fazendo comparações entre o seu governo e o de ex-presidentes, como Lula, FHC e Itamar Franco. Na matéria que registra a vitória de Dilma, a chefe de Estado não é ouvida. Pelo contrário, os desafios do próximo mandato são elencados pelo próprio periódico.

No dia 27 de outubro de 2014, a *Folha de S.Paulo* praticamente replica o conteúdo da matéria anterior, mudando o tom da manchete para "Dilma vence com margem apertada e promete diálogo". O jeito "durão" da então presidenta já foi citado pelo jornal e apresentado nesse trabalho. É uma marca que Dilma carrega do seu primeiro mandato; tanto que, no discurso da vitória, ela assegura que o diálogo é seu "primeiro compromisso". Chama atenção um jornal de dimensão nacional, sendo um dos maiores do país, não fazer uma entrevista com Dilma, para que ela possa apresentar seus desafios e ideias para o próximo governo. Como visto no capítulo um, a mídia atua em papel de centralidade para a política. Logo, o enquadramento de Dilma sob um papel de coadjuvante é algo que chama atenção já no início do período de análise.

Pela primeira vez até aqui, também no dia 27, o jornal coloca uma proposta da então presidenta reeleita em evidência: "Dilma relança reforma política como prioridade". Dentro de um Governo, a utilização do verbo "relançar" tem sentido de "apresentar de novo", muitas vezes após emendas na proposta original, longas discussões e debates entre os atores políticos. É diferente quando falado que um livro será relançado, por exemplo, porque nesse contexto indica sucesso da primeira versão. Levando isso em conta, cabe dizer que, mesmo quando em evidência, as propostas de Dilma são colocadas em cenário de questionamento. Tanto é que o próprio jornal avisa que, "se insistir na ideia, Dilma deve enfrentar atritos com o partido",

nesse caso, o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), do qual fazia parte o vice-presidente da época, Michel Temer. A habilidade política de Dilma novamente é colocada em xeque, já que fracassou na primeira oportunidade de efetivar a proposta, feita inicialmente em 2013, após os famosos protestos de "junho de 2013". Em 2014, em vez de detalhar o que seria a Reforma Política para o cidadão, a *Folha* prefere apontar as dificuldades que a presidenta teria pela frente.

Na manhã do dia da eleição, a *Folha de S. Paulo* mantém o padrão no dia 27, abrindo espaço para um “copia e cola” seco do discurso da vitória de Dilma, apresentado sob a manchete "Leia a íntegra do discurso da presidente". Nenhuma análise, nenhum comentário. Ainda assim, esse padrão nos mostra que Rousseff só tem espaço para falar quando já o faz em sua própria rede de contatos. Qualquer leitor poderia ter acesso a esse conteúdo nas redes sociais digitais da presidenta ou no site do Partido dos Trabalhadores (PT), entretanto, o jornal repercute de forma embrionária, sem que haja qualquer indicativo de um jornalismo que pauta, investiga e analisa.

A matéria "Aécio diz que Dilma agora deve unir país", publicada no dia 27 de outubro, é um exemplo claro do poder de homens sobre mulheres dentro do campo político. Apesar de derrotado, Neves é quem diz o que a presidenta deve fazer. Dantas (2019), ao estudar implicações de gênero em capas de diversas revistas brasileiras, tendo o mesmo objeto dessa pesquisa, afirma que "um aspecto recorrente é o *mansplaining* com narrativas que localizam os homens como detentores da experiência e do saber" (2019, p.??). É o que observamos também nesse texto, cabendo ressaltar que, havendo exceção na publicação do discurso, Dilma até o momento não disse o que vai fazer, quais são seus desafios, qual legado pretende deixar. Ao invés disso, um candidato homem derrotado nas urnas ganha espaço para determinar o que a vencedora mulher deve fazer.

Outro homem é acionado para falar pela presidenta que tinha, à época, acabado de vencer a eleição: "Dilma deve enfrentar governo difícil, diz FHC", também publicada em 27 de outubro. Em condição diferente de Aécio, o ex-presidente ganha nessa matéria o ar de experiência quando faz uma análise do cenário político que Dilma enfrentaria. Entretanto, até o momento, o jornal não publicou nenhuma análise de conjuntura feita por Rousseff. A narrativa criada até aqui demonstra uma presidenta figurativa, quase em modelo britânico, no qual a Rainha aparece, é verdade, mas quem tem poder de fato é o primeiro-ministro. Percebe-se claramente na utilização do verbo "dever", nas últimas duas matérias, uma espécie de ordem que Dilma precisa seguir.

O texto “Abílio Diniz: Carta à presidente”, coluna publicada em 27 de outubro, mostra com mais sutileza em relação às duas últimas, a postura que o homem assume quando quer ditar o que deve ser feito. Abílio começa dizendo que “o gosto da vitória é maravilhoso para quem lutou tanto, mas traz responsabilidades ainda maiores”. Conhecido como um grande empresário e administrador, ele não perde tempo em reforçar o discurso de Dilma que promete mais abertura para diálogo em seu novo governo. Ele orienta: “comece mostrando de fato que governará para todos. Para os pobres e mais necessitados, mas também para os trabalhadores, a classe média, os empresários e a livre iniciativa”. Depois utiliza de nove parágrafos para explicar a importância do empresariado, o cenário econômico brasileiro e de que forma o Governo deve agir para retomar a economia, inclusive propõe que “é preciso realizar as reformas necessárias, principalmente a política e a tributária [...] É preciso profissionalizar a administração, colocar pessoas certas nos lugares certos e reorganizar os processos”. Um homem que veio do berço da iniciativa privada se acha no direito de ensinar uma servidora do Estado a governar. Mas, para além da autoestima elevada, o mais importante diante de tudo que Abílio escreveu é lembrar que Dilma é formada em Economia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), em 1977, e tem uma vasta experiência no serviço público.

Primeira matéria a ser publicada no dia 28 de outubro, a manchete “Petrobras cai 11% após reeleição de Dilma”, apesar de ter cunho informativo, tece reflexões opinativas. Logo no início, o texto alega que “a reeleição da presidente Dilma Rousseff custou R\$ 24,51 bilhões em valor de mercado da Petrobras”. Levando em consideração que, nesse cenário, o setor privado, como informou Abílio Diniz, estava descontente com o Governo, tal conteúdo intensifica a crise institucional vivida na reta final do primeiro mandato. Percebe-se que a matéria acusa Dilma de ser causadora desse impacto na Bolsa de Valores, quando mais adiante afirma que essa “foi a pior pontuação desde 1º de abril, quando a oposição começou a crescer nas pesquisas”. Ao ressaltar que a oposição tinha chances de evitar essa queda, o jornal reforça, em mais uma ocasião, a inabilidade política de Dilma (nesse caso, a alegada incapacidade da presidenta de gerir a crise). O homem, que representava até então o “outro lado”, daria conta de resolver a questão.

Na editoria de opinião, Mauro Zafalon escreve: "Dilma deve enfrentar novos desafios no campo com cenário adverso", texto publicado no dia 28 de outubro, abordando especificamente o setor "agropecuário". O autor, assim como fez Abílio Diniz, utilizou o espaço para listar quais seriam os desafios da presidente reeleita em uma área específica. "Com a economia desacelerando e vários buracos para serem cobertos pelo governo, o crédito

para a agricultura poderá entrar na fila de espera. Se isso ocorrer, a pressão política será grande", indica Zafalon. Percebe-se até aqui que, tanto em matéria quanto em colunas, é um padrão reforçar as possíveis pressões políticas que o Governo viria a ter. Os jogos de poder dentro da política são comuns e não são um problema apenas para as mulheres parlamentares. Entretanto, observa-se que ao falar de "crises", Dilma é diretamente ligada a uma suposta "falta de tato", o que vai de encontro com o que essa pesquisa está nomeando de inabilidade política. As palavras "diálogo", "desafios" são comumente usadas para demarcar o cenário.

"No Brasil de Dilma Rousseff, mulher não vai bem, aponta estudo": essa é a única matéria do *corpus* que aborda a temática de gênero. O primeiro parágrafo já é um abre-alas para mostrar a inabilidade política de Dilma: "24 horas após uma mulher, Dilma Rousseff, ter sido reeleita para a Presidência do Brasil, sai o *ranking* de "Abismo de Gênero" [...] e o Brasil cai nove posições em relação ao ano anterior"; por coincidência, o nome da pesquisa apresenta o termo "abismo", que é o que foi apontado no segundo capítulo teórico. É possível, desse modo, ver na prática como o patriarcado, mesmo nos tempos em que já se discute a chamada "pós-modernidade", mostra sua face e, mais do que isso, cristaliza-se como uma estrutura que deve ser mudada. Mais adiante, a matéria faz um breve elogio a Dilma pela primeira vez: "O Brasil vai mal exatamente no campo em que Dilma se destacou, a política. Se, no ranking geral, o Brasil é o 71º colocado, na participação política da mulher ocupa apenas a 74ª colocação". Mais uma vez, fica nítida a baixa representação de gênero na política, ainda que os partidos brasileiros sejam obrigados a destinar parte das candidaturas a mulheres. "Pior ainda é o abismo de gênero no campo da economia, em que Dilma também é ativa, como economista: o seu país cai para o 81º lugar"; pela primeira vez reconhecida como profissional, Dilma é logo criticada porque "seu país" não é economicamente satisfatório para a mulher. Não obstante, há um esvaziamento da história por trás da notícia: afinal, o Brasil vive historicamente uma larga disparidade de gênero em todas as áreas, ou é o Brasil de Dilma o vilão? Até onde é ironicamente reconhecida, a inabilidade política de Rousseff é ressaltada e, algumas vezes, em situações originadas de um contexto histórico que é esquecido nas análises.

Ainda no dia 28 de outubro, a *Folha de S.Paulo* lançou a matéria "PMDB resiste à proposta de Dilma para reforma política", na qual três políticos homens são acionados para falarem sobre a proposta. Coincidentemente ou não, mesmo pertencendo a partidos diferentes, se mostram parcialmente contra a proposta original de Dilma ou alegam a dificuldade de aprovação da medida. O jornal ignora trechos de entrevistas em que a presidenta tenha falado do assunto, nem sequer faz um breve esforço de detalhar o que vem ser a "Reforma Política".

Percebe-se que, tal como ocorreu em relação ao discurso da vitória, o enquadramento escolhido pelo jornal é o de trazer outros políticos, até aqui apenas homens, para falarem sobre as dificuldades em forma de "desafios" que Dilma teria (no próximo mandato). Em nenhuma circunstância, Rousseff foi tratada como protagonista quando o tema era o governo que pretendia fazer no próximo ano.

Na primeira matéria postada no dia 29 de outubro, o jornal publicou "Câmara impõe 1ª derrota de Dilma após a eleição". O Governo Federal, de Dilma ou de qualquer outro presidente, precisa ter uma boa bancada na Câmara dos Deputados para poder governar, uma vez que as aprovações do Legislativo são necessárias para o andamento do Executivo. Mas, para além disso, é necessário uma harmonia entre os poderes. Quando a *Folha de S.Paulo* opta por vincular a derrota à reeleição, o jornal aparenta querer demonstrar que a falta de habilidade política de Dilma para impulsionar a aprovação da matéria, está presente no primeiro mandato e existe a possibilidade de que permaneça no segundo. A conexão entre os temas é desnecessária, visto o conteúdo apresentado, mas é utilizada de forma estratégica pelo jornal. A respeito disso, Dantas (2019) explica que o caso de Dilma Rousseff, "consolidou-se, para além dos enquadramentos mais comuns, o enquadramento da inabilidade política e da ausência de liderança, da mulher "fora de lugar" (DANTAS, 2019, p.28). O jornal até o momento reforça a tese levantada por Dantas.

O colunista Fernando Rodrigues escreve em 29 de outubro o texto "Dilma e 2015", no qual relata sua conversa com Rui Falcão, que naquela data era Presidente Nacional do Partido dos Trabalhadores (PT). O encontro teria acontecido na sexta-feira, 24, antes da votação do segundo turno das eleições em 2014. O autor começa dizendo que levou para Falcão "a lista de problemas que Dilma Rousseff teria caso fosse reeleita". Em síntese, sua análise de conjuntura política se baseia nas manifestações contrárias à presidenta, que ganharam as ruas em 2014. Assim como o jornal em seu espaço informativo, os colunistas também falam com frequência da polarização evidenciada pelo período eleitoral e o cenário de país dividido pós-eleição. Percebe-se que, apesar de essas manifestações apresentarem o sentimento mais amplo de "antipetismo" por uma parcela da população brasileira, o jornal se esforça para traçar uma conexão entre a insatisfação demonstrada nas ruas e a figura de Dilma. Evidentemente, a misoginia se mostrou nas manifestações em forma de discursos e imagens, a exemplo dos adesivos com cunho sexista colados em carros, entre tantos outros exemplos. Mas, nesse trabalho, cabe investigar a representação midiática de gênero. E, nesse caso, a inabilidade política de Rousseff é definida, mais uma vez, sob a forma de previsão incontornável quando o autor diz: "ao não oferecer respostas imediatas e claras sobre como

fará o Brasil voltar a crescer, Dilma emite sinais ambíguos sobre o ano que vem. Credibilidade demora a ser construída e o país está quase parando". Como uma voz precursora do caos, Rodrigues prevê um colapso do país com Dilma presidenta. Isso demonstra de forma efetiva o que Dantas (2019) relatou como enquadramentos que reforçam a falta de poder definidor de Dilma, como alguém que não é capaz de vencer crises, mesmo preenchendo um vasto currículo de gestão no serviço público.

"O futuro presente", coluna escrita pelo ex-presidente José Sarney, também na editoria de opinião, mostra mais uma vez o jornal solicitando fontes masculinas para falar sobre o cenário político brasileiro. "A presidente Dilma terá que ter coragem de enfrentar o problema", adverte Sarney, quando evidencia que Rousseff teria dificuldades em reconstruir um país dividido dentro de uma democracia tão fragilizada. Apesar das críticas, em dois momentos Sarney afirma claramente que acredita que Dilma está preparada para enfrentar esses desafios. É a primeira vez que a habilidade dela não é questionada (dentro desse período de análise). Entendo que seria uma irresponsabilidade omitir essa evidência. Entretanto, o objetivo desse trabalho não é apontar os critérios de valência da noticiabilidade, com classificação de negativo, positivo ou neutro. Isso não responde à pergunta proposta. A evidência mais importante, trazida com certa frequência pelo jornal, é de que homens são convidados para falar sobre Dilma. A presidenta em nenhum momento foi entrevistada ou teve partes de entrevistas concedidas a outros veículos utilizadas para definir seus desafios, seus objetivos. Embora tenha vencido a eleição mais acirrada desde 1989, como o jornal fez questão de falar, Rousseff foi menos solicitada do que Aécio, que ganhou espaço no periódico para dizer como Dilma deveria agir de um "país dividido". A categoria de análise o "Homem Fala" foi definida como forma de trazer a discussão de silenciamento, feita no capítulo teórico, para a análise. Tendo em vista que a chefe de Estado é facilmente trocada por homens que dizem o que ela precisa fazer e como agir, ela é silenciada e afastada da discussão.

Ao analisar a coluna com o título "Petista recua de fazer reforma política apenas por plebiscito", publicada em 29 de outubro, é possível concluir que o jornal retira a menção à Dilma das manchetes para começar a utilizar mais referências ao partido da presidenta, algo que até aqui não tinha ocorrido. O verbo "recuar", apresentado nesse contexto, tem como sinônimo "desistir de" ou "renunciar". Entende-se que Rousseff, antes mesmo de iniciar o segundo mandato, quando pretendia fazer a Reforma Política, já estaria em um barco prestes a naufragar. Mais adiante, a matéria explica que a presidenta apenas aventou a possibilidade de a reforma ser feita em formato de referendo, em que o Congresso apresenta as mudanças e a população diz se aceita ou não. Ao ser reduzida ao cunho "petista", Dilma é mais uma vez

colocada em papel de coadjuvante dentro do seu Governo, enquanto deputados, senadores e até mesmo seu vice-presidente ganham visibilidade ao apresentar ideias para efetivar a proposta. Nesse caso, o referendo era a forma que Renan Calheiros, Henrique Eduardo Alves e Michel Temer supunham na época como a mais adequada para colocar em prática a proposta. Nesse sentido, é possível observar dois conceitos trabalhados nessa pesquisa. O primeiro diz respeito à centralidade da mídia para política, de forma que os atores políticos usam os veículos de comunicação para construírem seu capital (poder); os três parlamentares citados possuem mais capital que Dilma e, desse modo, ganharam espaço para opinar. O segundo conceito se refere à temática de gênero, pois Rousseff, apesar de ter conquistado sua segunda vitória para ocupar o cargo de maior poder do Executivo, ainda precisa recuar e aderir a ideias de outros (homens) para conquistar ao menos a chance de debater sua proposta. Miguel (2014) aponta que “o acesso a posições formais na estrutura de poder não significa que se esteja, automaticamente, em posição de igualdade em relação a outros agentes que lá se encontram” (MIGUEL, 2014, p. 105), tal como ocorre no papel de coadjuvante atribuído à Dilma pelo jornal *Folha de S.Paulo*.

Elio Gaspari, colunista da *Folha de S.Paulo*, apresenta "A maneira petista de conciliar", também no dia 29 de outubro. Em um primeiro momento, o autor faz uma crítica ao Partido dos Trabalhadores (PT) por apresentar, em momentos de crise institucional, a proposta da Reforma Política. Segundo ele, foi assim em 2005, no auge do "Mensalão", e depois em 2013, durante as jornadas de "junho de 2013". Em seguida, o autor declara que, após o período eleitoral de 2014, "a ideia foi detonada numa simples conversa do vice-presidente Michel Temer com a doutora e não se falou mais no assunto". Ironicamente, Gaspari se refere a Dilma como "doutora", forma encontrada para deslegitimar seu modo de governar. Após tecer duras críticas à presidenta e contra a proposta de realizar a Reforma Política, a cereja do bolo vem no último parágrafo: "Coube a Renan Calheiros, presidente do Senado, colocar o debate nos trilhos. Deve-se discutir e aprovar o assunto no Congresso, seguindo seus ritos". Do início ao fim, o autor reforça a inabilidade política de Dilma: primeiro por não saber apresentar a proposta e apresentar certo nervosismo no discurso da vitória (sendo considerada indelicada com a "plateia que festejava sua vitória"), segundo quando diz claramente que o responsável por acalmar os desesperados foi Renan. A mesma proposta feita pelo senador já havia sido aventada por Dilma, como bem apresenta a matéria anterior. Pateman (1990) aponta que, tanto a exclusão das mulheres da vida política quanto sua inclusão, estão historicamente associadas às suas diferenças em relação aos homens,

pois“as mulheres vêm sendo excluídas e incluídas como mulheres”. (PATEMAN, 1990, p. 60).

A próxima matéria trouxe a manchete "Lula vai tentar interferir mais no governo e diz que voltará em 2018". Não foi preciso adentrar o texto para descobrir que, mais uma vez, a suposta inabilidade política de Dilma é colocada em questão. Dessa vez, teria sido apontada pelo próprio "criador"(papel que Lula assumiu quando escolheu Rousseff para ser sua sucessora), e apresentada sob os holofotes da *Folha de S.Paulo*, com base em interlocutores que "confirmaram ter ouvido o recado do petista". A interferência é descrita pelo periódico como algo necessário a se fazer caso Lula fosse de fato concorrer em 2018. Seria essa a forma encontrada para "evitar que a petista reproduza erros cometidos no primeiro mandato. Entre eles, o distanciamento dos movimentos sociais, o parco diálogo com empresários e o excesso de centralização nas ações". Dantas (2019) abordou na sua tese a forma como revistas representaram Dilma em suas capas. A autora concluiu que os enquadramentos utilizados em torno da figura da presidenta dão ênfase "à dificuldade de diálogo da presidenta com os pares. Nesse sentido, Rousseff é classificada pelos semanários como arrogante, centralizadora e que, em sendo inexperiente na política, não sabia dialogar com o Congresso" (DANTAS, 2019, p.177). Nesse sentido, percebe-se que a inabilidade política de Dilma não é tratada apenas como uma crítica que qualquer outro presidencial (homem) poderia sofrer, mas precisa ser situada na temática de gênero, uma vez que certas características que para políticos (homens) seriam ótimas, já para mulheres significam romper com o "delicado". Outro ponto a ser observado nessa matéria é que Lula é colocado como a pessoa que vai abrir diálogo com o Congresso. É questionável se a "dificuldade de dialogar" de Dilma não era, na verdade, a "dificuldade" de criar um cenário de conciliação. Singer (2009) apresenta o "lulismo" como um modelo de governo em que há um "pacto de governabilidade". A necessidade de interferência pode ser um indício de que Dilma não seguiu à risca a sombra deixada por Lula.

O texto "Congresso ameaça impor novas derrotas a Dilma no plenário", publicado no dia 30 de outubro de 2014, aborda a articulação dentro da Câmara dos Deputados para enfraquecer a presidenta politicamente. O primeiro parágrafo aponta: "a cúpula do Congresso indicou nesta quarta (29) que pretende impor novas derrotas à presidenta Dilma Rousseff nos próximos dias [...] colocando em votação no plenário projetos contrários a interesses do Palácio do Planalto". O presidente da Câmara era Henrique Eduardo Alves, do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB). Nas eleições de 201?, em que Dilma saiu vitoriosa, Alves saiu derrotado na tentativa de se eleger Governador do Rio Grande do Norte. Na ocasião, o candidato vitorioso tinha recebido apoio do Partido dos Trabalhadores, em

especial de Lula. É preciso contextualizar a notícia para que não haja possibilidade de entender o enquadramento de inabilidade política de Rousseff como de fato inábil. O tensionamento de forças entre o Executivo e o Legislativo foi enquadrado como uma derrota política para Dilma, quando, na verdade, seu governo estava tentando segurar propostas como as de criação de cargos e gratificações, projetos que aumentariam a despesa - num momento de economia instável, entre outros problemas. Em um exemplo claro de que a "falta de diálogo" não era tão grande assim, a reportagem relata que a presidenta ligou para o deputado federal Henrique Alves para conversar sobre o cenário. Percebe-se que, mesmo quando Dilma tenta entrar no jogo, o jornal já a coloca como derrotada.

Seguindo o mesmo estilo da matéria anterior, a *Folha de S.Paulo* publicou, também no dia 30 de outubro: "Três dias após a reeleição de Dilma, BC eleva juros básicos para 11,25%". O verbo "elevar" e a palavra juros, escritos na mesma frase, não demonstram, em geral, um cenário promissor. Nesse caso especificamente, a economia brasileira passava por um momento de crise. Entretanto, a notícia não é ruim, uma vez que aumentar os juros básicos é uma política monetária utilizada para redução de preços. Quando se pensa em narrativa, ou uma história contada em sequência, observa-se que o jornal se utiliza das manchetes para tentar enfraquecer possíveis chances de Dilma ganhar alguma credibilidade. No corpo do texto, a presidenta é totalmente esquecida, assumindo mais uma vez seu papel de coadjuvante perante a decisão de três homens que estavam na direção do Banco Central. Dantas (2019) mostra que "se a mídia exerce um papel central para a consolidação do capital político na contemporaneidade e nega ou dificulta a visibilidade de determinados grupos, ela se estabelece como peça-chave para a manutenção do *status quo*" (DANTAS, 2019, p.94).

Em seguida, o periódico publica a matéria "Mercado vê alta como `recado` de Dilma". Isso porque, na notícia anterior, nas palavras utilizadas pela reportagem, a presidenta "pegou de surpresa economistas e investidores". Cinco homens, todos ligados de alguma forma a bancos, são convidados para comentar o que acharam da medida adotada pelo Banco Central, que é uma autarquia federal. Assim como nas últimas duas matérias, o jornal mantém Dilma em um papel figurativo, de coadjuvante, sem que sua opinião e expectativas sejam sequer reproduzidas. Não há aparente esforço do jornal em trazer a presidenta como protagonista de uma medida que pode apresentar sinais positivos para a economia do país.

Já no dia 31 de outubro, o colunista Eduardo Gianetti escreve "Dilma 2". Para o autor, "o trator governista garantiu a vitória da presidente", fazendo alusão aos programas sociais implantados ainda no primeiro governo petista. De acordo com o autor, "Se Lula 1 preparou o terreno para o avanço social em Lula 2, o estrago de Dilma 1 ameaça sepultar essa conquista

em Dilma 2". Para além da comparação, a inabilidade política de Dilma é colocada em cena mais uma vez, dessa vez com a apresentação de um Brasil em colapso, destruído, pronto para ser sepultado. Embora o texto esteja na editoria de opinião, é possível perceber um maior número de inserções do nome da presidenta ou de palavras que façam alusão a ela. Como ocorreu em algumas matérias consideradas positivas, as referências à Rousseff foram quase nulas, afinal, : “das mulheres só se espera o cataclisma” (VALCÁRCEL, 1994, p. 77). Era de fato a única coisa que o autor da coluna esperava de um governo que sequer tinha começado.

Em sua coluna publicada no dia 31 de outubro, Eliane Cantanhêde elenca os pontos fracos do governo Dilma, principalmente no cenário econômico. No dia 26 de outubro, antes de sair o resultado, ela já havia apontado que 2015 seria um ano ruim, mas pior com Dilma. A autora reforça sua análise nessa edição: "a eleição ainda nem esfriou e os resultados ainda estão sendo devidamente analisados, mas *as dificuldades de Dilma na economia, na política e na gestão* já estão mostrando a sua cara e prenunciando um segundo mandato bem agitado" (*grifo nosso*). Eliane aborda o governo como um navio guiado por uma comandante que não tem habilidade para conduzir a embarcação. No mesmo texto em que escancara a inabilidade política de Dilma, ela faz alusão ao salvador: "Lula botou no pé na porta. Mais do que ajudar Dilma, não quer que ela prejudique o futuro do PT – e dele". Dantas (2019) já nos preparava para o que tem sido observado.

As narrativas de domínio público que tentam explicar a crise do governo de Dilma Rousseff versam, em sua maioria, sobre o déficit econômico, escândalos de corrupção e problemas da articulação política. A questão de gênero é silenciada, restrita a poucos comentários ou notas de rodapé (DANTAS, 2019, p.13).

Nesse caso, é possível perceber que, nem mesmo quando uma jornalista mulher escreve algo relacionado a Dilma, a temática de gênero é abordada. Por isso, o esforço para encontrar indicativos de implicações de gênero nos textos secos da *Folha de S.Paulo* tem sido um trabalho moroso, de buscar aporte nos capítulos teóricos e também junto ao referencial bibliográfico absorvido durante o tempo de curso.

O colunista Reinaldo Azevedo escreveu a coluna "Dilma, a Priscila do Deserto Moral", publicada em 31 de outubro. Ele foi um dos responsáveis por criar, ainda durante a campanha eleitoral, a ideia de um país "dividido" pela famosa polarização. Nesse texto, Azevedo reforça um preconceito visto em todas as campanhas que os presidentiáveis do Partido dos Trabalhadores (PT) disputaram após o primeiro mandato de Lula: usa-se o Nordeste como massa de manobra para garantia de votos. Antes de tudo, é preciso dizer que a Região Nordeste é enorme e, embora representada por muitos anos como local onde só existe pobreza, há diferenças entre os estados. Lula nunca escondeu que tinha planos para acabar

com a miséria e, de fato, criou um dos maiores programas de transferência de renda do mundo: o Bolsa Família. Azevedo entende a manutenção do programa como clientelismo político, mas esquece que o Bolsa Família é um dos responsáveis por movimentar a economia. Tamanha hipocrisia, embora não seja o objetivo desse trabalho, não pode passar despercebida. Em um texto que dá destaque a ataques e informações sobre distribuições de votos *versus* onde o Bolsa Família chega em maior número, percebe-se que Dilma volta a ocupar o quadro de coadjuvante, inclusive na vitória da reeleição, já que o autor desloca o triunfo para uma das diversas políticas de Estado criadas nos governos petistas.

O primeiro editorial, dentro do período de análise, foi publicado no dia 1º de novembro de 2014, com o título "Reforma para valer". Isto é, mais do que um enquadramento, o texto publicado representa a opinião do jornal. "Durou dois dias a disposição da presidente Dilma Rousseff (PT) para encetar uma reforma política por meio de plebiscito", começa. A *Folha de S.Paulo* volta a ressaltar, mas agora em seu editorial, a questão do plebiscito, que inclusive foi superada pela própria Dilma, em uma entrevista que deu a diversas emissoras de televisão, reproduzida pelo jornal na reportagem que destaca a "derrota" da presidenta. Em seguida, o texto argumenta que a Reforma Política feita em formato de referendo seria boa para o país em alguns pontos, mas acreditam que os políticos (sem citar nomes) dificilmente teriam interesse em realizá-la. Dilma mais uma vez é representada como coadjuvante. Ela propôs e perdeu. O diálogo aberto pela presidenta dizendo que a única questão defendida é que de algum modo o referendo seja da população é totalmente esquecido. Ela segue como a mulher "fora de lugar" (DANTAS, 2019).

"Mudanças de Dilma na energia deixam curto-circuito para 2015", postada em 1º de novembro, é uma matéria curta, de apenas dois parágrafos. De saída, a inabilidade política da presidenta é enfatizada, quando o texto resalta que "as mudanças feitas pela gestão de Dilma Rousseff no emaranhado setor elétrico desde 2012 deixaram diversas pontas soltas". Vale ressaltar que, antes de ser presidenta, Rousseff foi ministra de Minas e Energia do governo Lula. Essa é uma crítica contundente, uma vez que recorre a um histórico de quando começou o problema. Para alguém que já esteve à frente da pasta, se torna, na teoria, um problema mais fácil de ser resolvido.

Ainda no dia 1º de novembro, a *Folha de S.Paulo* publicou o texto "Dilma começa segundo mandato com concessões emperradas", matéria que fala sobre o setor de infraestrutura. De acordo com o jornal, o próximo mandato "começará sem que o governo tenha cumprido nem sequer metade do que foi prometido em seu mais ambicioso programa no setor de infraestrutura, o de concessões. Grosso modo, Dilma terceirizou menos gestões do

que o pretendido, o que certamente agrada sua base governista e, também, de militância. Entretanto não é recebida da mesma forma pelo "mercado". Na visão do setor, a não realização do "plano" demonstra a inabilidade política da presidenta de colocar em prática projetos os apresentados. O próprio jornal admite que "fazer esse programa avançar até 2018 será um grande desafio. Por diferentes motivos, como erros do passado e problemas de caixa". Mais adiante, a matéria garante que o método utilizado por Dilma para atrair interessados (empresas privadas) não deu certo. Apesar de a reportagem trazer uma análise sobre as concessões feitas em diversas áreas, e, de certo modo, fazer uma crítica direta ao governo por não alcançar o ápice do projeto, a presidenta Dilma Rousseff não foi acionada para se posicionar sobre o debate. Mais do que isso, nem a pasta do seu governo responsável por gerenciar o programa foi questionada. Esse é um padrão de conduta recorrente da *Folha de S.Paulo*, que até o momento não ouviu a presidenta, nem mesmo seus ministros. As matérias escritas por profissionais do periódico parecem todas da editoria de opinião, em não há necessidade de consultar as fontes para referendar o conteúdo. Observa-se que, ao passo que a habilidade de governar de Dilma é constantemente questionada, seu governo também vai sendo invisibilizado, cabendo apenas às "manchetes" direcionarem o imaginário coletivo de forma negativa para com o governo de Rousseff.

O texto "Manifestação contra Dilma reúne 2.500 pessoas em São Paulo" é a primeira matéria de cobertura de ato contrário à presidenta após o resultado eleitoral. Inflammados pelo partido de oposição que perdeu a disputa, colocando em dúvida até mesmo as urnas eletrônicas, os manifestantes foram às ruas protestar contra o resultado eleitoral. Ao todo, cinco homens têm as falas que fizeram durante as manifestações utilizadas pela reportagem. Entre eles, Eduardo Bolsonaro, que fez questão de dizer que, caso seu pai fosse candidato à presidência, teria "fuzilado" Dilma. Ele chegou a afirmar também que votaria no Marcola, um dos chefes da facção criminosa do PCC, mas jamais votaria em Rousseff. Tiburi (2018) aponta que "o jogo de linguagem machista opera por hetero denominação e hetero determinação. Isso quer dizer: homens falam e dizem sobre mulheres. Ora, o poder é uma questão de voz, de discurso, de quem fala e de quem escuta. O poder também se cria por meio do ato de falar sobre o outro". A análise da autora é cirúrgica ao compreender que o processo de silenciamento de Dilma no jornal, quando a colocam em papel de coadjuvante, como ocorre nessa matéria, coloca o poder na fala de quem é questionado. E é dessa forma que a *Folha de S.Paulo* representou Dilma: como um ser que não fala, que não detém poder, que não tem qualidades. Nesse cenário, a misoginia cresce e os homens continuam sua escalada de poder, subindo degrau a degrau, sendo sustentados pela estrutura patriarcal que em nenhum

momento é colocada em evidência quando o assunto é a primeira mulher brasileira a se tornar presidenta da república pela primeira vez. Não bastasse, foi a primeira reeleita. Não fosse suficiente, essa mesma mulher lutou e foi torturada durante o regime militar e, sobrevivente, se tornou chefe de Estado. A história de Dilma, assim como ela, foram esquecidas em algum lugar do caminho.

Uma única matéria foi publicada com o termo "Dilma" no dia 2 de novembro, último dia do período de análise que compreende o momento posterior às eleições de 2014; "No fim da campanha, Dilma se disse livre" é um texto que aborda uma conversa confidencial da presidenta com um grupo de ministros e assessores após o último debate presidencial da Rede Globo. A liberdade citada na manchete diz respeito a fazer um governo ao seu modo, sem amarras. O que parece não ter se concretizado, uma vez que matérias anteriores dão conta do envolvimento de Lula e, no que tange à Reforma Política, de Michel Temer. Fato é que a sensação de liberdade é avessa à mulher "correta".

A semana seguinte às eleições de 2014, como sinalizado anteriormente, é o primeiro período de análise que abrange essa pesquisa. No gráfico abaixo é possível ver as categorias que mais aparecem nos conteúdos publicados pela *Folha de S.Paulo*. Dois enquadramentos são predominantes: o que a caracteriza como uma presidenta incapaz de governar e o que a apresenta como coadjuvante, sem que tenha qualquer destaque.

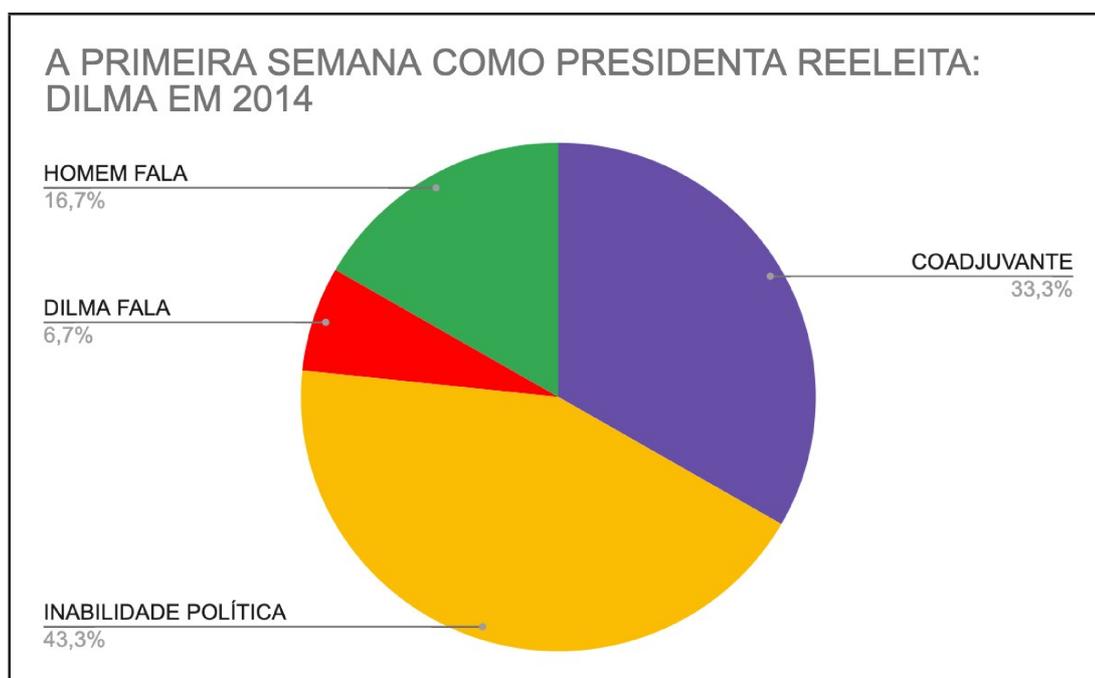


Figura 1 - Representação gráfica das categorias de análise mais acionadas em 2014

Fonte: Elaboração própria da da autora (2021)

No livro "Sempre foi sobre nós: relatos da violência política de gênero no Brasil", Dilma mostra seu entendimento sobre as condutas adotadas pela imprensa brasileira a respeito de seu governo. Duas das matérias citadas pela ex-presidenta, inclusive, são analisadas nesse estudo e, coincidentemente, obtiveram a mesma compreensão.

E, no entanto, contra o desejo da imprensa, eu venci a eleição. Mas *O Globo* e a *Folha* não se deram por vencidos. Nas 72 horas depois do resultado das urnas, publicaram oito manchetes em que eu era identificada como "derrotada". Isso porque a Câmara vetou projeto do meu governo que fora apresentado quatro meses antes da eleição, no qual se regulamentava a participação da sociedade civil por meio dos Conselhos Populares. Dois daqueles títulos foram: "Câmara impõe primeira derrota a Dilma após reeleição; e "Congresso ameaça impor mais derrotas a Dilma no plenário". Aqui a versão é que os homens que presidiam o Legislativo mostraram seu poder e "colocam na parede" uma mulher, mais uma vez, apontada como vulnerável. Os jornais sugerem ao leitor uma ideia de supressão do poder da recém-eleita por um outro poder institucional. Em tempo: a manipulação era tão grosseira, que o projeto não foi vetado em definitivo até hoje. O que importava era apenas a sensação transmitida ao leitor, a construção de um ambiente de hostilidade e imposição da misoginia (ROUSSEFF, 2021, p.55).

Dilma Rousseff tinha consciência de que, para além das críticas que qualquer político ou instituição podem sofrer, aquelas direcionadas ao seu governo tinham implicações de gênero, mesmo que não fossem explícitas. A seguir, vamos verificar qual a narrativa criada pela *Folha de S.Paulo* a respeito da ex-presidenta e, logo após o processo que culminou em seu *impeachment*.

3.3.2 A PRIMEIRA PRESIDENTA A SOFRER *IMPEACHMENT*: DILMA EM 2016

É possível perceber, ainda nas matérias de 2014, que uma parcela da população se mostrava contrária ao resultado apresentado nas urnas, inclusive questionando o seu funcionamento. Esse foi apenas o começo dos dois anos tortuosos a serem atravessados pelo Governo Dilma. No dia 2 de dezembro de 2015, o então presidente da Câmara dos Deputados, o carioca Eduardo Cunha, do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), acatou o pedido de abertura de processo de *impeachment* da presidenta, motivado pela denúncia de crime de responsabilidade impetrado pelo jurista Hélio Bicudo e pelos advogados Janaína Paschoal e Miguel Reale Júnior.

Em seguida, uma comissão foi instituída para avaliar a admissibilidade do *impeachment*, que foi favorável à condução do projeto. Em 17 de abril de 2016, os brasileiros tiveram a oportunidade de acompanhar a sessão da Câmara dos Deputados, que na época votava pela aprovação do relatório encaminhado pelo grupo que fez a primeira análise. Com o

slogan "Tchau, querida", o documento foi aprovado por 367 votos favoráveis, contra 137 contrários. Talvez esse dia seja marcado pelo maior horror político que tenhamos presenciado após a redemocratização.

Após passar por todos os trâmites no Senado Federal, que teve duração de cerca de três meses, em 31 de agosto de 2016, Dilma Rousseff foi oficialmente destituída do cargo de Presidenta da República do Brasil. Dantas (2019) aborda que durante esse processo político se instituiu no Brasil "uma campanha político-midiática pela destituição da presidenta Dilma Rousseff, iniciada logo após o resultado das eleições em 2014" (DANTAS, 2019, p.25). A seguir vamos analisar de que forma a *Folha de S.Paulo* construiu a narrativa acerca da persona de Dilma após a sua destituição.

A primeira matéria publicada pelo jornal após o fim do processo, em 31 de agosto de 2016, ganhou a manchete "Senado cassa mandato de Dilma; Congresso dará posse efetiva a Temer". O texto, embora seja o mais longo até o momento, não cita em nenhum momento qualquer comentário que Rousseff tenha feito sobre o processo. Ao final da primeira parte da reportagem, quando a matéria aponta que o Supremo Tribunal Federal (STF) não deve contrariar a decisão do Senado, em uma das poucas vezes que utilizaram a imagem da ex-presidenta, adicionaram uma foto de Dilma em posição cabisbaixa, apresentando ao fundo a bandeira do Brasil com a seguinte legenda: A agora ex-presidenta Dilma Rousseff durante sessão no Senado nesta segunda (29). A escolha do material parece estratégica, uma vez que Dilma ficou no Senado por cerca de 13 horas, onde respondeu durante todo esse período questionamentos feitos por 48 dos 81 parlamentares, mantendo sua firmeza característica. A destituição da figura "forte" e "autoritária" descrita tantas vezes em outros momentos, dá lugar à sensibilidade, ao semblante cansado, de cabeça baixa, derrotada. Em resposta ao questionamento da Senadora Petista, Regina Souza, sobre a conotação misógina do *impeachment*, Dilma respondeu:

Fui descrita como uma mulher dura, e sempre disse que era uma mulher dura no meio de milhões de homens meiguíssimos. Nunca ouvi ninguém acusar um homem de ser duro. E a gente sabe que eles são duros. Muitas vezes disseram para mim: 'mas você é sensível'. Essa informação é estarrecedora: porque conseguiram construir em torno de mim um nível de desumanização muito alto (ROUSSEFF, 2016).

A ponderação feita por Dilma exemplifica como certos aspectos, que podem parecer irrelevantes, constroem enquadramentos que desqualificam e desumanizam mulheres no poder. Se firme demais, é considerada "mandona", se sensível não serve para governar. Por isso o argumento de Dantas (2019), que aponta que Dilma é "uma mulher fora do lugar", é fascinante. Desde criar um personagem ou optar por ser "você mesmo", atingiria o mesmo

patamar de inadequada e desqualificada para o cargo. Nesse sentido, percebe-se nessa matéria a elaboração da figura da ex-presidenta no papel de coadjuvante, enquadramento que tinha sido fortalecido ainda em 2014. No texto, a primeira retranca é utilizada para falar sobre Temer, destacando de saída a sua trajetória política. Em seguida, salta aos olhos a frase: "A equipe de Temer diz que ele tem (...)", não importa o conteúdo, mas já na primeira oportunidade Michel Temer teve oportunidade de falar, mesmo que através de seus assessores. Ressalto que, em todos os materiais analisados até o momento, a ex-presidenta e/ou seu grupo de trabalho não foram acionados para emitir qualquer tipo de nota ou pronunciamento. Em seguida, é destacada a "maratona" feita pelos senadores para garantir que o processo ganhasse celeridade na casa. A última parte da matéria lista os problemas enfrentados por Dilma no seu segundo mandato, dando ênfase principalmente à crise econômica e os desdobramentos da operação Lava Jato.

Na coluna "Cérebro, golpe e juiz natural", publicada em 31 de agosto, Hélio Shwartsman faz ligação entre o mecanismo do Senado e o entendimento do Partido dos Trabalhadores (PT) de que o *impeachment* de Dilma na verdade se tratava de um golpe parlamentar. Shwartsman faz um esforço para refutar a ideia e, nesse momento, ele mesmo cria uma definição deturpada do conceito que estava sendo abordado na época. É exaustivamente mencionado no texto o equívoco de Rousseff usar esse argumento. De alguma forma, o colunista indiretamente aponta a inabilidade política de Dilma, mostrando-a como alguém que não consegue formular um raciocínio legítimo. Por último, ele alega: "a regra do *impeachment* estabeleceu, já desde 1891, que cabe exclusivamente ao Senado julgar o presidente nesse tipo de acusação". Em 2012, Rousseff sancionou a Lei nº 12.605/2012, que determina a flexão de gênero para nomear profissão ou grau em diplomas, mas fica evidente em todos os conteúdos que a norma não foi acatada. Tiburi (2018) alega que:

Ao afirmar-se Presidenta, ela (*Dilma*) se afirmou como eleita e reeleita potencializando seu lugar – único e pioneiro – de representante justamente das mulheres, histórica e atualmente ainda mais sub-representadas no cenário da democracia brasileira (TIBURI, 2018, *grifo nosso*).

Na frase destacada o não uso da flexão dá indício a um possível apagamento de Dilma dentro da história. Vale ressaltar que Temer vetou a medida quando assumiu a Presidência, entretanto esse trabalho preferiu flexionar o termo, concordando com a posição de Rousseff;

"O que vem a ser o golpe de 2016", do colunista Elio Gaspari, é um texto que, pela manchete, causa a impressão de que haveria uma explicação do fato ocorrido na data de sua publicação. Mas não, o autor utiliza de oito parágrafos para, em uma tentativa de ser engraçado, empregar deboche diante do que tinha acabado de acontecer, como quando

comenta: "Dilma será deposta e o deputado Eduardo Cunha, espoleta do seu processo de impedimento, continua com seu mandato". A "piada" é feita porque na época pesava sobre Cunha diversos casos de corrupção e, ainda sim, ele conseguiu em tempo encaminhar o processo de *impeachment*. É possível perceber também que na trama há sempre homens envolvidos, seja no papel de defensor ou de acusador, mas que ainda assim ganham espaço, ao passo que Dilma é colocada como coadjuvante nas situações, a ver:

Na manhã de terça (30), o senador Aloysio Nunes Ferreira reagiu a uma provocação de um deputado que ofendia a advogada que acusava a presidente Dilma Rousseff e ameaçou chamar a polícia legislativa para retirá-lo do plenário. Na véspera, como Nunes Ferreira, o senador José Aníbal, também da bancada tucana de São Paulo, lembrou seus 50 anos de amizade com a presidente e, em seguida, defendeu seu impedimento (GASPARI, 2019).

No dia em que Dilma sofre o *impeachment*, o primeiro destaque do texto vai para dois deputados homens. É preciso compreender esse padrão adotado nas reportagens e colunas como um processo hegemônico do jornal de levar ao imaginário coletivo sempre a ideia de que a mulher, no caso Dilma, precisa de homens saindo em sua defesa. O próprio fato de ter ficado praticamente sem voz após mais de 13 horas respondendo perguntas no Senado é excluído. Rousseff, fora do campo da lei, em que há necessidade da representação de advogados, foi a responsável por construir e articular sua defesa. Se prova hegemônico porque não só porque é padrão, mas pela forma de direcionamento cultural e de consentimento que é dada a esse universo de convicções (MORAES, 2010; GRAMSCI, 2002).

No dia 1º de setembro de 2016 a matéria "Renan e PT articulam salvaguarda para Dilma" foi publicada. Nem é preciso adentrar no texto para entender que, novamente, Rousseff foi colocada em posição de coadjuvante, como se estivesse aguardando que Calheiros, que foi favorável ao *impeachment*, pudesse junto ao Partido dos Trabalhadores (PT) colocá-la em um lugar melhor na história. A matéria inteira é construída a partir de figuras masculinas que articularam para que Dilma não fosse impedida de ocupar cargos públicos. Sobre isso, o presidente do Senado à época, afirmou: "No Nordeste, costumam dizer uma coisa: 'Além da queda, coice'. Não podemos deixar de julgar, mas não podemos ser maus, desumanos", afirmou. Após ter sido descaracterizada e desumanizada, na opinião de Calheiros, Dilma ainda havia sido maltratada. Era preciso que alguém a livrasse de tamanha "desumanidade", que era ficar inelegível por um período. Chama a atenção que uma mulher que teve seu corpo violado e violentado durante a ditadura militar e ainda assim sobreviveu, precise que alguém a defenda de processos dessa natureza. Em seguida, o jornal reforça: "Dilma conseguiu escapar da inabilitação com o apoio de Renan e outros quatro peemedebistas, além do líder do partido no Senado, Eunício Oliveira (PMDB-CE) e Valdir

Raupp (PMDB-RR) que se abstiveram"; ou seja, a todo momento a trama gira em torno dos salvadores, deixando a ex-presidenta praticamente apagada da história.

No texto "Benefício de manter direitos políticos dado a Dilma pode ajudar Cunha", matéria publicada em 1º de setembro, mostra a ex-presidenta apenas na manchete, em uma tentativa de vincular sua figura à de Eduardo Cunha, que nesse momento estava passando por uma crise de imagem com os escândalos de corrupção que foram associados a ele. No corpo do texto, todo destaque é dado a Cunha. Como é possível perceber quando publicaram trechos da carta enviada pelo deputado para os demais parlamentares:

Todos sabem que sem a minha determinação e sem a minha atuação jamais esse processo teria sido aberto [...]. Não é justo que eu pague com o mandato e perca os direitos políticos por ter tido a coragem de conduzir o processo de impeachment do governo e do partido que estavam destruindo o país(CUNHA, 2016).

Chama atenção que a primeira matéria publicada após a finalização do processo de *impeachment* não traz nenhum recorte de falas de Dilma, nem mesmo do seu advogado, entretanto a *Folha de S.Paulo* abre espaço para Cunha, que à época era julgado por esquema de corrupção. De novo o deputado é entrevistado para poder se defender:

Como protagonista do processo, tendo praticado o primeiro ato de aceitação da denúncia oferecida por crime de responsabilidade contra a ex-presidente, vejo que todos os meus atos foram confirmados por sucessivas votações, tanto na Câmara dos Deputados quanto no Senado Federal, atestando a lisura dos meus atos.

Não cabe a essa pesquisa desvendar o juízo de valor feito por Eduardo Cunha, entretanto, o enquadramento precisa ser observado. É intrigante que um jornal que se diz imparcial não utilize uma balança para equilibrar os pêndulos. Dilma é colocada como coadjuvante em todas as oportunidades, homens são tratados como protagonistas, ganhando inclusive espaço para falar.

"Acordão' para manter direitos de Dilma visa Cunha, diz Marina", publicada no dia 31 de agosto, traz detalhes de uma entrevista que o jornal fez com Marina Silva. As questões, evidentemente, enfatizam o processo de *impeachment* e buscam sondar a visão da ex-senadora sobre o assunto. Nessa reportagem, pela primeira vez, a temática de gênero é colocada em questão pelo próprio jornal na seguinte pergunta: "Dilma falou em machismo e misoginia em seu pronunciamento. Embora não veja golpe, a senhora concorda que haja elementos nesse sentido?". Marina responde:

Acho que a presidente Dilma está fazendo a narrativa dela. Temos de nos ater aos fatos. Houve crime de responsabilidade e seu julgamento foi por crime de responsabilidade. Poderia ter sido mais amplo se o PMDB e a oposição juntamente com o Cunha não tivessem tirado do processo as graves denúncias de corrupção que envolvem a chapa Dilma-Temer. Faço política há mais de 30 anos e sei que existe

discriminação, machismo e uma série de coisas, mas nunca me vitimizei quando as posições a mim contrárias são por diferenças políticas (SILVA, 2016).

O final da resposta conduz o jornal à próxima pergunta: "Dilma se vitimiza com essa narrativa?", Silva responde: "Não quero entrar no detalhe. Vou falar o que eu penso a respeito do que foi o objeto de julgamento da mobilização da sociedade brasileira e que se materializou no crime de responsabilidade". Fato é que o jornal se apropriou do discurso de Rousseff para buscar em Silva uma prova de que a primeira está certa ou errada. Quando Marina coloca que a misoginia relatada por Dilma é uma narrativa, ela está, na verdade, aderindo ao discurso que é aceito pela grande mídia. Miguel (2011) alerta que, no caso de mulheres que estão em alguma posição de poder, "seu discurso e seu comportamento tornam-se mais eficazes quando se adaptam às regras do jogo estabelecidas, mas com isso a 'diferença' que se queria representar é dissipada" (MIGUEL, 2011, p. 36). Nessa matéria, mais uma vez, a ex-presidenta fica longe dos holofotes. Pela primeira vez, uma mulher é entrevistada, é verdade, mas ainda não é a própria Dilma a pessoa solicitada. Falam sobre Dilma, mas não a escutam.

Finalmente, na tarde do dia 1º de setembro, o último discurso de Dilma no Palácio da Alvorada é reproduzido em formato de matéria jornalística, sob a seguinte manchete: "Dilma promete oposição "enérgica e incansável" contra gestão "golpista". Em um primeiro momento, a figura firme de Dilma é destacada: "Dilma Vanna Rousseff fez um discurso *forte* nesta quarta-feira, 31" (*grifo nosso*); logo após, a reportagem repete pela segunda vez a parte da fala em que ela promete oposição ao governo Temer. Destacam no texto também que a ex-presidenta pediu para que os presentes não chorassem. Logo após utilizam de intertextualidade para reproduzir seu discurso. A *Folha de S.Paulo* deixa claro que "Dilma disse", para que não haja chance de outra interpretação. A mesma modalidade não foi utilizada em matérias em que os entrevistados eram homens. A misoginia não passa despercebida por Dilma e, pela primeira vez, a temática de gênero toma lugar numa matéria até aqui:

Acabam de derrubar a primeira mulher presidenta do Brasil, sem que haja justificativa constitucional para este *impeachment*. Mas o golpe não foi cometido apenas contra mim e contra o meu partido. Isto foi apenas o começo. O golpe vai atingir indistintamente qualquer organização política progressista e democrática. O golpe é contra os movimentos sociais e sindicais e contra os que lutam por direitos em todas as suas acepções: direito ao trabalho e à proteção de leis trabalhistas; direito a uma aposentadoria justa; direito à moradia e à terra; direito à educação, à saúde e à cultura; direito aos jovens de protagonizarem sua história; direitos dos negros, dos indígenas, da população LGBT, das mulheres; direito de se manifestar sem ser reprimido. O golpe é contra o povo e contra a Nação. O golpe é misógino. O golpe é homofóbico. O golpe é racista. É a imposição da cultura da intolerância, do

preconceito, da violência. Peço às brasileiras e aos brasileiros que me ouçam. Falo aos mais de 54 milhões que votaram em mim em 2014. Falo aos 110 milhões que avalizaram a eleição direta como forma de escolha dos presidentes (ROUSSEFF, 2016).

Em sua pesquisa, Dantas (2019) investiga como Dilma era representada nas capas das revistas *Veja* e *IstoÉ*, apontando que a imprensa brasileira negligenciou o fato de Rousseff ser a primeira mulher a assumir a Presidência do Brasil. Ou seja, a experiência em nenhum momento foi narrada pelo prisma de gênero. Ou melhor, ela foi descrita pelo prisma de gênero como fundamento da estrutura patriarcal, em que homens brancos e, sobretudo liberais, falam sem limite. De acordo com Scheufele (1999) a “mídia constrói a realidade social através do enquadramento de imagens da realidade”; ou seja, a construção da realidade dá forma à reprodução ideológica da realidade objetiva e a manutenção da estrutura patriarcal se estabelece também nesse processo.

"Ministros do STF criticam 'fatiamento' de votação do *impeachment*", publicada em 1º de setembro de 2016, é uma matéria em que a *Folha de S.Paulo* adensou o debate sobre Dilma não ter perdido seus direitos políticos. Os magistrados de “toga” ganham espaço na reportagem para opinar sobre o caso. Conforme fica explícito na manchete, o STF não concordou com a decisão do Senado de separar as votações. O ministro Celso Mello afirmou na época que "isso significa que a sanção constitucional é una e, sendo una, é incindível. Portanto, parece não muito ortodoxo que tenha havido tratamento autônomo como essa separação de duas medidas, que, na verdade, mutuamente, interagem”. A matéria tenta a todo momento criticar um suposto privilégio que Rousseff teria obtido e, para além disso, colocar sobre seus ombros a responsabilidade pela forma que a sessão foi controlada pelo Senado. Isso diz muito sobre a escolha de enquadramentos que o veículo de comunicação fez para estruturar de que forma a história da ex-presidenta seria construída. “Como o mundo sempre nos é exposto em fragmentos, nossa compreensão tende a ser sempre confusa, localizada, personalizada, dramatizada e, o que resume tudo, ‘novelização’ (SOUZA; 2016, p.11). Nessa “novelização do jornalismo”, Dilma Rousseff foi constantemente acaba sendo tratada como coadjuvante.

No dia 2 de setembro, a *Folha de S.Paulo* publicou “Aliados de Cunha querem mesmo benefício dado a Dilma”. Essa matéria entrou no *site* no jornal exatamente 24 horas depois do texto “Benefício de manter direitos políticos dado a Dilma pode ajudar Cunha”, já analisado. A sequência de conteúdos evidencia que o periódico escolheu de forma sistemática ligar a ex-presidenta ao deputado federal, Eduardo Cunha. Tiburi (2016) escreveu, logo após o processo de *impeachment*: “Estamos diante de personagens com narrativas, operadores, como todos

nós, de um jogo de linguagem hegemônico, o jogo de linguagem do poder, mas nesse caso, o jogo de linguagem machista que é sinônimo do poder”. Não por coincidência, na maioria dos materiais publicados pelo jornal, os atores políticos convidados para emitir opinião são homens. Mais do que isso, é possível perceber que esses estão sempre atrelados à ideia de protetores, estrategistas, articuladores. No processo de construção das matérias, que colocadas em linha do tempo formam uma narrativa, é observado que Rousseff e as mulheres do seu governo sempre estiveram fora de protagonismo, com exceção dos momentos em que eram culpabilizadas de forma central.

“Balanço do *impeachment*”, publicada no dia 2 de setembro na coluna de Hélio Schwartsman, aborda de forma direta a inabilidade política de Dilma. O autor começa dizendo que “o mais importante ponto favorável, a meu ver, é que a defenestração da líder petista interrompeu um processo de agravamento da crise econômica”. Tiburi (2016) considera que “o machismo é o sistema da culpabilização das mulheres e Dilma Rousseff foi até agora tratada como a grande culpada, culpada da “crise”, culpada do golpe (...)”. De fato, é possível perceber que os textos que citam Dilma no processo do *impeachment* tendem a apontá-la como culpada e, além disso, incapaz. Mais adiante, Schwartsman escreve:

Embora compreenda o sentimento de injustiça dos petistas, que viram sua presidente ser *removida* do cargo por violações que outros mandatários também cometeram, acho bom que questões orçamentárias deixem de ser vistas como detalhes menores e passem a ser tratadas com rigor. O susto talvez leve outros administradores a lidar de forma menos *promíscua* com as finanças públicas (SCHWATSMAN, 2016, *grifo nosso*).

Primeiro o autor utiliza a palavra “removida”, o que nos devolve ao conceito de Dantas (2019) de “mulher fora do lugar”. O sentido de remover está intrínseco ao fato de algo não estar no ambiente correto e por isso precisa ser retirado. Por último, ele declara que a forma com que Dilma lidou com a economia é “promíscua”, termo usado de modo extenuante para se referir à liberalidade sexual, à depravação, à desordem.

Não podemos crer que, sendo o poder patriarcal, capitalista, branco, sendo o poder que impera no Brasil, um poder colonial (de um colonialismo que vem de fora, mas que também foi introjetado pelos que hoje estão dentro), que aqueles que sempre o representaram ficariam de bem – isentos de inveja – com uma figura como Dilma Rousseff no seu posto máximo (TIBURI, 2018).

O fato é que as veias da misoginia se mostraram sobressaltadas nessa coluna, que em um primeiro momento se propôs a fazer um balanço, mas se utilizou do espaço para destacar a figura “derrotada” de Rousseff.

No dia 3 de setembro de 2016, apenas a matéria “Dilma irá morar em apartamento a 200 metros da praia no Rio” foi encontrada através do sistema de pesquisa disponibilizado

pela *Folha de S.Paulo*. No texto, o jornal descreve minuciosamente o apartamento onde a ex-presidenta vai morar após deixar o Palácio da Alvorada, em Brasília. O conteúdo foi postado na editoria de Poder, mas poderia facilmente preencher uma lacuna em uma revista que se dedique à arquitetura. Para além da falta de relevância jornalística, o periódico insere informações que possibilitam aos leitores criar uma área de busca para detectar o edifício com as características sinalizadas. Não bastasse, o jornal informa o nome do bairro onde o prédio está localizado, além de uma foto da fachada com o número em evidência. De acordo com o Mapa da Violência de 2015, organizado pela Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (Flacso), o Brasil constava como o 5º país no *ranking* daqueles que mais matavam mulheres. É um dado que não pode ser ignorado dentro da análise, em que a todo momento é questionado: a quem interessa essa informação? Por que isso foi dito dessa forma? O que está debaixo da camada de imparcialidade que a *Folha de S.Paulo* alega ter? Diante dos números, é possível afirmar categoricamente que, no mínimo, esses dados não deveriam ser compartilhados pelo fato de Dilma estar em plena situação de evidência e sob ataques constantes. Mais importante que isso, por se tratar de uma mulher. A questão de gênero é tangenciada de forma implacável pelo jornal.

No dia 4 de setembro, Fernando Collor, o ex-presidente que foi deposto do cargo após fortes indícios de corrupção, escreveu um artigo intitulado de "Vilipêndio à razão". O desrespeito em contraponto com a racionalidade é abordado em um texto permeado por críticas, em que Collor menciona as diferenças entre seu *impeachment* e o da ex-presidenta Dilma Rousseff. Evidente, ele se vê desprestigiado, uma vez que perdeu seus direitos políticos por tempo que determina a Constituição.

A matéria "Folha recusa tese de golpe, mas não vê nas pedaladas motivo para tirar Dilma", de autoria da colunista Paula Cesariano Costa, traz um panorama interessante de como a *Folha de S.Paulo* se posicionou durante todo processo de *impeachment*. Inicialmente, a autora aponta um editorial publicado em 3 de abril, do mesmo ano, sobre o caso:

Em 3 de abril, esta **Folha** estampou em sua primeira página editorial intitulado "Nem Dilma nem Temer", em que afirmava que a presidente havia perdido as condições mínimas de governar e defendia sua renúncia, assim como a de seu vice, Michel Temer. O jornal pregava então que fosse convocada nova eleição presidencial (COSTA, 2016, *grifo da autora*).

O posicionamento do jornal mostra que o papel de coadjuvante exercido por Dilma nos materiais publicados é de fato uma escolha que a *Folha de S.Paulo* faz para que fique evidenciada na figura de Rousseff a sua falta de poder, mesmo sendo a chefe de Estado. De acordo com Araújo (2018):

A ambiguidade surge através da personificação de uma Dilma desprovida de substancialidade, vazia de atributos pessoais, de capacidade intelectual, de experiência e de capacidade política, um ser vazio, apesar de uma trajetória de vida intensa (ARAÚJO, 2018, p. 44-45).

Observa-se que o periódico defende a renúncia da chapa, sem que pesasse até então qualquer crime que fizesse jus ao pedido. O editor-executivo do periódico chega a afirmar que: "o jornal nunca considerou que as pedaladas e os créditos suplementares constituíam motivo forte o suficiente para justificar o *impeachment*". Chama atenção a forma como o jornal mais lido do país expressa com tranquilidade que "teria preferido que a extrema gravidade da crise e o inconformismo da sociedade houvessem conduzido à renúncia da chapa eleita em 2014 ou a sua impugnação". Sendo a imprensa fundamental para manutenção da democracia, é repugnante a abertura de precedente empreendida pelo o periódico ao reiterar que o resultado apresentado pelas urnas em 2014 é menos relevante apenas porque parcela da população não ficou satisfeita. É uma forma clara de diminuir a vitória de Dilma e menosprezá-la, enquanto política, a todo momento.

A semana seguinte ao *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff, como sinalizado anteriormente, é o segundo período de análise que abrange essa pesquisa. No gráfico abaixo, é possível ver as categorias que mais aparecem nos conteúdos publicados pela *Folha de S.Paulo*. Um enquadramento é predominante: o que a coloca como coadjuvante.

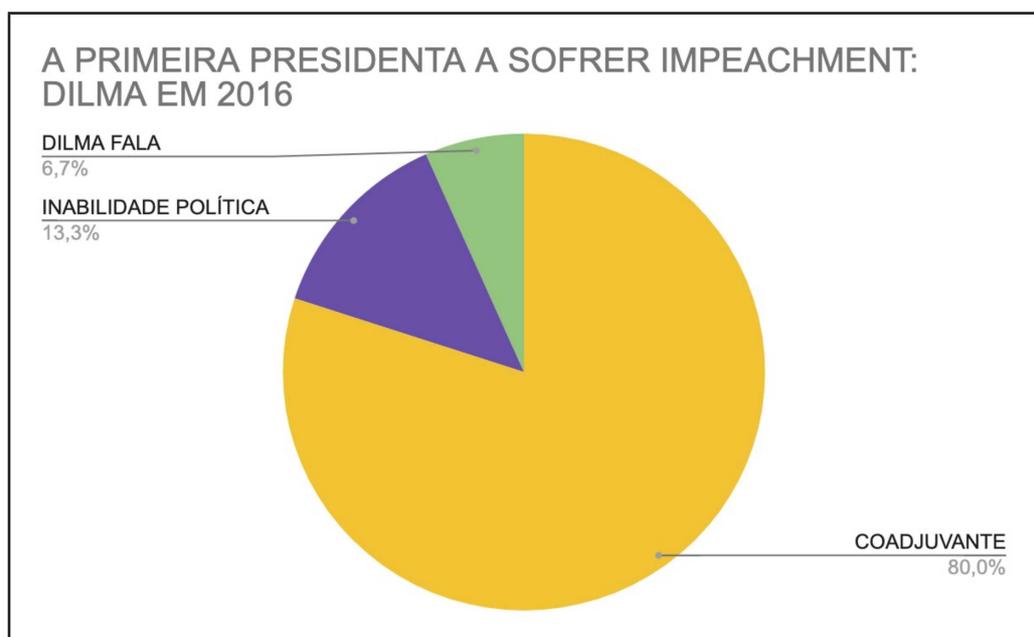


Figura 1 - Representação gráfica das categorias de análise mais acionadas em 2016

Fonte: Elaboração própria da da autora (2021)

A análise do conteúdo da semana posterior ao *impeachment* de Dilma aponta que, nesse período, o enquadramento do jornal priorizou não destacá-la. A todo momento, a ex-presidenta é tratada como um ator político coadjuvante, desprovido de poder. A mídia é entendida como elemento central para esse debate pelo seu já reconhecido papel estruturador dos eventos e das carreiras políticas na modernidade (CHAMPAGNE, 1998; SODRÉ, 2010). Logo, é possível identificar que a *Folha de S.Paulo* trabalhou de forma constante para deslegitimar a sua trajetória política, quando não a trata como figurativa, sendo enfáticos em frisar características de forma negativa. Nessa etapa, assim como em 2014, Rousseff fala muito pouco, entretanto, o número de homens entrevistados que ditam as regras de como ela deveria se portar é menor, conforme esperado, já que houve a destituição do poder.

3.3.3 DILMA E O SENADO DE MINAS GERAIS: UMA PASSAGEM POR 2018 E 2019

Os últimos dois períodos escolhidos para compor o *corpus* de análise deste trabalho foram os anos de 2018 e 2019. Sendo o primeiro marcado pelo retorno de Dilma Rousseff às disputas políticas após o *impeachment*, na tentativa de conseguir uma das duas vagas disponíveis para o Senado de Minas Gerais. Nessa eleição, embora tenha conseguido obter destaque desde as primeiras pesquisas, acabou ficando em 4º lugar. Já os acontecimentos do ano de 2019 são trazidos para essa pesquisa na perspectiva de continuar analisando os desdobramentos do “pós evento”. Para cada delimitação de tempo, foi encontrado apenas um conteúdo. Um dos objetivos específicos da pesquisa busca compreender se Rousseff, após a eleição de 2018, foi silenciada de alguma forma pela cobertura da *Folha de S.Paulo*. Vejamos a análise de duas matérias que compõem esse período.

Única matéria do período de análise de 2018, “Dilma termina em 4º lugar e fica de fora do Senado em Minas” foi publicada em 8 de outubro de 2018, um dia após o resultado eleitoral. O conteúdo evidencia, num primeiro momento, a derrota da ex-presidenta e, em seguida, aponta que, apesar de Rousseff ter entrado na disputa, “não estava em seus planos, contudo, voltar às urnas tão cedo. O pedido veio do ex-presidente Lula, pouco tempo antes de ser preso. “Dilminha, vá para Minas””. Apesar de não aparecer de forma explícita no material de análise dessa pesquisa, outros trabalhos já observaram que a mídia usou de enquadramentos para mostrar que Dilma, na verdade, era uma porta-voz de Lula.

Nos casos de Rousseff e Fernández de Kirchner, a relação entre criador e criatura se estabelece como marca. Para que se tenha mais clareza dessa percepção, basta atentar para os discursos veiculados pela mídia. Em outubro de 2010, logo após o anúncio da morte de Néstor Kirchner, o Jornal da Globo, em uma espécie de editorial televisivo, fez uma análise do impacto da ausência do ex-presidente para a política da Argentina. Após apontar que Néstor Kirchner controlava o governo argentino por meio da esposa, o âncora William Waack pergunta: “Qual é a sua impressão a respeito de Cristina Kirchner? Ela consegue governar sem o marido?” (G1, 2010). Dilma Rousseff, por sua vez, foi intitulada “o poste de Lula” (ARGOLO, 2014, p. 132-133).

A *Folha de S.Paulo*, nos conteúdos analisados, não chegou a ir tão longe quanto William Waack, mas enfatizou fortemente nos seus enquadramentos a inabilidade política de Dilma, reforçando a ideia de que ela seria uma representante não aberta ao diálogo, mandona e centralizadora. Esse artifício é bastante utilizado em 2014, quando o jornal escolheu noticiar que Lula buscava mais espaço no governo. Em seguida, o periódico tangencia de forma absurda a questão de gênero que perpassa toda história política de Dilma: "o primeiro verso do *jingle* de Dilma (“não tem homem ruim que derrube essa mulher”) dá o tom do seu discurso de campanha: nacionalizado e baseado em denunciar o *impeachment* como golpe, defender a liberdade de Lula e exaltar o legado petista". O jornal faz questão de relembrar o *impeachment* e deslegitimar a força dessa "mulher" que não pode ser mais entendida como “fora de lugar”.

Já em 2019, a única matéria a respeito de Dilma, publicada no dia 01 de janeiro, traz um panorama dos quatro anos passados após a eleição de 2014. "Temer é vice querido, disse Dilma na posse em 2015; veja o que mudou em quatro anos" é uma matéria que tem o objetivo de constranger Rousseff e alegar uma inabilidade política que o jornal tanto reforçou durante anos. A citação incluída na matéria foi retirada do discurso de posse da ex-presidenta e demonstra a tentativa de mostrar a harmonia entre os pares, diante de toda efervescência dos partidos de oposição, bem como de parcela da população brasileira. A opinião do jornal a respeito da habilidade de governar da presidenta fica evidente em: "Depois que a presidente desceu do parlatório em frente à Praça dos Três Poderes, o PT perdeu seus aliados, a economia desmoronou e diversos protagonistas daquela tarde caíram em desgraça". Dilma, conforme alerta Tiburi (2018), é culpabilizada por tudo, um mecanismo do machismo contra mulheres que obtêm qualquer tipo de poder. Nesse caso, observa-se que a *Folha* dá ideia de continuidade, induzindo o imaginário coletivo a pensar na "desgraça" contínua, perene nos quatro anos que passaram. Mais adiante, o periódico citou diversas insatisfações de Lula em relação ao governo de sua sucessora. Busca-se na palavra de um homem a condenação final de Dilma Rousseff.

Conforme esperado, o número de materiais encontrados no mecanismo de busca da *Folha de S.Paulo*, em relação aos períodos de análise de 2018 e 2019, são muito menores. Como Dilma foi exaustivamente colocada em papel de coadjuvante, percebe-se que seu desaparecimento foi trabalhado de forma gradativa, mas intensamente potencializado pelas críticas. Rousseff foi tratada como política que deve ser esquecida pela história. É demasiadamente representativo que a primeira mulher eleita e reeleita presidenta da República tenha sido enquadrada por esse viés. Apesar do esforço do jornal, o tempo demonstrou que Dilma Rousseff fez história e, sim, sofreu um golpe parlamentar que esmoreceu ainda mais a já enfraquecida democracia brasileira. Pinto (2018) pondera que "não há nenhuma garantia de que a ausência de mulheres nestes dois cenários tenha tido qualquer influência no resultado [do impeachment]" (PINTO, 2018, p.25), entretanto é impossível não destacar o espaço de subalternidade que as mulheres brasileiras enfrentam nos parlamentos, quando conseguem chegar até lá.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir de conceitos importantes para o campo da comunicação e política e de gênero, a pesquisa buscou analisar de que forma a *Folha de S.Paulo* construiu a narrativa a respeito da ex-presidenta Dilma Rousseff nas semanas seguintes aos eventos: eleições de 2014, impeachment em 2016, Senado em 2018, os primeiros sete dias de 2019. Ao passo que o corpus de análise se forma no "pós evento", obteve-se a oportunidade de mapear de que forma o jornal escolheu seus enquadramentos quando os resultados (das disputas) já estavam disponíveis.

No que tange a discussão teórica, foi possível em um primeiro momento compreender de que forma se dá a centralidade da mídia para política. Bourdieu (1996) apontou que todo campo, em um panorama ideal, deseja se fechar em si mesmo. No caso do campo da política, isso se torna inviável, uma vez que é necessário se abrir para abarcar a sociedade e eleitores, que são peça chave nessa arena de disputas. A detenção de capital político também é defendida pelo autor que afirma que os meios de comunicação são ferramentas para agregar esse capital, o que tira a autonomia do campo político.

A respeito disso, é possível dizer que Dilma Rousseff, após a reeleição em 2014, não detinha esse capital. Em reiterada vezes a própria *Folha de S.Paulo* escolheu mostrar que a então presidenta estava encurralada pelo Congresso, que ameaçava a todo momento impor derrotas a seu governo. Rousseff, enquadrada como uma gestora não aberta ao diálogo,

acabou sendo deposta em 2016, após forte apelo midiático, que acabou gerando de fato uma ruptura com os parlamentares do legislativo, onde a bancada progressista não era nem de longe maioria.

Nesse sentido, fica evidente a centralidade da mídia para a política, uma vez que os veículos de comunicação aguardam, de certo modo, a indicação de eventos por parte do campo político. Por outro lado, é o profissional jornalista, através de orientações prévias, quem escolhe o que e de que forma esse evento será noticiado.

Pode-se afirmar que o “escândalo midiático” se constitui como evento simbólico particular das sociedades midiaticizadas, nas quais as relações sociais são, em grande medida, atravessadas por componentes simbólicos criados e disseminados pela mídia. Por isso, definir a sociedade moderna como “centrada na mídia” significa observar que a construção e disseminação do conhecimento público que possibilita a cada um de seus membros a tomada cotidiana de decisões nas diferentes esferas da atividade humana não seria possível sem ela [mídia] (GUIMARÃES & LIMA, 2015, p. 342)

Em grande medida, de acordo com Thompson (2011) essas percepções são constituídas enquanto imagens que vão alimentar o imaginário coletivo. Em boa parte de uma sociedade moderna essa propagação ideológica através de recortes se dá por meio dos veículos de comunicação nas suas mais diferenciadas programações. A mídia trabalha com valores de tradição, reforçando valores culturais e o senso comum. Tais concepções de mundo entram na casa de milhares de pessoas intensificando e tornando natural para o receptor o enquadramento que o emissor quer passar.

Partindo desse apontamento de Thompson (2011) entramos no capítulo teórico dedicado a estudar a estrutura patriarcal e suas implicações na sociedade. É possível afirmar que através dos enquadramentos, a mídia é capaz de reforçar padrões, de delimitar espaços que podem ou não ser preenchidos e, mais que isso, quais pessoas podem entrar. Dantas (2019) aponta que Dilma Rousseff era considerada a todo momento pela mídia como "uma mulher fora do lugar". De fato, no *corpus* de análise foi identificado que a *Folha de S.Paulo* optou por enquadramentos que apontassem a inabilidade política de Dilma ou que a colocassem como figurante, uma chefe de Estado previamente destituída de poder.

Em 2014, dois enquadramentos foram predominantes: o que caracteriza Dilma Rousseff como uma presidenta incapaz de governar e o que a apresenta como coadjuvante. A última categoria de análise não levou em consideração apenas a falta de destaque que,

geralmente, é dada ao protagonista. Mas considerou que ao ser colocada nessa posição, a construção da narrativa a respeito da ex-presidenta optou por criar um cenário onde ela não tinha poder e nem habilidade para resolver as crises. Ainda neste ano, o número de homens acionados para falar o que Dilma deveria fazer superou os demais anos, onde personagens homens não precisavam mais ser destacados.

Em 2016, ano do *impeachment*, o jornal trabalhou de forma constante para deslegitimar a sua trajetória política, quando não a trata como figurativa, sendo enfáticos em frisar características de forma negativa. Nessa etapa, assim como em 2014, Rousseff fala muito pouco, entretanto, o número de homens entrevistados que ditam as regras de como ela deveria se portar é menor, conforme esperado, já que houve a destituição do poder. Nesse sentido, observou-se que a categoria mais acionada foi a de coadjuvante. Levando em consideração a conjuntura política da época, houve uma tentativa do jornal de iniciar o apagamento de Dilma no imaginário coletivo. Não era mais necessário nesse período ressaltar sua falta de tato. Conforme já mencionado anteriormente, uma pergunta surge durante a análise: Dilma não sabia dialogar ou não sabia/deseja criar um pacto de conciliação com os partidos de oposição? A qualidade do ex-presidente Lula de ser um homem apto a "consensos" é lembrada até hoje. Inclusive, esse foi um elogio feito por Dilma na abertura da campanha presidencial de Luiz Inácio, em São Paulo, neste ano.

Em 2018, quando Dilma voltou a concorrer, desta vez uma vaga para o Senado de Minas Gerais, o jornal voltou a destacar a inabilidade política de Dilma, portanto evidenciou sua derrota, citando nuances que já haviam sido evidenciadas em outros momentos. Em 2019, apenas uma matéria é produzida pelo jornal para falar sobre a ex-presidenta, confirmando o que foi percebido em 2016 - há uma tentativa de apagar Dilma do imaginário coletivo. Nesse único conteúdo, Rousseff é levada ao constrangimento ao ter seu discurso de posse (em 2014) desconectado do momento real e trazido, quatro anos depois, para mostrar sua inabilidade política, ao passo que não soube escolher seus aliados.

A pergunta que moveu todo esse trabalho foi: Qual narrativa a Folha de S.Paulo criou para Dilma Rousseff nos períodos analisados? A primeira presidenta brasileira eleita foi narrada como inábil para o jogo político, principalmente em 2014, quando tinha acabado de ser reeleita. A conquista da ex-presidenta é totalmente apagada para dar visibilidade a características negativas que a oposição tinha destacado durante a campanha. A possível "falta de diálogo" imputada a Dilma é constantemente apontada nos materiais. Em 2016, quando a

ex-presidenta já havia sido deposta, o jornal optou por utilizar esgotadamente o enquadramento de coadjuvante, facilmente esquecida. Nos anos de 2018 e 2019, apesar de ter tido a falta de habilidade política destacada nos dois materiais encontrados, observa-se que isso se deu pela derrota na disputa por uma vaga pelo Senado de Minas Gerais. Esse era o arremate final necessário para que o periódico pudesse enterrar simbolicamente a carreira política de Dilma. Currículo esse que foi totalmente apagado nas matérias, o que reforçou ainda mais a ideia de que a presidência não era o lugar para Rousseff.

Há propostas que podem ser trabalhadas em futuras pesquisas. É possível, por exemplo, utilizar metodologias para traçar comparação com outras chefes de Estado, para verificar se é ou não um padrão da mídia tradicional tratar parlamentares mulheres como não pertencentes ou qualificadas para o cargo. Nesta pesquisa foi possível notar que a questão de gênero foi totalmente esquecida pelo jornal. Em nenhum momento ocorreu que Dilma era uma mulher, a primeira, a ocupar o cargo de maior relevância no cenário político, sendo necessário que estivesse em pleno contato com um congresso predominantemente formado por homens. Seria interessante descobrir se outros países governados por mulheres a mídia age da mesma forma.

Este trabalho buscou contribuir para os estudos da área de aderência da linha de pesquisa "Mídia e Processos Sociais", do Programa de Pós-graduação em Comunicação da Universidade Federal de Juiz de Fora (PPGCOM/UFJF). Portanto, se ateve ao levantamento teórico pretendido e ao *corpus* de análise delimitado. Dentro do escopo, ainda, buscou contribuir com os estudos feministas apontando quais as implicações de gênero são encontradas na mídia, quando o assunto é uma mulher política.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AGUIAR, Neuma. (2015), "**Patriarcado**". In: F L E U R Y -T E I X E I R A , Elizabeth (org.) Dicionário feminino da infâmia. Rio de Janeiro, Editora Fundação Oswaldo Cruz.
- ARAÚJO, C. Incongruências e dubiedades, deslegitimação e legitimação: o golpe contra Dilma Rousseff. In: RUBIM, L.; ARGOLO, F. (Orgs.). **O Golpe na perspectiva de gênero**. Salvador: Edufba, 2018, p. 33-50.
- ÁVILA, Maria Betânia et al. Textos e imagens do feminismo: mulheres construindo a igualdade. Recife: SOS Corpo, 2001.
- ÁVILA, Maria Betânia. **Feminismo e sujeito político**. In: Revista Proposta, nº 84-85. Rio de Janeiro: Fase, Mar.-Ago. 2000. Disponível em:
< <http://appsindicato.org.br/index.php/?p=14039/> > Acesso em: 17/07/2022.
- AUGÉ, Marc. **Não-lugares: introdução a uma antropologia da supermodernidade**. Campinas. Papirus, 1994.
- BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo**. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016.
- BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. 9ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.
- CARVALHO, Carlos Alberto. **O enquadramento como conceito desafiador à compreensão do jornalismo**. Disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/regionais/sudeste2009/resumos/R14-0206-1.pdf>
- CARVALHO, Silvio Augusto. **Comunicação e Política**. Rio de Janeiro. SESES, 2017.
- CASTRO, Mary G.; LAVINAS, Lena. **Do feminino ao gênero: a construção de um objeto**. In:
- COSTA, Albertina de Oliveira; BRUSCHINI, Cristina. **Uma questão de gênero**. Rio de
- DANTAS, Fernanda Argolo. "DILMA ROUSSEFF, UMA MULHER FORA DO LUGAR", 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/29934/1/dilma-rousseff-uma-mulher-fora-do-lugar-WEB.pdf>
- DELPHY, Christine. **Le patriarcat, le féminisme et leurs intellectuelles**. Nouvelles Questions Féministes, n 2, Féminisme: quelles politiques? p. 58-74, out. 1981.
- GENRO FILHO, Adelmo. **O segredo da pirâmide: para uma teoria marxista do jornalismo**. Porto Alegre, 1987.
- GIDDENS, Antony. **As consequências da Modernidade**. 2 ed. São Paulo. UNESP, 1991.

GIDDENS, Antony. **Modernidade e Identidade**. 1 ed. Rio de Janeiro. Zahar, 2002.

GOFFMAN, Erving . **Estigma: Notas sobre a Manipulação da Identidade Deteriorada**. Rio de Janeiro. LTC Editora, 1988. Perspectivas. São Paulo, v.31, jan/jun. 2007

HALL, Stuart. **A identidade cultural na Pós-Modernidade**. 6 ed. Rio de Janeiro. DP&A, 1998.

HAN. Byung-Chul. **Sociedade do cansaço**. 1 ed. Petrópolis. Vozes, 2015.

Impeachment de Dilma Rousseff marca o ano de 2016 no Congresso e no Brasil. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2016/12/28/impeachment-de-dilma-rousseff-marca-ano-de-2016-no-congresso-e-no-brasil>. Acesso em 25/07/2022.

JOHNSON, Richard. In: SILVA, Tomaz (org). O que é, afinal, Estudos Culturais? Belo Horizonte: Autêntica, 1999, p. 9-131.

LIMA, V. A. de. **“Os Mídia e a Política”**, in M. das G. Rua e M. I. Carvalho, O Estudo da Política – Tópicos Seleccionados. Brasília, Paralelo 15, 1998.

LIMA, V. A. Mídia. **Crise política e poder no Brasil**. São Paulo: Perseu Abramo, 2006

Lima,Elizabeth Christina de Andrade; Oliveira. Jessica Thais Pereira. **Relações de gênero e misoginia na construção da imagem pública de Dilma Rousseff**. 2015. Disponível em <https://periodicos.ufpe.br/revistas/reia/article/viewFile/229999/24184>

LOBO, Elisabeth Souza. **O trabalho como linguagem: o gênero do trabalho**. In: COSTA, Albertina de Oliveira; BRUSCHINI, Cristina. Uma questão de gênero. Rio de Janeiro: Rosados tempos, 1992.

MACHADO, Lia Zanotta. **Perspectivas em confronto: relações de gênero ou patriarcado contemporâneo?** In: Sociedade Brasileira de Sociologia (Ed.) Simpósio Relações de Gênero ou Patriarcado Contemporâneo, 52ª Reunião Brasileira para o Progresso da Ciência. Brasília: SBP, 2000.

MIGUEL, L. F. Capital político e carreira eleitoral: algumas variáveis na eleição para o congresso brasileiro. Rev. Sociologia Política, Curitiba, v. 20, p. 115-134, jun. 2003.

MISOGINIA. In: MICHAELIS, Dicionário Online. Editora Melhoramentos, 2015. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/busca?r=0&f=0&t=0&palavra=misoginia> . Acesso em: 17/07/2022

MORGANTE, Mirela Marin; NADER, Maria Beatriz. **O patriarcado nos estudos feministas: um debate teórico**. Disponível em: http://www.encontro2014.rj.anpuh.org/resources/anais/28/1399953465_ARQUIVO_textoANPUH.pdf

MOSCOVICI, S. **Representações Sociais: Investigações em Psicologia Social**. Petrópolis: Vozes, 2013.

MOTTA, Luiz Gonzaga. **Enquadramentos lúdico-dramáticos no jornalismo: mapas culturais para organizar narrativamente os conflitos políticos**. Porto Alegre. Intexto, 2007.

MOUILLAUD, Maurice. “**A Informação ou a Parte da Sombra**”. In: PORTO, Sérgio Dayrell (org.). **O Jornal: da forma ao sentido**. 2a ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2002. (Coleção Comunicação, 2).

NÓRA, Gabriela. **Segmentação no jornalismo impresso: representação e fragmentação do real**. Disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2007/resumos/R0010-1.pdf>

Oliveira; BRUSCHINI, Cristina. **Uma questão de gênero**. Rio de Janeiro: Rosa dos tempos,

PATEMAN, Carole. **O contrato sexual**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

PENA, F. **Teoria do Jornalismo**. São Paulo. Contexto, 2005.

PESQUISA BRASILEIRA DE MÍDIA:
<https://www.abap.com.br/wp-content/uploads/2021/06/pesquisa-brasileira-de-midia-2016.pdf> ACESSO EM 26/07/2022

PESQUISA PERFIL DO LEITOR DA FOLHA DE S.PAULO:
http://www.publicidade.folha.com.br/folha/perfil_do_leitor_nacional.shtml ACESSO EM: 13/10/2022

PORTO, Maria Stela Grossi. **Mídia, segurança pública e representações sociais**. Revista Tempo Social, Vol. 21, n° 2, São Paulo, 2009.

RODRIGUES, A. D. **Estratégias da Comunicação**. Lisboa: Presença Editorial, 1990.

RODRIGUES, A.D > <http://bocc.ubi.pt/pag/rodrigues-adriano-expcampmedia.pdf> acesso em 28/07/2022

SAFFIOTI, Heleieth I. B. **Rearticulando gênero e classe social**. In: COSTA, Albertina de O.; BRUSCHINI, Cristina (Orgs.). **Uma questão de gênero**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992.

SCOTT, Joan. **Gênero, uma categoria útil de análise histórica**. Educação & Realidade, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1995.

SHEUFELE, D.A. **Framing as a theory of media effects**. Journal of Communication, New York, v. 49, n. 1, p. 103-122, mar. 1999.

SILVA, Marlon Garcia. **Concepção materialista e dialética da história desde A Ideologia Alemã**. Disponível em: http://www.uel.br/grupo-pesquisa/gepal/v11_marlon_GX.pdf

SINGER, A. **Os sentidos do lulismo: reforma gradual e pacto conservador**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

SOUZA SILVA, Rafael. **O zapping jornalístico: da sedução visual ao mito da velocidade**. Tese (Doutorado em Comunicação e Semiótica). São Paulo. PUC-SP, 1996.

STASIAK, D. **Sociedade midiaticizada: as afetações do campo dos media na contemporaneidade**. Comunicação & Informação, v. 12, n. 2, p. 75-88, 2009. DOI: 10.5216/c&i.v12i2.12271 Acesso em: 28 jul. 2022.

THOMPSON, John B. 1995. Ideologia e cultura moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes.

TIBURI, Márcia. A máquina misógina e o fator Dilma Rousseff na política brasileira. Disponível em: <https://revistacult.uol.com.br/home/maquina-misogina-e-o-fator-dilma-rousseff-na-politica-brasileira/>. Acesso em 13/08/2022.

TUCHMAN, Gaye. **Contando ‘estórias’**. In: TRAQUINA, Nelson (org.). **Jornalismo: questões, teorias e “estórias”**. Lisboa. Vega, 1993

TUCHMAN, Gaye. **Making News: a Study in the Construction of Reality**. Nova Iorque. Free Press, 1978.

WEBER, Max. **A Ética protestante e o espírito do capitalismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

WEBER, Max. **Sociologia da dominação**. In: WEBER, Max. Economia e sociedade. Brasília: UnB, 1991. p. 187-223.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, Tomaz Tadeu (org.). **Identidade e diferença - a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis. Vozes, 2000.

BAUMAN, Zygmunt. Amor líquido: Sobre a fragilidade dos laços humanos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

BORBA, Mário Pereira; BALDISSERA, Rudimar. Das Mídias à Mídiação: Reflexões Sobre Opinião Pública. In: Anais do III ABRAPCORP, São Paulo: UFRGS, 2009.

BORELLI, Viviane. Mídiação, dispositivo e os novos contratos de leitura geram uma outra religião. Universidade Federal de Santa Maria, 2007. Disponível em: < <http://www.bocc.ubi.pt/pag/borelli-viviane.pdf> >.

COSTA, Rogerio da. A Cultura Digital. São Paulo: Publifolha, 2003 (Folha Explica)

FAUSTO NETO, Antonio. Fragmentos de uma «analítica» da mídiação. Revista Matrizes. São Paulo: ECA/USP, ano 1, nº 1, 2008. Disponível em: <http://www.matrizes.usp.br/index.php/matrizes/article/view/88/136>.

GOMES, Pedro Gilberto. Mídiação: um conceito, múltiplas vozes. Revista Famecos, Porto Alegre, v. 23, n. 2, maio, junho, julho e agosto de 2016. Disponível em <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistafamecos/article/viewFile/22253/14176>>.

HALL. Da Diáspora: Identidades e Mediações Culturais. SOVIK, Liv (Org.); RESENDE, Adelaine La Guardia (Trad.) Belo Horizonte: Editora UFMG; Brasília: Representação da Unesco no Brasil, 2003.

HJAVARD, Stig. Matrizes. Ano 5 – nº 2 jan./jun. 2012 - São Paulo - Brasil –p. 53-91 online <http://www.periodicos.usp.br/matrizes/article/view/38327/0>

LASTA, Elisângela. A práxis reflexiva das Relações Públicas na Sociedade Mídiação: mediação estratégica comunicacional nos blogs corporativos. Tese (Doutorado em Comunicação) – Universidade Federal de Santa Maria. Santa Maria, 2015. Disponível em: <http://cascavel.cpd.ufsm.br/tede/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=7320>.

MARTINO, Luis Mauro. Matrizes, Mídiação da religião e Estudos Culturais: uma leitura de Stuart Hall* V.10 - Nº 3 set/dez. 2016 São Paulo - Brasil p. 143-156 <https://www.revistas.usp.br/matrizes/article/download/124655/121884>

SODRÉ, Muniz. “Eticidade, campo comunicacional e mídiação”. In: MORAES, Denis. Sociedade Mídiação. Rio de Janeiro: Mauad, 2006.

VERÓN, Eliseo. Teoria da mídiação: uma perspectiva semioantropológica e algumas de suas consequências. Matrizes, São Paulo, nº 1, janeiro/junho de 2014. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/matrizes/article/viewFile/82928/85961>>.

WOLTON, Dominique. Informar não é comunicar. Porto Alegre: Sulinas, 2010.